



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

WENDELL GUEDES DA SILVA

**A TODO VAPOR! FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NA
ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ (1877-1880)**

**FORTALEZA – CEARÁ
2013**

WENDELL GUEDES DA SILVA

A TODO VAPOR! FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NA ESTRADA DE FERRO DE
BATURITÉ (1877-1880)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico
em História, do Centro de Humanidades da Universidade
Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do
grau mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. William James Mello.

FORTALEZA – CEARÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário (a) Leila Cavalcante Sátiro – CRB-3 / 544

S586t Silva, Wendell Guedes da.

A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880) / Wendell Guedes da Silva. — 2013.

CD-ROM 120 f.: il. (algumas color.); 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientação: Profª. Drª. William James Mello.

1. Trabalhadores. 2. Técnica. 3. Resistência. I. Título.

CDD:900



Universidade Estadual do Ceará -UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

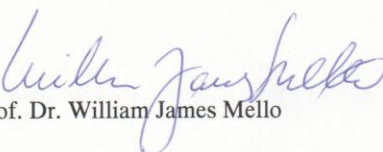
Criado pela resolução N° 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO WENDELL GUEDES DA SILVA

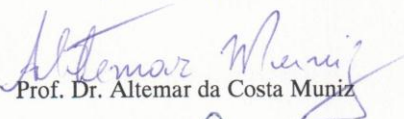
Às 14h00min do dia 29 (vinte e nove) de abril de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação, para obtenção de grau de Mestre apresentada pelo aluno **Wendell Guedes da Silva**, intitulada "**A TODO VAPOR! FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NA ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ (1877-1880)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "APROVADO" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: William James Mello (Orientador - UECE), Gisafran Nazareno Mota Jucá (UECE) e Telma Bessa Sales (UVA). Assinam também a presente ata, o Coordenador Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz e o secretário Adauto Rufino de Lima Neto, para devidos efeitos legais.

Fortaleza, 29 de abril de 2013.


Prof. Dr. William James Mello


Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá


Profª. Dra. Telma Bessa Sales


Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz


Adauto Rufino de Lima Neto

Àquela que pacientemente, ao seu modo, me ensinou um jeito de querer estar perto das pessoas, sobretudo dela própria e a não me isolar do mundo que a cada dia nos força a ser menos do que realmente podemos ser. Para ela que tolerou durante esta difícil caminhada o meu mau humor, a minha distração para com nós dois e, não raras vezes, o meu desestímulo quanto às coisas que enfrentava me impulsionando a ir além, que dedico este estudo como resultado de sua grande contribuição. Emílio de Sousa Lobo, este trabalho é tão seu quanto eu também o sou.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos não poderiam deixar de ser para minha mãe, Maria Gorett Guedes da Silva, uma empregada doméstica incansável e orgulhosa do que sempre fez para garantir que seus filhos pudessem estudar. Cada degrau que avanço teve seu início quando esta grande mãe e mulher abdicou de muitas coisas para que eu pudesse chegar onde estou. O que conquisto é também para dar a ela o descanso merecido por tanto trabalho e dedicação. Que meu pai, Oseias Ferreira da Silva, também receba meus agradecimentos.

Ao meu irmão, Wescley Guedes, que este trabalho sirva de incentivo para que acredite que os sonhos são possíveis de se realizarem, mas não podemos ficar apenas esperando pela “Divina Providência”. Sua resignação me ensina a ter humildade.

Ao Lion (o felino que já agradei em meu trabalho monográfico e ainda está comigo) deixo o registro de que muita coisa se tornou mais fácil graças a sua existência em minha vida. Os que possuem animais de estimação, verdadeiros companheiros, entendem o sentido desse agradecimento.

Muito obrigado ao William James Mello. Mais do que orientador encontrei em você um grande mestre que me ensinou a postura de professor que deixa seu aluno trabalhar e imprimir suas próprias características ao trabalho que realiza. Não faz como muitos que interferem tanto no trabalho que acabam por descaracterizar o estilo do pesquisador. Suas sugestões foram imprescindíveis, mas posso dizer que fiz o **meu trabalho** e por isto vos sou imensamente grato.

Agradeço à professora Zilda Maria Menezes Lima por sua participação em várias etapas de minha jornada no mestrado. No âmbito educacional, você acreditou muito no meu trabalho e incentivos de sua parte nunca faltaram, além disso, sua amizade surgiu do respeito e consideração recíproca que cultivamos. Não preciso especificá-los (William e Zilda) com a titulação de Doutores, pois grandes educadores e, arriscaria dizer, amigos que foram demonstram que vocês não são “feitos” por seus títulos, mas pelas pessoas que são e posturas que assumem. Nada que eu disser será suficiente para expressá-los minha tamanha gratidão.

Devo agradecimentos aos professores do MAHIS, pois mesmo na decepção que tive com alguns, aprendi ao menos, o que não devo fazer e como não devo agir quando estiver na posição que hoje ocupam. No entanto, cito alguns professores Doutores que merecem minhas considerações, seja por seu caráter ou pelo compromisso que têm com a História, com a UECE e com o MAHIS: com Gisafran Nazareno Mota Jucá aprendi o sentido da palavra “engajamento” naquilo que se faz, um grande profissional e pessoa inquieta diante da falta de

compromisso de muitos; Francisco Carlos Jacinto Barbosa, que não me queria na sua disciplina, mas creio tê-lo convencido que deveria estar ali, o que gerou muitas risadas posteriormente e os resultados foram satisfatórios para os dois lados. Não o decepcionei e aprendi um pouco mais de rigor e método com a Ciência Histórica; Gleudson Passos Cardoso e João Rameres Régis imprimiram boas discussões teóricas e metodológicas sobre a memória e a cultura escrita – aprendi bastante com os dois; demais professores, sintam-se representados pelos citados, mas não menosprezados.

Aos funcionários do MAHIS também presto meus agradecimentos, pois meus estudos seriam certamente mais dificultosos não fosse a lida burocrática que muitas vezes enfrentam em nosso lugar. Um ambiente limpo torna a prática estudantil mais agradável, sem falar nos agradáveis “cafezinhos” que eram feitos todas as tardes, já que eu passava a semana (manhã, tarde e às vezes noite) no MAHIS estudando, minha presença foi constante. Deste modo, agradeço a Adauto Neto e Rozilda Martins (secretários) e Francisca Silvaneide, simplesmente, dona Sílvia (serviços gerais) pela colaboração inestimável. Igualmente, agradeço aos funcionários do Restaurante Universitário (RU) que fazem comida de excelente qualidade e que possibilitou, desde a graduação, a minha permanência diuturna na UECE. Agradeço a todos através daqueles que estão em contato direto conosco: Zezinho (torcedor do tricolor do Pici) e Bete, os primeiros que nos recepcionam; dona Antônia e dona Lurdes, que servem nossos almoços no balcão; e, tia Graça que representa toda a afabilidade dos que ali trabalham. Reconhecer o trabalho destas pessoas é mostrar a contribuição que eles também têm nesta pesquisa.

Aos amigos Renner França, Janilson Rodrigues e Milena Marques, um obrigado mais do que especial. Tornei-me mais humano desde que os conheci, os ensinamentos que tenho cotidianamente ao lado de vocês fazem muito do que sou hoje e consegui encontrar em nossa amizade aquilo que só acreditava existir nos livros e filmes: amigos que procuram estar juntos e ajudarmos uns aos outros. Talvez sejamos representantes do provérbio popular que diz: “amigos são aqueles que sabem tudo a seu respeito e ainda assim continuam seus amigos”. Vocês são incomparáveis.

Obrigado novamente ao professor Dr. Gisafran Jucá pela participação na banca (desde a graduação) quando muito contribuiu para a ampliação e desenvolvimento da pesquisa, isso é a prova da confiança que temos no seu trabalho. Igualmente, agradeço a Professora Dr.^a Telma Bessa Sales pela disponibilidade concedida no aceite do convite.

Obrigado ao camarada Francisco José Pereira, simplesmente Franzé, pela colaboração *ad hoc* (risos) desde a graduação com trabalhos burocráticos e pela correção

ortográfica deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelo apoio financeiro que possibilitou meus estudos e o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos que acompanharam esta jornada: Rodrigo Cavalcante, Jormana Araújo, Rafael “Iguatu”, Kenya Lobo, dona Emi de Sousa e aos companheiros que ficaram pelo caminho ou tomaram outros rumos em suas vidas. Fiz muitas amizades na UECE e não poderia citar todos aqui, mas quando falo amigos eles sabem que aqui estão representados. Para todos, inclusive aos amigos que ainda irei conhecer, um trecho de “A estrada”, do grupo Cidade Negra, resume tudo: “você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui...”

“[...] o que quer que leve os homens a se unirem ... embora isso possa gerar alguns vícios, é favorável à difusão do conhecimento e, em última instância, promove a liberdade humana [...]”

(Thelwall, *Rights of Nature*, I. Apud: Thompson, Edward.)

RESUMO

Entre os anos de 1877 a 1880 milhares de pessoas foram empregadas em obras públicas no Ceará. Eram os retirantes da seca que migraram para Fortaleza em busca de socorros que lhes mantivessem a vida. O serviço que mais utilizou retirantes foi a retomada das obras do prolongamento da via férrea de Baturité. Nestas obras, intensos conflitos surgiram a partir das relações sociais estabelecidas entre os engenheiros, encarregados de coordenar os trabalhos, e os retirantes, seus comandados, que aos poucos se “formaram” em trabalhadores que aprenderam o manejo de ferramentas necessárias ao ofício que tinham que exercer. Nesse ínterim, diversas disputas de interesses nasceram entre os grupos em conflito – a resistência ao trabalho, a “moleza”, os furtos e motins por parte dos trabalhadores da via férrea; violência física, sexual, multas aos trabalhadores que descumpriam as ordens aplicadas pelos engenheiros. Os trabalhadores aprenderam a lidar com cada situação exposta através de diversos meios empregados, que buscavam garantir o que achavam ser-lhes de direito. Com a experiência advinda das relações sociais vividas, as ações dos trabalhadores se adaptaram. O desenvolvimento da técnica no trabalho permitiu a utilização da barganha, de reclamarem melhores condições de trabalho, sobretudo quando se enfrentava o problema da transição de mão de obra escrava para livre em tempos em que se discutia a abolição. Dessa forma, os trabalhadores passaram a se amotinar, a fazer exigências, criaram e recriaram meios de lutas fundamentais para o exercício da resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Técnica. Resistência.

ABSTRACT

Between 1877 and 1880 thousands of workers were employed in public works projects in Ceará in response to the long term drought. A majority of those employed were migrant workers seeking a means of survival. Among the many projects, the expansion of the Baturité railway relied heavily on the migrant workforce. At the worksites intense conflicts became increasingly common as a result of socioeconomic relations that developed between engineers, foremen and the migrant laborers, who quickly gained expertise of the daily work techniques and practices. During this period various disputes emerged driven by worker resistance to the labor process and rebellions in response to the bad working conditions, physical violence, fines and sexual abuse by foremen. Workers reacted to each moment drawing on different mechanisms seeking to guarantee their rights; with each battle their capacity to resist expanded. The greater dominance over the work process by workers provided the wherewithal for bargaining for better work conditions during a period marked by the abolition of slavery. In this way rebellion and resistance became a mainstay through which workers advanced their demands.

KEYWORDS: Workers. Technique. Resistance.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Números que resumem os trabalhos executados nas 1ª, 2ª e 3ª secção do
prolongamento da ferrovia de Baturité.....86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Retirantes enfileirados na atual Praça da Estação durante a seca de 1877-1880, possivelmente aguardando o embarque para os locais das obras da Ferrovia67
FIGURA 2	Imagem das obras da Ferrovia na localidade de Itapaí, mostrando uma abertura feita no monte por cavouqueiros, demonstrando a perícia que exigia tal atividade72
FIGURA 3	Obras no monte Itapaí, onde se percebe os trabalhos de abertura de clareiras e planificação do terreno. As fotografias 2 e 3 foram tiradas por ordens do Imperador D. Pedro II73
FIGURA 4	Trem passando na ponte sobre o Rio Canafístula, mais uma demonstração de habilidades técnicas dos trabalhadores 74

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1 – O opúsculo histórico de uma ferrovia.....	28
1.1 – A seca, a ciência e o trabalho.....	30
1.2 – A relação entre o trabalho livre e o trabalho escravo.....	51
1.3 – E ganharás o pão com o suor do teu rosto.....	56
Capítulo 2 – Trabalhadores: o trabalho e a técnica.....	61
2.1 - Quem são eles e o que procuram: a necessidade fala mais alto.....	69
2.2 - A luta diária dos serviços e as migalhas recebidas.....	80
Capítulo 3 – As lutas dos trabalhadores: o nascimento da rebeldia.....	91
3.1 - Trabalhadores unidos: os oprimidos amedrontam.....	93
3.2 - Nós não pedimos, não solicitamos: exigimos já não aguentamos!	98
Considerações Finais.....	107
Fontes.....	117
Referências Bibliográficas.....	118

INTRODUÇÃO

A história desta pesquisa começou durante a graduação. A oportunidade de realizar leituras no âmbito da história dos trabalhadores me encantou desde o primeiro contato, talvez por tê-las lido através de historiadores que produzem ou produziram uma boa escrita e excelentes pesquisas históricas, como Eric Hobsbawm e Edward Thompson entre outros, ou ainda por minha própria condição de vida ao me compadecer daqueles que perderam algo, mas que tiveram ali uma gama de ensinamentos que não devem ser esquecidos pela história. Toda pesquisa e todo aquele que a elabora tem sua trajetória.

O interesse pelo tema veio de leituras sobre os trabalhadores da estrada de ferro de Baturité, em estudos já efetuados por outros pesquisadores. Senti-me atraído pelo assunto e pela simpatia que adquiri pelos trabalhadores e, provavelmente, foi um sentimento meu “de identificação com a classe” que me despertou interesse pela temática. Não sei até que ponto vai essa identificação. No entanto, tento manter a distância necessária para evitar declarações apaixonadas por aqueles que representam os lutadores, os “esquecidos”, que considero agentes transformadores da História. Meu papel de historiador não me permite fazer a devida justiça que gostaria, mas apenas trazer à tona para conhecimento acadêmico e social um pouco mais da história daqueles homens e mulheres que tiveram papel fundamental no correr daqueles anos de caos.

A seca ocorrida nos fins da década de 1870 trouxe uma série de problemas desconhecidos em secas anteriores na Província do Ceará, pelo menos se compararmos às proporções tomadas. Pode-se dizer que foi a partir desta seca, efetivamente, devido à grande leva de migrantes que se dirigiram à capital da Província, Fortaleza, que o Governo passou a exercer seu papel paternalista, ou seja, o de “acolher” aqueles flagelados a fim de evitar que os mesmos perturbassem a ordem e o progresso das elites que se pretendiam belas. Diante de uma invasão de miseráveis, advindos das mais variadas localidades, por falta de víveres e de quem os socorra, viam na capital sua alternativa para sobrevivência. Foi necessário ao governo pensar em estratégias a fim de controlar uma situação que se tornava caótica na medida em que centenas de migrantes entravam diariamente na capital, pois além da situação de incômodo que as elites enfrentavam, dar esmolas e mantê-los sitiados era insuficiente. Seria preciso tirá-los do ócio, evitar-lhes a comodidade de serem sustentados pela caridade de particulares.

A partir de meados de 1878, as autoridades passaram a “limpar” efetivamente a capital daquela miséria indesejável. Os retirantes iam sendo mandados aos poucos para os

abarracamentos ao longo dos locais das obras onde seriam executados os trabalhos de prolongamento da estrada de ferro de Baturité, onde seriam empregados. Os retirantes foram então ocupados como trabalhadores da ferrovia, obra na qual a duração define meu recorte temporal (1877-1880), iniciando com o estouro do fluxo migratório e encerrando-se com a suspensão das obras da estrada de ferro de Baturité, como também em outras obras “acessórias” tais como o carregamento de pedras feito pelos indigentes das pedreiras no Mucuripe à Estação Central, material que seria transportado aos locais de construção dos prolongamentos da via-férrea.

Foi, portanto, a ocupação desses retirantes em obras públicas a principal estratégia do governo a fim de satisfazer não só as elites, mas também os próprios flagelados, que em troca de roupas, ração diária e, por vezes, pagamentos em dinheiro, transmutavam-se em trabalhadores, sem especialização, sem conhecimento do que seriam levados a fazer. Mas, preocupados em sobreviver, ocupavam-se nos mais diversos afazeres oferecidos e seguiam aprendendo, no contexto da seca de 1877, o ofício que lhes era ensinado.

Adiante, são destas relações de trabalho que surgem as resistências empregadas pelos retirantes. Longe da passividade que se pensa com que foram transportados aos locais de trabalho, movidos pela necessidade de comer e viver, os acontecimentos deram aos trabalhadores o conhecimento para exigir. Criaram meios de resistência, preocupavam constantemente os engenheiros, que os queriam sob constante vigilância e as mais variadas formas de conquistar ganhos foram observadas, e isso pode ser afirmado, foi fruto da experiência adquirida pelos retirantes através das relações desenvolvidas no contexto do trabalho.

Pode-se contribuir através deste estudo, social e academicamente, demonstrando algumas das infinitas possibilidades de aprendizagem e de criação que podem surgir nas relações sociais e culturais humanas. A importância deste estudo está na tentativa de recuperar uma parte da história dos trabalhadores da estrada de ferro de Baturité, simplesmente o maior empreendimento de uma época e que maior número de trabalhadores empregou, se comparado a qualquer outra frente de serviços. Buscar encontrar indícios de como viviam e agiam, procurar resgatar um pouco da história daqueles que, para além das frustrações, a experiência deixou algo positivo: a possibilidade de analisar como se deu o aprendizado, o uso das habilidades manuais, a qualificação técnica, a aceitação e a negação destas nas relações desenvolvidas, implicaram consequências na economia e na política da Província. Deste modo, procuro trazer uma pequena contribuição ao chamado “mundos do trabalho” ao colocar a reflexão em torno da história dos trabalhadores que fizeram a história de seu tempo

do modo como lhes foi possível.

A construção do objeto: da problemática, do diálogo com a historiografia e dos objetivos

Durante a seca, o destino principal dos retirantes foi Fortaleza, onde estava situada a sede do governo Provincial. As localidades de serras úmidas, outras rotas seguidas antes, estavam ocupadas pelo gado e seus proprietários não tinham condições de “acolhê-los”, estando também prejudicados pela seca. Como se não bastassem as dificuldades, uma medida adotada pelo Presidente da Província, Ferreira d’Aguiar, entre novembro de 1877 e fevereiro de 1878, de suspender o envio de víveres para o interior, só fez aumentar a migração para Fortaleza: algo amedrontador para toda a população da cidade.

A apreensão causada pelos milhares de retirantes que ocupavam a capital exigia medidas urgentes diante do “perigo iminente”. Uma dessas medidas de controle seria dar trabalho para os indigentes, como forma de afastá-los da Capital, manter a ordem e passar a ideia de que o trabalho é digno e os retiraria da humilhação.

Como pano de fundo da obra da ferrovia, é possível perceber indícios dos possíveis interesses do Estado neste tipo de trabalho: impedir a migração, livrando Fortaleza daquele infortúnio, mantendo as pessoas no interior a fim de desenvolver povoados nos abarracamentos ao lado das obras das novas estações. Em resumo, “limpar” a cidade da presença indesejável dos maltrapilhos.

Após a decisão de retirar os indigentes da capital empregando-os em obras públicas no interior, surgem novas relações de trabalho desenvolvidas entre técnicos, engenheiros e flagelados, para estes uma alternativa de sobrevivência, para os dois primeiros uma “[...] fonte de trabalho, no qual deviam ser aproveitados milhares de braços, que viviam ociosos, infelizes que mendigavam veria impedir a migração” (TEÓFILO, 1922, p. 201).

Muitos retirantes, porém, se recusavam a sair da capital por conta das notícias que ouviam denunciando os maus tratos que sofriam os trabalhadores da estrada de ferro de Baturité, vítimas dos abusos de engenheiros e dos seguranças destes, que eram responsáveis pela “manutenção da ordem” nos abarracamentos (locais onde os retirantes se abrigavam após o dia de trabalho) e nas pagadorias (locais em que se efetuavam os pagamentos dos retirantes pelo trabalho efetuado).

Enquanto os trabalhadores buscavam melhores condições para garantir sua sobrevivência, os engenheiros buscavam meios de ampliar a vigilância e o controle sobre os retirantes, pois poderiam imaginar a proporção que tomaria uma possível desordem causada

pelos retirantes insatisfeitos. Esse medo era representado nos vários pedidos urgentes no envio de víveres para o interior a fim de serem distribuídos entre os indigentes, para que assim pudessem ser evitadas as revoltas.

Esses pedidos estavam presentes nos ofícios do Engenheiro Chefe da 2ª Secção, Carlos Alberto Morsing, para os dois presidentes da Província do Ceará, cada qual em seu mandato, durante o período das obras, percebendo o descontentamento dos retirantes através de ações como apedrejamento de trens, saques efetuados a armazéns de viveres feitos inclusive por grupos de mulheres, além dos conflitos entre retirantes e força policial quando os primeiros não recebiam o “pagamento” que lhes era devido e partiam coletivamente para reivindicar junto às pagadorias. As mais variadas formas de resistência foram observadas, e creio ter sido fruto da experiência adquirida pelos retirantes através das novas relações surgidas neste contexto.

É perceptível ainda que existiu a preocupação em não deixar os retirantes à míngua. Os que não eram selecionados por terem grande família foram “beneficiados” com gêneros suficientes para o retorno aos abarracamentos, local que, mesmo fora das frentes de serviço, tinha a função de mantê-los sob vigilância e controle. Muitos, porém, mesmo selecionados apenas recebiam roupas e alimentos, retornando em seguida aos seus abarracamentos de origem sem se prestarem a serviço algum, o que, a nosso ver, se caracteriza como forma de resistência¹ aos meios de coerção impostos.

No processo da disputa de interesses, os métodos utilizados, obviamente, são aqueles determinados pelo momento. Deste modo, os retirantes empregavam também as formas de resistência que podiam ser, inclusive, a violência e a brutalidade se a situação assim exigisse.

A prática de apenas receber roupas e alimentos e “fugir” do serviço era comum aos retirantes removidos aos campos de trabalho, sendo inclusive o exemplo seguido pelos retirantes “veteranos”, o que fez reduzir o número de trabalhadores, prejudicando o andamento da obra.

Outra discussão levantada diz respeito à técnica e à aprendizagem nos trabalhos. Não há dúvidas que as atividades exercidas não poderiam ser efetuadas de qualquer modo, requerendo assim determinados conhecimentos de acordo com a função a ser executada. No

¹ Durante a pesquisa, a palavra resistência é citada várias vezes compreendendo esta no sentido da palavra: resistir, não desejar fazer algo ou ainda na proposição de James Scott de “fazer corpo mole para o trabalho, efetuar pequenos saques...”, isto é, pequenas atitudes qualificadas como resistência a algo que não lhes convém ou não é “justo”. Cf.: SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Trad.: Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In: Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, n° 01, 2002.

entanto, podemos investigar como esses obstáculos foram sendo superados, afinal, os trabalhadores não estavam realmente “habitados a trabalhos desta espécie”, mas foram eles que abriram montes com dinamites, que construíram as pontes e que colocaram os trilhos em sua devida distância, etc.

Diante do exposto, pretendemos levantar as seguintes questões: como se desenvolveu o processo de aproveitamento dos retirantes nas obras da via férrea? De que forma as medidas empreendidas pelo Estado, pressionado direta ou indiretamente pelos segmentos dominantes, e, lógico, pelos próprios retirantes, viam as obras da estrada de ferro de Baturité como “solução” para problemas de ambos? Sobretudo, para além dessas questões, é nosso interesse analisar o desenrolar dos conflitos que compõem o novo quadro dessas relações sociais e que perpassam pelo processo de formação dos retirantes em trabalhadores dotados de um saber técnico, sem dúvida diferente do que conheciam e executavam anteriormente e, ao mesmo tempo, compreendermos as táticas que foram utilizadas por esses trabalhadores para garantir minimamente sua sobrevivência em condições tão adversas.

Dentre a historiografia que aborda a temática a ser estudada, posso citar, resumidamente, os seguintes trabalhos: “*A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*”, de Benedito Ferreira; “*Estrada de Ferro de Baturité: história e ação social*”, de Eduardo Campos; e “*Estradas de Ferro no Ceará*”, de Assis de Lima e José Pereira. De modo geral, estes são trabalhos que abordam o processo de construção da ferrovia de modo amplo, mas que trazem informações relevantes, em dados estatísticos, por exemplo, que contribuem em minha pesquisa. Todavia, sem carecer de muitas explicações, a comparação dos títulos com o dessa pesquisa já denota a diferenciação que o recorte apresenta em termos teórico-metodológicos. Sem dúvida, seguiremos por outros trilhos.

No entanto, precisamos falar de uma obra que inicialmente nos serviu de referência. O trabalho de Tyrone Cândido, “*Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*”. Neste, o autor aborda desde o contexto da seca, passando pelas posturas governamentais em relação aos retirantes e apresenta algumas das relações dos retirantes durante as obras. Certamente, um trabalho que muito contribuiu para a historiografia cearense. Entretanto, enquanto historiadores, reconhecemos humildemente que toda pesquisa é incompleta e sempre algo que foi apresentado pode ser aprofundado, principalmente se disso for merecedor. E é nisso que nos propomos: apresentar e aprofundar uma discussão acerca da produção e aprendizagem técnica dos trabalhadores da estrada de ferro de Baturité, a fim de estabelecer outros níveis de compreensão no tocante aos “mundos do trabalho”. Compreender que a qualificação técnica tem grandes implicações socioculturais é entender que este trabalho

tem possibilidades de contribuições efetivas para a historiografia cearense.

Desse modo, temos como objetivos neste trabalho acadêmico: analisar os interesses do Estado na utilização da mão de obra dos flagelados num contexto de crise sanitária e de transição de mão de obra escrava para livre; elucidar as mudanças nas relações de trabalho dos retirantes na construção da estrada de ferro de Baturité buscando relacionar: formação, técnica e o processo de resistência que aprenderam a exercitar; procuramos, ainda, analisar as relações de controle empregadas por engenheiros e seus seguranças durante as obras da via férrea; e, por fim, compreender como se davam no cotidiano dos trabalhadores, as táticas por estes desenvolvidas no sentido de obter melhores condições de sobrevivência.

Em suma, o objetivo desta pesquisa é analisar as relações desenvolvidas nas obras da estrada de ferro de Baturité, entre 1877 e 1880, tendo os retirantes como sujeitos ativos do processo, na aprendizagem técnica, criando táticas e resistências contra a disciplina e os métodos de controle impostos.

Do enquadramento teórico – metodológico

Propondo analisar as relações existentes na construção da via férrea, a partir da aprendizagem técnica dos trabalhadores, da exploração imposta e as táticas e resistências desenvolvidas por estes, devemos pensar as diversas situações ocorridas como fruto das experiências vividas por homens e mulheres no contexto em que estão inseridos, e, nesse caso, particularmente, as experiências resultaram das tensões e “negociações” entre as partes, em meio a diferentes processos advindos de um fenômeno climático que obrigou milhares de pessoas a migrarem de seus locais de vida em busca da sobrevivência.

Partimos do ponto de que é aceitável que as sociedades são estratificadas de uma ou de outra maneira, ou seja, os indivíduos se “inserem” hierarquicamente em grupos de interesses mais diversos. Se os homens fazem a história no âmbito das condições em que se encontram, é preciso ter em mente que as numerosas vontades humanas (individuais), em muitas situações, têm resultados inteiramente diversos dos desejados. Todavia, lembramos que entre as forças materiais da história (objetivas) e as da consciência que os homens têm do real (subjetivas) há uma clara separação. A consciência, pois, é diversificada e depende ao mesmo tempo das condições históricas, sociais, econômicas e culturais em cada momento histórico.

Inevitavelmente, o tema abordado me fez dialogar com historiadores e pesquisadores de áreas do conhecimento que parecem diversas de Thompson e Hobsbawm a Certeau e Peter Burke entre outros. Mas que fique claro que em nenhum momento a teoria

entra forçadamente na tentativa de legitimar cientificamente o trabalho, pelo contrário, “encaixa como uma luva” em praticamente todos os momentos, pois

A história das sociedades exige que apliquemos, se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelo menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese de trabalho [...] Todo historiador social de fato levanta tais hipóteses e sustenta tais prioridades. [...].

Em suma, se como historiadores da sociedade devemos ajudar produzindo – para o benefício de todas as ciências sociais – modelos válidos da dinâmica sócio-histórica, teremos que estabelecer uma maior unidade entre nossa prática e nossa teoria, o que, nessa altura do jogo, provavelmente signifique, em primeira instância, observar o que estamos fazendo, generalizá-lo e corrigi-lo à luz dos problemas que surgirão de nossa prática ulterior (HOBBSAWM, 1998, p. 93-95).

Ressaltamos, ainda, que a teoria que norteia esta pesquisa não é apenas a da história social, mas sim, como define Peter Burke, a da história “sociocultural”² que

[...] Em vez de simplesmente substituir a história social da cultura pela história cultural da sociedade, faz-se necessário trabalhar com as duas idéias de forma conjunta e simultânea, independentemente do grau de dificuldade que isso possa acarretar. Em outras palavras, parece-nos bem mais proveitoso considerar a relação entre cultura e sociedade em termos dialéticos com ambas as partes, a um só tempo, ativas e passivas, determinantes e determinadas (BURKE, 2002, p. 171).

Igualmente, este trabalho se inseriu na linha de pesquisa Memória, Oralidade e Cultura Escrita do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) que, embora tendo um recorte temporal um pouco distante, vale ressaltar a busca por uma análise sob a ótica das práticas criadas pelos retirantes, sujeitos que longe de serem passivos, foram importantes no processo de construção dos acontecimentos, não apenas aceitando, mas também criando táticas e impondo resistências a cada nova situação apresentada. Para isto analisaremos os discursos dos jornais, do governo, dos engenheiros e de cronistas como Rodolfo Teófilo, que muito colaborou nos seus escritos na representação das práticas dos retirantes, colocando-se no lugar daquilo que aconteceu e atribuindo-lhe significados. Enfim, abordarei documentos que constituem um riquíssimo material em termo de cultura escrita. Para isto, destaco Cultura como:

² Não temos a pretensão de levantar ou derrubar “barreiras” existentes entre os respectivos campos teóricos, do social e do cultural, mas esperamos demonstrar que as variadas teorias não são camisas de força que amarram o historiador em seu terreno teórico e o impede de transitar por outros conceitos ou áreas das ciências sociais, e sim meios de contribuir e enriquecer o trabalho através de diálogos transdisciplinares.

[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. [...] é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Óbvio que não se trata de uma definição de cultura, mas munido do conhecimento de que a realidade e as imagens que se tem dessa realidade devem ser interpretadas, temos a cautela para na análise não incorrer em generalizações ou conclusões exageradas. Devemos perceber nessas relações o vivido, as experiências quotidianamente construídas, em que se cria e são recriados valores, através de seres conflitando-se com regras a serem seguidas nos trabalhos da estrada de ferro de Baturité.

Entra na vida daqueles trabalhadores a disciplina através de uma hierarquia e do controle do tempo: “[...] aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo [...] o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo [...]” (THOMPSON, 1998, p. 272), pois as relações capitalistas de controle racional do tempo são muito diferentes do que costumavam ter em seus antigos locais de trabalho.

As relações de controle e resistência surgem a partir dos conflitos estabelecidos entre os retirantes e os engenheiros, o que leva os retirantes a estabelecerem táticas para se defenderem e resistirem à exploração da sua mão de obra.

Usamos aqui o conceito de “tática” de Certeau, pois notamos que o desenrolar dos conflitos entre os engenheiros e os trabalhadores se deram justamente na intenção destes de criarem espaços onde pudessem iniciar uma maneira de utilizar do sistema que lhes era imposto para tirar proveito da ocasião (táticas) e assim impor sua resistência. “[...] As práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social”. Procedimentos multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos que escapam à disciplina sem ficar fora do campo onde se exerce [...] (CERTEAU, 2008, p. 163).

Os retirantes de certo modo, antes acostumados ao trabalho agrícola, e a obedecer alguém com poder tradicionalmente instituído, o do proprietário de terras, agora se viam em relações estranhas tendo que se submeter a pessoas que possuíam poder de mando pelo saber técnico que detinham e isso, sem dúvida, contribuiu no desenrolar dos conflitos. Os engenheiros acreditavam-se superiores e impunham a obediência aos retirantes, estes, à medida que iam aprendendo os trabalhos, desenvolviam ações de resistências impondo assim sua “linguagem ordinária”, donos de uma nova maneira de pensar e de agir.

O que ocorreu durante os anos de 1877 e 1880, durante os trabalhos na estrada de

ferro de Baturité, pode ser analisado através dos nossos estudos, da investigação e das interpretações dos escritos deixados para análise.

Ao investigar a conjuntura é fundamental perceber como se encontrava a situação da capital cearense diante da preocupação gerada pela presença dos flagelados, que, ao que parece, pressionaram o governo nas suas decisões. Para isso, uma obra é importante: “*História das Secas do Ceará (1877-1880)*” escrita por Rodolfo Teófilo³, bem como duas outras obras de sua autoria: “*Secas do Ceará*” (segunda metade do século XIX) e seu romance “*A Fome*”, de 1890. Analisaremos este romance ressaltando a importância do diálogo da história com a literatura, sabendo que toda produção literária é fruto de um sujeito (no caso, Teófilo) que está imerso num determinado contexto, tendo, portanto, sua interpretação dos fatos que ocorrem e estes mesmos fatos influenciam sua escrita. Além disso, a obra é rica de material sociológico. Percebemos nesta obra um retrato da seca, da fome, que é o momento da tentação impulsiva que em muitos momentos foge do controle da consciência. Demonstrações de lucidez, das tensões ocorridas entre os retirantes e os pagadores das Comissões de Socorros Públicos. Teófilo nos dá alguma luz sobre nossa pesquisa, e não deve ser esquecido obviamente que estes dados são cruzados com outras fontes para que seja buscada sua verossimilhança. Esse escritor, que vivenciou o período, traduziu nestas obras não só como se configurou a seca, mas também deu atenção aos conflitos, às relações que se desenvolviam e às ações que foram implementadas. Essas obras auxiliam no conhecimento dos acontecimentos desenrolados na época: as ações do poder administrativo, as reações dos flagelados, além de vários dados estatísticos.

Os jornais veiculados na cidade no quadriênio 1877-1880 são importantes fontes de pesquisa divulgadoras de vários discursos referentes à invasão dos retirantes na capital e o emprego destes em obras públicas. Os jornais apresentam registros dos conflitos, denúncias de maus tratos, mortes, bem como, por outro lado, não raras vezes, teceram elogios aos governantes que empreenderam medidas que visavam solucionar os problemas ora enfrentados na Província. Enfim, notícias que ajudaram na construção dos acontecimentos àquela época e hoje ajudam nesta proposta de estudo. Importante salientar que os jornais poderiam ter contribuído mais, no entanto, para a proposta de pesquisa, foram utilizados na medida em que puderam contribuir para os recortes efetuados. Os jornais são: *O Retirante*, que circulou entre os anos de 1877-1878; *Cearense*, entre 1877-1880; e *Eco do Povo*, durante

³ Rodolfo Marcos Teófilo (Salvador, 1853 - Ceará, 1932) foi: romancista, poeta, documentarista, farmacêutico e político. Pertenceu a Padaria Espiritual (agremiação literária) sendo o último Presidente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras, na qual é Patrono da Cadeira nº 33.

o período de 1879-1880⁴. Todos produzidos em Fortaleza. No que se refere aos jornais, é importante fazer a contextualização dos mesmos, dando atenção a quem escreve as colunas, quem edita, o proprietário do jornal, os grupos que representam os envolvidos na elaboração do periódico, ou seja, tentar identificar quem são os autores dos discursos produzidos, em outras palavras, o “lugar social da produção”.⁵

Os documentos relativos à Comissão de Socorros Públicos de Fortaleza e Canoa (atual Aracoiaba), auxiliaram, nos dois últimos capítulos, na análise dos conflitos existentes e os pedidos frequentes de auxílio, víveres ou força policial, bem como das sugestões para controlar o “mal” que se alastrava na Província do Ceará. Nessa documentação ficam claros os discursos e ações dos engenheiros constantemente conflitando com a Comissão de Socorros que recebia os gêneros e assim “corrompiam” os trabalhadores, que lá receberiam as rações sem ter oferecer trabalho em troca, causando, conseqüentemente, desordens e revoltas dos retirantes por falta de víveres nas frentes de serviços.

O Fundo dos Negócios do Executivo e os Relatórios dos Presidentes de Província do Ceará são abordados de forma que mostrem as peculiaridades referentes aos administradores no trato com os retirantes, as ações implementadas nas medidas de controle, além de trazer notícias do andamento das obras de prolongamento da ferrovia. Observamos nessa documentação como reagiam as autoridades a partir da intensa chegada de migrantes à Capital, as exigências das elites para que se fossem tomadas decisões urgentes, além das narrativas acerca dos problemas que enfrentavam na relação com o caos em que se encontrava Fortaleza e as dificuldades de atendimento nas solicitações feitas ao Imperador D. Pedro II, que tornaram a situação mais difícil de ser resolvida. Nessa documentação, encontram-se ainda números relativos à quantidade de gêneros destinados à alimentação dos desvalidos, como estes eram conseguidos, como era feita a distribuição, a quem atendiam e uma série de outros dados que são fundamentais para a pesquisa.

⁴ *O Retirante*: jornal publicado em Fortaleza (24 de junho de 1877 – 24 de março de 1878) saía aos domingos sob a redação de Luís de Miranda, da Tipografia Imparcial, tendo por impressor Suitberto Padilha. Dizia-se órgão das vítimas da seca e de combate a administração Ferreira d’Aguiar; *Cearense*: Órgão do partido liberal publicado em Fortaleza a partir de 04 de outubro de 1846. Saiu da Imprensa Nacional de Barbosa, da Tipografia Brasileira de Paiva & Cia. Teve como fundadores e primeiros redatores Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu. Figuraram também entre redatores e colaboradores João Evangelista, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Júnior e Dr. Paula Pessoa. Algum tempo após a Proclamação da República, até 25 de fevereiro de 1891, foi publicado com o título “Órgão Democrático”. Desapareceu com a queda de José Clarindo; e *Echo do Povo*: publicado em Fortaleza a 1º de junho de 1879 e circulou até fevereiro de 1880, tendo por redatores Dr. Antônio José de Mello, João Cordeiro e Vicente Linhares. Impresso na Tipografia Imparcial por Francisco Perdigão. Travou tremendas batalhas aos comissários da seca. Cf. CEARÁ, Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. *Catálogo Geral*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

⁵ Para maior discussão acerca do lugar social da produção ver: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2007.

Os documentos de Avisos do Ministério da Justiça relatam os conflitos existentes, as prisões efetuadas, mandados de buscas a retirantes infratores, os comunicados de prisões, demonstrando o que era considerado infração, ou seja, normas criadas a partir da nova situação em que se encontrava a Província.

Os documentos elencados como os mais importantes para análise são certamente os Ofícios Diversos Relativos à Estrada de Ferro de Baturité. Neles constam informações acerca das relações estabelecidas, as formas de controle dos engenheiros sobre os trabalhadores, o medo que os afligia as revoltas, as exigências impostas pelos retirantes, enfim, aquilo que mais interessa dentro dos objetivos da pesquisa. Esses são os documentos-base, pois relatam o cotidiano das relações sociais existentes e onde encontramos demonstrações dos hábitos e práticas desenvolvidas pelos trabalhadores da via férrea, diante das novas relações que se apresentaram à época. Nesta documentação é possível perceber as táticas dos retirantes, os embates físicos, as fugas, todo o ambiente de conflitos diários no cotidiano dos trabalhadores da estrada de ferro de Baturité e, sobretudo, como se deu a aprendizagem dos retirantes no processo produtivo. E eles são importantes para mostrarem os limites do controle impostos e da resistência. Em que ponto começam as tensões e as negociações, as coerções e as táticas, os domínios e as resistências.

Os procedimentos teórico-metodológicos a serem utilizados nas fontes escritas se baseiam no método investigativo pelo qual o real é representado de forma reflexiva, tendo os discursos como uma construção feita a partir do real. Assim, os discursos compõem aquilo que são trabalhados, construídos e criados a partir do que existe. Desta forma,

[...] É preciso recolher os traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças ou *puzzle* de peças, capazes de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias.

Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo. [...] ⁶

Em suma, a análise da documentação citada e as informações encontradas através do cruzamento das fontes nos ajudaram a perceber os vários discursos e os métodos de controle utilizados pelos “chefes” no emprego dos retirantes nas obras da estrada de ferro e as

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 64-65. Sobre o método investigativo ou detetivesco do historiador ver: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

reações destes às atividades de controle impostas, assim como o desenrolar das novas relações de trabalho surgidas neste contexto.

Da estrutura dos capítulos

No primeiro capítulo temos como fontes fundamentais os discursos oficiais, principalmente os relatórios dos Presidentes de Província e dos jornais, e apresentamos o contexto em que se encontrava a Província do Ceará vitimada pela seca. A caracterização desse contexto se faz necessária por uma questão própria da apresentação do cenário – ou como circula entre os historiadores: o “chão histórico” – e melhor compreensão dos acontecimentos que levaram a uma migração exigindo medidas novas e imediatas das autoridades. A situação excepcional que se desenrolava desembocou num processo de retomada de obras públicas e surgimento de novas obras a fim de empregar o maior número possível de flagelados. Isso foi uma medida do governo local, na realidade, a princípio, uma Lei Imperial que ordenava ocupar os retirantes em serviços públicos em troca de víveres e um salário complementar. Deste modo, discutimos ainda os interesses que estavam por trás das obras públicas, dos pronunciamentos políticos carregados da palavra “progresso”, que não tinha o mesmo significado para os retirantes.

E assim, dentre as várias obras, tem-se as do prolongamento da via-férrea de Baturité, que logo passou a ser apresentada nos jornais como uma escola que ensinava aos retirantes um ofício, criando a ideia de que o Estado cumpria seu papel e o trabalhador devia-lhes ser grato pela ajuda fornecida, pois em tempos vindouros eles já estariam especializados e teriam uma profissão que lhes garantiria a subsistência, além de terem, naquele momento, um trabalho que os dava a ração que garantia sua sobrevivência. A problemática advinda do processo de transição de mão de obra escrava para o trabalho livre também é analisada nesse capítulo.

Em outras palavras, este primeiro capítulo é uma espécie de apresentação geral do processo histórico do tema pesquisado, mas não quer dizer que esteja carente de análise e crítica das fontes. Apenas creio que devemos compreender a história enquanto um processo contínuo que obviamente não podemos prever, mas se tratando de passado, podemos averiguar. E, sendo assim, é plenamente justificado compreendermos, na medida do possível, o desenrolar *pari passu* dos acontecimentos que antecedem nosso objetivo maior que é analisar as práticas dos trabalhadores.

Os acontecimentos daquele período são do tipo óbvio que dizemos: “só poderia ter acontecido naquele momento e em nenhum outro”. Afinal, a conjuntura era plenamente

favorável: 1) no final do século XIX a discussão em torno da implementação do trabalho livre era amplamente discutida; 2) a seca “gerou” indireta e excessivamente uma mão de obra barata; 3) o “atraso” da província era constantemente denunciado nos jornais através das demandas de obras de grande vulto e de utilidade na província; 4) as estradas de ferro foram, sem dúvida, o maior empreendimento de fins do século XIX e, talvez, o maior dos símbolos do que se pode chamar de “progresso” nas grandes nações. Trataremos ainda sobre o péssimo estado sanitário que exigiu vigilância intensa e que influenciou em toda a disciplina e rigor no tratamento dos retirantes. Enfim, analisar o contexto daquele período é o que constitui o objetivo deste capítulo.

A proposta no segundo capítulo será a de trabalhar na perspectiva de demonstrar e discutir o processo de formação (leia-se no sentido de aprendizagem) pelo qual os retirantes passaram e quais as necessidades e dificuldades enfrentadas. Apresentando ainda, na medida do possível, quem eram esses trabalhadores, analisando o cotidiano do trabalho no prolongamento.

Discutiremos o estranhamento enfrentado pelos retirantes nas novas técnicas de trabalho que lhes eram ensinadas no prolongamento da via-férrea. Aqui dois problemas principais convergem e direcionam a produção do capítulo: o rápido processo de formação desses retirantes em atividades especializadas, ou seja, a aprendizagem da técnica específica de determinada função, fora o “choque” advindo das próprias relações que tiveram com seus “novos chefes”, os engenheiros; e, como consequência, perceber que ao aprender novas habilidades manuais, os retirantes aprenderam também a exercitar artimanhas contra a exploração a que se “viam” vítimas.

Enfim, o processo de formação foi além das meras relações de trabalho e da técnica, mas deram ainda novas experiências aos trabalhadores que se amotinaram, saquearam e se utilizaram de várias táticas a fim de buscarem meios de minimizar a situação de miséria em que se viam.

Até onde as fontes permitiram, investigamos as necessidades daqueles homens e mulheres que eram explorados nos serviços da via-férrea e fora dela, explicitando como agiam e porque assim faziam em determinadas situações. Algo que foi útil como *link* de introdução ao capítulo seguinte que busca compreender em escala mais específica o cotidiano dos trabalhadores de um ângulo que lhes é particular. Não esquecendo que os documentos abordados são oficiais, a metodologia aplica-se em buscar o que foi deixado perceber nos relatos dos engenheiros e administradores das Comissões de Socorros Públicos sobre os retirantes, para assim caracterizar, conforme permitido quem eram e o que buscavam e faziam

aqueles homens. De modo geral o que se busca é uma análise do cotidiano dos trabalhadores nas obras.

No terceiro e último capítulo, já tecido o fio entre os dois primeiros, chegamos ao objetivo de analisar as ações empreendidas pelos retirantes ante o autoritarismo dos engenheiros e em que medida isto se tornou uma prática “consciente”.

Apresentamos como se desenvolveu a ação coletiva dos trabalhadores a exigir dos engenheiros o que era de atendimento básico pelo seu trabalho. Quando começou? Qual a necessidade da ação em massa? Quais os resultados? As motivações? As fontes mostram que os efeitos causados foram urgentes e necessários para as autoridades: escolta armada para os engenheiros, pedidos urgentes de envio de gêneros alimentícios às pagadorias a fim de que fossem evitadas as revoltas, os apedrejamentos e saques, só para citar alguns exemplos.

Neste capítulo descrevemos e analisamos as lutas, exigências e conquistas de uma coletividade impaciente e consciente de seus anseios. Já “feitos” trabalhadores, amotinados, pressionando aqueles que os oprimiam, lançam-se das lutas para a conquista de seus interesses e confirmando hipóteses que lanço de que as táticas empreendidas iam além da mera resistência avançando para atitudes conscientes, sabedores de seus propósitos e suas forças e, quiçá estes trabalhadores através de suas práticas de luta foram o embrião do movimento operário que estava para surgir no Ceará?

CAPÍTULO 1

1. O opúsculo histórico de uma ferrovia.

Os anos de 1877 até 1880 foram compostos por cenas bastante incomuns para a sociedade brasileira, especificamente, a cearense. A seca, um fenômeno climático que nunca foi algo raro para a então Província do Ceará, durante esses anos teve que ser enfrentada de modo diferente diante da migração desenfreada de pessoas vindas das mais diversas localidades do interior do Ceará para a Capital, Fortaleza, deixando as ruas apinhadas de flagelados, famintos esfarrapados solicitando auxílio dos habitantes e das autoridades da Província. Vários estudos já haviam sido desenvolvidos buscando sanar essa problemática que deixava de ser, a cada ano de estiagem, um problema apenas climático e ganhar proporções maiores no seio da sociedade.

Diante do grande ímpeto migratório e estando Fortaleza cheia de visitantes indesejados que incomodavam com sua presença, disseminando o medo das doenças e o asco nos habitantes da capital, os governantes, pressionados por estes, tiveram que tomar medidas que aliviassem o cenário de caos que já era apontado nos idos de 1877. Assim, entendendo a história como um processo contínuo, em que passado e presente não estão desconexos, é importante verificarmos alguns pontos acerca dos estudos realizados pela Comissão Científica criada pelo Império alguns anos antes com o objetivo de minorar os efeitos da seca nas Províncias do Norte.⁷

Conforme aponta Kênia Rios, a vinda da Comissão tinha nos seus planos a integração da Província do Ceará no projeto de constituição da nação brasileira. Até então, a seca não tinha grande destaque no cenário nacional, como um problema central a ser resolvido, portanto não demandava grande concentração de esforços do governo (RIOS In CAPANEMA & GABAGLIA, 2006, p. 13). Apenas mais tarde, coincidindo com a seca de 1877 e a publicação dos estudos de Giacomio Raja Gabaglia, responsável pelas seções de astronomia e geografia, no mesmo ano, a seca passaria a ser reconhecidamente um problema

⁷ A Comissão Científica, também chamada de “Comissão das Borboletas”, esteve no Ceará entre os anos de 1859 e 1861 com a intenção de empreender estudos que possibilitassem o conhecimento de um território pouco conhecido através de estudos geológicos, botânicos etc., ao passo que eram motivados pela expectativa de encontrar metais preciosos nas terras cearenses. Já realizando os estudos, a seca passou a ganhar destaque e apresentar entre seus resultados os meios eficazes de combatê-la passou a ser necessidade. A Comissão estava dividida em cinco seções: botânica (presidida por Francisco Freire Alemão e Cisneiro, também presidente da expedição); geológica e mineralógica (Guilherme Capanema); zoológica (Manuel Ferreira Lagos); astronômica e geográfica (Giacomo Raja Gabaglia); e etnográfica e narrativa (Antônio Gonçalves Dias). Cf.: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; e CAPANEMA, Guilherme S. de & GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

nacional.

Desta maneira, este capítulo analisa o processo que antecede a retomada do prolongamento da via férrea de Baturité como a principal obra a ser realizada para a utilização dos retirantes como trabalhadores, demonstrando o interesse das autoridades na utilização desta mão de obra. Para isso, é preciso analisar como surgiu essa ideia de efetivar obras públicas como meio amenizador e talvez solucionador dos problemas advindos de calamidades, nesse caso, a seca.

Os fatores que confluíram para a execução das obras, bem como os relatos e desejos que pairavam por trás dessa empreitada de “uma ferrovia que não é só uma ferrovia” são importantes na análise das interseções que tomam parte na política, na economia, nas questões sociais e nos aspectos culturais decorrentes de sua construção.

A seca de 1877 teve papel fundamental na construção dessa Estrada de Ferro. Afirmamos que ela foi a propulsora das obras de boa parte da ferrovia, afinal a migração trouxe para Fortaleza as mãos que escavariam, colocariam trilhos e dormentes para que as locomotivas pudessem silvar por seus caminhos previamente determinados, pois os caminhos da ferrovia também foram alvos de disputas políticas, cabendo ressaltar que isto não tem particular interesse para esta pesquisa.

Refletir sobre os anos finais da década de 1870 é lembrar que a escravidão ainda existia e os trabalhos a serem realizados pelos retirantes em muito seriam comparados aos trabalhos dos escravos, e isto não é uma questão menor. É um bom exercício de análise estabelecer a relação existente entre os trabalhos livre e escravo nesse processo de transição da mão de obra que existia no Brasil.

Não é também de menor importância a questão do estado sanitário da Província. Afinal, o amontoado de pessoas em condições insalubres gerou preocupações ao governo e à população. A varíola espalhou terror e uma pequena análise desta questão é importante, pois foi parte dos debates científicos que marcaram as transformações nos hábitos da população do período.

Por fim, trazemos a discussão que leva ao emprego dos retirantes nas obras da estrada de ferro de Baturité, certamente a obra mais importante, pelos braços aproveitados nos trabalhos, pelos benefícios deixados e pelas histórias que nos permitem ouvir e contar. “Contextualizar” é a palavra que pode definir bem o que farei neste capítulo. Analisar a conjuntura da Província do Ceará a partir dos Relatórios Provinciais, jornais e memorialistas. Enfim, pretendo analisar a escrita e a busca na defesa das “boas intenções” de intervenção política na sociedade.

1.1 – A seca, a ciência e o trabalho.

O horror provocado pelas secas não foi apenas um fenômeno climático, mas algo mais complexo e com profundas interferências no meio social. Os problemas vividos pelos flagelados também atingiram, certamente em menor grau, as elites⁸, porque as consequências da seca também geraram interferências nesta parte da sociedade fortalezense. Essas consequências não seriam tão graves para as camadas dominantes de Fortaleza caso não ocorresse a imigração assustadora dos miseráveis rumo à capital, fator que foi providencial para a organização das obras públicas de grande envergadura. O aumento da criminalidade foi outro dos problemas enfrentados.

Sob pretexto de fome, os crimes de furto e roubo se tem desenvolvido em longa escala, especialmente nas comarcas do sertão, onde os meios de viver são mais escassos e mais fácil o emprego da violência, não sendo por isso de admirar que frequentes homicídios vão completando a obra da perversidade [...] (Relatório, 22 fev. 1878, p. 3).

Na segunda metade do século XIX o processo de formação de uma identidade nacional “brasileira” ganhou força. A vinda da Comissão Científica de Exploração ao Ceará entre os anos de 1859 e 1861 para a realização de estudos faz parte desse esforço. É parte de um processo que visava integrar a Província não só ao restante do país, bem como inseri-la segundo seu potencial industrial e recursos oferecidos pela natureza nos rumos do crescimento e prosperidade almejados pelo Império.

Os estudos realizados pela Comissão ocorreram alguns anos antes da seca de 1877, todavia, a apresentação de seus resultados foi publicada nesse mesmo ano quando despontou a seca e baseado em boa medida nesses mesmos resultados é que foram tomadas as decisões para contornar a situação dificultosa enfrentada durante o quadriênio 1877-1880. Mais adiante, como se verá, a ligação entre os resultados dos estudos da Comissão e as medidas empreendidas pelos governantes durante a seca se fizeram conectadas.

Desde a vinda da Comissão, especialmente quando a seca passou a ser o principal tema abordado por seus integrantes, uma das respostas para a problemática já era anunciada: a execução de obras públicas utilizando a mão de obra dos flagelados para a realização de

⁸ Estas *elites* são aqui compreendidas tanto no sentido político, isto é, dos governantes da Província do Ceará, bem como, principalmente, de distinção social, ou seja, por meio da posição ocupada por uma camada social que tinha interesses opostos aos dos retirantes, e que se definiam como detentores das decisões que visavam dar a melhor direção à sociedade como um todo (WILLIAMS, 2007, p. 149-152). Para esclarecer melhor este ponto da diferenciação de interesses e como vemos esta estratificação social, definimos a compreensão, facilitadora, para “classe”: (i) grupo (objetivo); categoria social ou econômica, em diversos níveis; (ii) posição; posição social relativa; por nascimento ou mobilidade; (iii) formação; relação econômica percebida; organização social, política e cultural (WILLIAMS, 2007, p. 95).

melhoramentos na Província. Desse modo, a implantação de obras que pouco depois se efetivaria na seca de 1877 já era apresentada por Raja Gabaglia em seus estudos, indicando ainda os governantes como responsáveis pela execução de tais medidas, pois com a atuação deste “se cortaria o mal, mas frequentemente com a condição de que o governo se tornasse como que o pai generoso, que abre a bolsa ao filho perdulário, que no ócio e no deleite se esquece do dia de amanhã” (CAPANEMA & GABAGLIA, 2006, p. 61). Notamos a preocupação em afirmar que as medidas empreendidas pelo governo devem ser a de utilizar dos recursos para investimentos úteis, isto é, que o Estado atenda o seu dever de socorrer os vitimados pela seca, mas que não os alimente no vício da esmola, do ócio e da preguiça.

As palavras de Gabaglia são carregadas de teor racionalista acerca do que poderia chamar de “ciência das obras públicas”, no entanto, essas mesmas palavras tomam o teor de preconceito através de senso comum ao declarar o povo cearense como propenso à preguiça e aos socorros do governo sem prestar serviços úteis em troca se não lhes for exigido.

[...] Desculpem-me aqueles que se comprazem em asseverar que os naturais da província do Ceará são ativos e sofredores para o trabalho e que procuram apresentá-los como vítimas grandiosas das calamidades do nosso planeta. [...] Enquanto os anos do maná, isto é, os de chuva, se sucedem, tudo vai bem, mas, logo que mãos prognósticas são acompanhadas pelas tristes consequências, há a esperança de esmolar, esmola-se depois em todos os tempos, por todos os modos e por hábito. [...] os princípios da mendicância identificaram-se de tal maneira, que para as classes menos abastadas a ação de mendigar nada tem de desagradável, verdade é que pede-se como quem exige [...] (CAPANEMA & GABAGLIA, 2006, p. 80-81).

Pelo seu entendimento, durante a seca não se deve distribuir os socorros do estado aos retirantes sem a exigência do trabalho como retribuição, enquanto o que ele chama de “classes menos abastadas” creem, ainda segundo suas palavras, que “esmolar é lícito em todos os tempos”.

O empreendimento de obras públicas foi a principal medida para atenuar os efeitos da seca. Organizar o trabalho dos flagelados tornou-se uma questão de necessidade e urgente interesse para a Província. Os mais variados tipos de trabalho poderiam ser utilizados para aplicar os serviços de homens, mulheres e crianças em atividades que fossem importantes para o desenvolvimento do Ceará e consequentemente do Brasil, tendo em vista a observação de que a seca passou a ser identificada como um problema de todos os brasileiros num momento em que se tinha por finalidade elaborar a integração nacional.

As observações elencadas por Raja Gabaglia para justificar a exigência que o Estado deveria ter na execução de trabalhos se deram na compreensão de que a falta de

educação do indivíduo no trabalho geram vícios como os crimes, o ócio e a inércia, além do costume de apenas receber os benefícios da caridade particular e os oferecidos pelo Estado. Deste modo, faz-se a conexão: durante a seca, o povo com fome e diante da miséria, acostuma-se facilmente a ser alimentado sem a educação do trabalho, ao passo que isso se torna vício e o leva a continuar a solicitar esmolas mesmo em tempos não tão desafortunados. A isso é chamado atenção e, para Gabaglia, precisava ser corrigido.

A intenção apresentada nos estudos da Comissão era dotada de saber técnico e buscava atender os interesses dos ilustrados conhecedores das ciências, que julgavam elaborar meios de moralizar a população pouco instruída. A relação cultural existente entre o saber e o poder aplica-se efetivamente nesses momentos de calamidade: tirar proveito utilizando-se das circunstâncias para efetuar as realizações pretendidas pelo conhecimento técnico através do domínio e controle daqueles que, de certo modo, não têm muito a fazer a não ser “acatar” a organização do trabalho a fim de serem alimentados para ter a garantia de sobrevivência. Entretanto, Hobsbawm e Rudé alertam quanto ao risco de interpretar a passividade ou ação dos trabalhadores como algo automático em relação às exigências do trabalho, isto é, a reação dos retirantes, sejam elas quais forem, dependem das circunstâncias dadas em cada momento histórico, uma vez que

[...] as razões ou causas não são o mesmo que atos. Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandardizada de revolta. O que eles fazem, ou deixam de fazer, depende da situação entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência [...] (HOBSBAWM & RUDÉ, 1982, p. 58).

Tendo em vista que o governo deveria atender a população faminta em tempos de calamidade e esta esperava que os socorros chegassem até eles, nada mais natural que a dificuldade ocorrida na organização das obras, na aceitação dos retirantes em serem submetidos aos trabalhos (algo que será discutido em outro momento) penosos e na possibilidade dos governantes moralizarem, leia-se educarem, os trabalhadores numa nova lógica e disciplina que implicava novos hábitos e práticas. Assim, os retirantes esperavam alimentação através da ajuda caritativa, ao passo que os discursos técnicos providos pelas ciências e a população amedrontada de Fortaleza esperavam uma intervenção forte do governo para aliviar as tensões provocadas pela seca, em outras palavras, alimentar a moralidade e incutir na mentalidade dos flagelados o pensamento de gratidão das esmolas que recebem retribuindo-as com o trabalho.

Visando compreender o passado como um todo coerente e não em tópicos

isolados, faz-se necessário apresentar o contexto em que estava inserida a Província do Ceará para, deste modo, empreender a análise de como se chegou à implementação de obras públicas, sobretudo a da Estrada de Ferro de Baturité, como meio de empregar os retirantes em serviços que buscassem atender aos interesses em disputa. Assim, perceberemos a ligação que existe entre os apontamentos levantados pelos membros da Comissão Científica, as medidas tomadas pelos Presidentes de Província e, por fim, poder narrar o desenrolar dos acontecimentos.

Os membros da Comissão Científica conheciam experiências de outros países que enfrentaram calamidades e precisaram socorrer sua população da fome e outras dificuldades. As bases científicas de seus apontamentos tinham raízes na Europa e traziam consigo o discurso de prosperidade econômica a todo custo, daí a importância dada para a utilização dos retirantes durante a seca nas frentes de trabalho. Na verdade, primeiro foi preciso indicar obras importantes e de utilidades para o desenvolvimento da Província para melhor utilização dos recursos, tanto econômicos quanto sociais. Antes mesmo de ser deflagrada a seca no Ceará, a Província já enfrentava dificuldades econômicas para a implementação de obras. No relatório de transferência da posse da presidência da província, Farias Lemos, que deixava o cargo, alertou seu sucessor que

Nas actuaes circumstancias da província será mais providente a administração que resistir ao deslumbramento de todos os progressos onerosos, do que aquella que, deixando-se fascinar, consentir na sua realisação.

Os recursos do futuro, incertos e variáveis, ainda nas mais prosperas condições financeiras, além de acharem-se hypothecados aos empenhos do presente, demonstram os orçamentos de cada anno que decrescem lentamente apesar das novas imposições: são portanto uma esperança illusoria, [...] na decretação de despesas (Relatório, 10 jan. 1877, p. 3-4).

O cenário ainda estaria por piorar, uma vez que a escassez de chuvas fosse confirmada nos meses seguintes ao que o relatório foi apresentado. As dificuldades em lidar com a crise tanto econômica quanto climática persistiram durante a administração do Presidente da Província do Ceará, Caetano Estellita⁹,

A província que descansava tranquilla em seos recursos naturaes, e tinha posto no seu futuro toda confiança de seu progresso e desenvolvimento vio-se de subito ferida por uma secca dolorosa, que volvendo o cyclo de sua renovação, como d'antes, os mais pesados sacrificios e a sua população toda sorte de soffrimentos e provações.

⁹ Caetano Estellita Cavalcante Pessoa foi Desembargador e governou a Província do Ceará de 10 de janeiro de 1877 a 24 de novembro de 1877. O cargo de Presidente da Província, nos dias atuais, equivale ao cargo de Governador.

Suas finanças que já se arrastavam comprometidas, e que eu procurava dar todo impulso e melhoramento, cahirão de novo em verdadeira prostração e tomarão uma face desanimadora pelo decrescimento de suas rendas, e nenhuma cobrança de sua dívida, que caminha insolúvel por um sem numero de obstáculos (Fala, 02 jul. 1877, p. 03).

Caetano Estellita, ilustrado pelos pensamentos de promover melhorias na Província, apontava para a realização de obras públicas como o meio mais eficaz para reduzir os males causados pela estiagem, mas, conforme visto, teve que enfrentar problemas financeiros que não impediram, porém retardaram a confirmação de seus desejos. O presidente constantemente reclamava das cifras insignificantes despendidas para serem utilizadas nas obras que julgava necessárias e que eram importantes não apenas pelas circunstâncias da imigração, mas também pelo “atraso” da Província em que muito era necessário ser feito, além disso, precisaria de mais recursos para a realização dos melhoramentos ambicionados.

Obviamente, os objetivos a serem alcançados estavam relacionados com o desempenho econômico da Província, pois certamente, para realizar benefícios e auferir lucros é primeiro preciso fazer investimentos e posteriormente colher os frutos de tal empresa.

Estellita chamava a atenção para a via-férrea de Baturité como uma obra eficaz para a solução dos problemas no que se refere à utilização de mão de obra, no entanto esta empresa particular, que iniciou seus trabalhos em 1872, também se encontrava em problemas financeiros e suas obras tinham sido interrompidas em 1875. Foi nessa deixa que Estellita lançou ainda em 1877 ao Império seus desejos de retomar as obras da ferrovia através da encampação pelo Estado como meio de sanar as dificuldades impostas pela imigração. Justificava que

[...] suas vantagens futuras, a influencia imensa que ella tem de exercer na vida econômica da província, o desenvolvimento que tem de operar na produção agrícola e no commercio, e os benefícios incalculáveis para a sua população que necessita estar em contacto continuo com o mercado de que provê suas necessidades.

[...]

A salvação da empresa da via-ferrea de Baturité está em marchar, chegar ao menos ao pé da fertilíssima serra de seu nome, seu actual objetivo (Fala, 02 jul. 1877, p. 27).

E continuava afirmando que

[...] agora seria a melhor oportunidade, quando a província atravessando uma crise assás grave e o trabalho escasseando de modo sensível, a prolongação da via-ferrea seria um manancial fecundo de trabalho para as classes desocupadas que vagueiam sem arrimo certo e sem meios de subsistência (Fala, 02 jul. 1877, p. 28).

O cenário que se tinha da Capital era desolador, nas ruas se dizia que não podia caminhar sem que se esbarrasse com um flagelado com a pele solta sobre os ossos implorando ajuda. A medida inicial foi a criação das “Comissões de Socorros Públicos” em diversas localidades para atender a população vitimada pela seca e distribuir-lhes gêneros alimentícios. A crise era tremenda, a seca era fulminante, o solo estava devastado, as esperanças praticamente destruídas. O que houve de “novo” na seca de 1877 em relação às anteriores?

Esta seca, diferente das que a antecederam, não mais permitiu, pelo menos em larga escala, que os grandes proprietários de terra abrigassem os flagelados em suas propriedades. Pois, em secas de outrora, os homens e mulheres que se deslocavam para outras localidades em busca de auxílio, água, enfim, meios de subsistência, conseguiam permissão ou ajuda de um proprietário de terras para se alojarem em tais locais, mas nesse momento não conseguiram tal ajuda. Isso se justifica, entre outros motivos, pelo fato da agressividade desta seca que levou muitos desses fazendeiros à falência, fazendo-os engrossarem as fileiras de imigrantes, enquanto outros, levados ao extremo pela ambição ou outras razões, haviam deixado a produção de gêneros alimentícios para produzirem algodão, produto que estava em alta nas exportações naquele período. Alguns anos antes daquela seca, durante os anos 1861-1864, os Estados Unidos da América (EUA) passavam pela Guerra de Secessão. Durante esta fase, os EUA, principal produtor e exportador para as indústrias têxteis europeias, diminuíram sua produção de algodão por conta do conflito. O Nordeste e, especificamente o Ceará, alavancou sua economia exportando este produto. E, durante a seca de 1877-79, os fazendeiros ainda se viam lucrando com o comércio de algodão, e investiam sobremaneira nesse produto (TEÓFILO, 1922).

Tendo em vista estes fatores, a migração rumo a Fortaleza, Capital da Província, tornou-se intensa, e isto se deu “[...] à medida que os retirantes, abandonando os seus primeiros pontos de emigração, se deslocam precipitadamente em fuga para a Capital, onde os anima a tranquilidade de que ‘nella se lhes fará effectiva, sem intermittencias, a protecção que o Estado lhes concede’ (Relatório, 16 nov. 1877, p. 20) e “[...] porque chegara a todos os pontos a notícia de que, por falta de transporte, somente se distribuirão socorros nas cidades proximas ao mar” (Relatório, 01 nov. 1878, p.39). São discursos de Presidentes de Províncias diferentes com espaço de um ano entre eles, mas com argumentos semelhantes para explicar o motivo de tamanha imigração e/ou ao mesmo tempo, sensibilizar as autoridades superiores no auxílio da Província, demonstrando também que no decorrer desse tempo a migração aumentou, o que transparecia a gravidade da seca.

Conforme vimos, através dos relatórios dos presidentes Caetano Estellita e de José

Júlio de Albuquerque Barros¹⁰, respectivamente, notamos porque tantas pessoas retiraram-se de seus locais de origem e migraram no intuito de buscar junto às autoridades provinciais ajuda para saciar-lhes a fome e a miséria de que eram vítimas. O motivo não foi apenas este. Logicamente que após algum período de seca, sem alimentos e sem água, a necessidade de sobreviver é bem maior. Mas é bem válido lembrar que Fortaleza já era Capital da Província, sediava a administração política e, portanto, era de lá que vinham as decisões que norteavam os rumos do Ceará, sendo bem razoável considerar que este seria o destino mais procurado, mas não o único, para obtenção de ajuda. E então, quase que naturalmente foram se formando as “ondas” de migrantes que nas estradas se esbarravam, formando aquele mar de gente que aos poucos solapavam a Capital para desespero geral da população de Fortaleza.

O ponto de partida para a implantação de ferrovias no Brasil veio com a chamada *Lei Feijó*, quando, no Período Regencial Brasileiro (1831 – 1840), Antônio Diogo de Feijó, Regente do Brasil, sancionou a lei nº 101, em 13 de outubro de 1835. Esta lei visava à construção de mais de 5.000 quilômetros de trilhos interligando o Rio de Janeiro, a Bahia, o Rio Grande do Sul e as Minas Gerais. A falta de atrativos econômicos nessas localidades inviabilizou a formação de companhias que quisessem investir na empreitada.

Apenas em 1852, com a alteração da *Lei Feijó*, através da Lei nº 987 em 26 de junho garantindo aos investidores maiores ganhos em troca de seus investimentos, juros mais altos nos lucros, por exemplo, o Brasil conseguiu atrair interessados na construção de ferrovias. Irineu Evangelista de Souza, comumente conhecido por Barão de Mauá, industrial, banqueiro, político e diplomata brasileiro, talvez considerado um dos maiores símbolos do empreendedorismo brasileiro no século XIX, foi um destes investidores. Ele ganhou a concessão para construção de ferrovias, sendo criada a *Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis*, também chamada *Estrada de Ferro Mauá*. Assim, se deu a construção da primeira ferrovia do Brasil, que teve seu primeiro trajeto inaugurado em abril de 1854 (LIMA & PEREIRA, 2009, p. 31).

No Brasil, para a construção de ferrovias, não havia pessoas que pudessem levar adiante tal engenharia, aí o porquê dos primeiros engenheiros terem vindo de países como a Alemanha, a Inglaterra e a França. Os técnicos nacionais ficariam a cargo das decisões de trajetos, medições de terrenos e terraplanagem, uma vez que ainda não dominavam as técnicas necessárias da engenharia ferroviária (LIMA & PEREIRA, 2009). Sem contar que para tal empreendimento faz-se necessário avultada soma de capitais para investimentos. Em termos

¹⁰ José Júlio de Albuquerque Barros governou como Presidente da Província do Ceará de 08 de março de 1878 a 02 de julho de 1880.

econômicos, o trem permitiria o escoamento em larga escala de mercadorias e também permitiria o acesso e a facilidade no controle da produção por parte dos capitalistas. Como em boa parte do mundo, a necessidade de construir estradas de ferro no Brasil passou a ser uma exigência mercadológica, a alavanca para o crescimento produtivo de riquezas no país. Sem contar, e isso não é menos importante, que o trem permitiria ainda a transferência de população para regiões outrora pouco ou completamente desabitadas. Mesmo que isto não fosse um objetivo declarado do governo.

No Ceará, efetivamente, a história das estradas de ferro começa em 1870 com a criação da Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité S. A., quando uma associação de particulares resolveu dar início à possibilidade de construção de uma ferrovia na Província. Tinha-se o intuito da construção de uma ferrovia que iniciasse em Fortaleza com a finalidade de escoar “a grande produção de café e outros gêneros das serras de Baturité, Acarape, Pacatuba e Maranguape”, tendo estes fatores “indicado a necessidade urgente da construção de uma estrada de ferro que ligasse esses pontos ao litoral” (LASSANCE Apud LIMA & PEREIRA, 2009, p. 42).

A Estrada de Ferro de Baturité teve, portanto, a função de cumprir determinadas exigências: escoar mercadorias, principalmente o café produzido no maciço, que deu o nome à ferrovia, para os portos do litoral a fim de serem levados através dos navios para outras províncias e países. O objetivo principal da expansão ferroviária era a existência de um meio de transporte que pudesse levar a produção às mais distantes localidades e assim deter o controle comercial nessas regiões. O contrato firmado pelos associados para a construção da ferrovia informava:

Os abaixo assignados Coronel Joaquim da Cunha Freire, Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Dr. Jose Pompeu Cavalcante e Henrique Brocklehurst, declaração:

1º Que tem ajustado uma sociedade, para effeito de contratarem com o governo provincial a construcção de um caminho de ferro até a Villa Pacatuba com um ramal para a cidade de Maranguape ou vice-versa organisando para isto uma companhia, como fôr mais conviniente, [...] (Apud LIMA & PEREIRA, 2009, p. 36).

Os acordos iniciais duraram de 1872 a 1875, interrompidas por falta de recursos, embora tivessem cumprido a cláusula 1ª citada acima, atingindo a localidade de Pacatuba. A seca iniciada em 1877, concomitante a má situação financeira da Sociedade, foram fatores preponderantes para a retomada das obras. Em 1878, o Governo Imperial decidiu encampar a Companhia e retomar as obras da ferrovia, que estavam paralisadas. Tinha-se o intuito de

prolongar a ferrovia estagnada em Pacatuba até a cidade de Baturité, aproveitando os retirantes fixados em Fortaleza como mão de obra para os serviços.

O processo de encampação foi marcado por argumentos racionais do Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu junto ao Governo Imperial para a liberação de recursos:

A experiência de outros países que, como essa região do império, estão sujeitos a sêccas periódicas, tem mostrado não haver mais efficaz para minorar os efeitos de taes flagellos, como a da construcção de vias-férreas por onde se manifestam, os habitantes do interior possam receber os socorros de toda a parte, ou como recurso extremo, buscar na emigração lenitivo aos seus padecimentos (SINIMBU Apud LIMA & PEREIRA, 2009, p. 68).

O Presidente da Província do Ceará, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, indicava, ainda, em meados de 1877, visto que a ferrovia seria encampada apenas no ano seguinte, que

Exigindo avultados capitaes, que não pode-se encontrar facilmente, máxime neste tempo com que eles se teem retrahido em toda parte, a empresa da via-ferrea de Baturité, digna da protecção dos poderes do Estado, arrasta uma vida toda de sacrificios. [...] a salvação da empresa da via-ferrea de Baturité está em marchar, chegar ao menos ao pé da fertilíssima serra de seu nome, seu actual objetivo (Fala, 02 jul. 1877, p. 26-27).

Destarte, a intensa presença de retirantes na capital seria um fator que exerceria maior pressão no Império para a liberação de recursos voltados à encampação da ferrovia de Baturité a fim de estabelecer a construção do prolongamento que finalmente a levaria ao seu destino do começo de seus projetos. Mão de obra, certamente não faltaria.

Estellita foi sucedido na Presidência do Estado por João José Ferreira de Aguiar¹¹. Este reforçou a ideia de utilizar os retirantes em obras empreendidas pelo Estado:

O Governo Imperial, no louvável empenho de libertar algumas províncias do Norte dos desastrosos effeitos das seccas, que tão frequentes vezes as torturam, nomeou uma commissão d'engenheiros, [...] a fim de estudar os meios mais efficazes de prevenir ou minorar os preditos effeitos (Relatório, 02 fev. 1878, p. 08).

A comissão de engenheiros, citada por Ferreira d'Aguiar, abriu novos estudos, mas não conseguiram de imediato a autorização para executar determinadas obras, pois não tiveram aprovação de verbas pelo Legislativo e nem liberação por parte do Governo para

¹¹ João José Ferreira de Aguiar, comumente chamado de “Conselheiro D'Aguiar” foi Presidente da Província do Ceará de 24 de novembro de 1877 a 21 de fevereiro de 1878.

executar obras tão dispendiosas. Isto só seria consumado com o aprofundamento da situação calamitosa, e já em outro Governo, o de José Júlio de Albuquerque Barros, que assumiria a Presidência da Província em março de 1878, duas semanas após a saída de Ferreira D’Aguiar, e a passagem de dois interinos para o cargo, quando finalmente se executariam tais obras, entre elas a da retomada do prolongamento da ferrovia de Baturité. A ordem à qual nos referimos veio por meio de Decreto Real nº 6918; artigo 17 de 01 de junho de 1878: “Nos trabalhos desta estrada serão de preferência empregados segundo sua aptidão e natureza do serviço os habitantes da província que estiverem sofrendo os efeitos da secca, e como taes socorridos pelo Estado” (Apud CAMPOS, 1982, p. 11).

O Ministro Sinimbu, no começo de 1878, havia indicado José Júlio de Albuquerque Barros para a Presidência da Província do Ceará e passou a mediar junto ao Imperador pela liberação de verbas para a retomada das obras da ferrovia. Numa mensagem do Conselho de Estado, o ministro, argumentou ao Imperador a necessidade das obras nos seguintes termos:

[...] a maioria da população, menos favorecida de fortuna, na impossibilidade de receber nos lugares de sua residência os subsídios do Estado, tem affluído para o litoral, onde com grave prejuízo da saúde pública e perturbação da regularidade do serviço de distribuição dos auxílios, acha-se accumulada, inutilizando na inercia, actividade que bem aproveitada, produziria resultados de incontestado valor.

Tirar vantagens da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis braços ociosos, estabelecer um systema de serviço que sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho, mediante razoável gratificação.; Tal é Senhor, o pensamento fundamental do projecto que os ministros de Vossa Majestade Imperial resolvem submeter à sabia apreciação de Vossa Majestade Imperial, solicitando a necessária aprovação (SINIMBU Apud LIMA & PEREIRA, 2009, p. 68).

Desde o dia 02 de maio de 1878, o presidente José Júlio já havia mandado “dar começo aos trabalhos preparatórios do prolongamento da estrada de ferro de Baturité” (TEÓFILO, 1922, p. 197), aguardavam apenas autorização do Governo Imperial de onde esperavam envio de recursos. Uma vez autorizado “uma nova dinâmica se percebeu na cidade de Fortaleza quando as turmas de operários começaram a se deslocar ao interior para as obras de nivelamento de terrenos e nivelamento de trilhos” (CÂNDIDO, 2005, p. 57). E então se deu prosseguimento aos embarques, ao passo que, nos locais onde as obras se dariam eram levantados abarracamentos para a moradia dos trabalhadores.

A 03 de junho de 1878, o contrato de encampação foi efetivado. O engenheiro sueco, naturalizado brasileiro, Carlos Alberto Morsing assumiu a direção das obras da Estrada

de Ferro de Baturité e deu início aos trabalhos. Mas, quem foram os trabalhadores?

“Sistema ambulante” é um conceito de Eric Hobsbawm (2000) para definir o sistema de trabalho predominante do século XIX, que foi de movimento e migração. Pelos mais variados motivos, neste século, foram comuns as migrações em busca de trabalho. No Ceará, a seca, como observado, foi a responsável pela migração. Apesar de estarem em busca de ajuda, os retirantes foram empregados em serviços públicos em troca da assistência. A analogia do que ocorreu na Província com os estudos de Hobsbawm se pauta no que ocorreria em períodos posteriores na história do Ceará, a partir da seca de 1877-1880, quando ao menor sinal de estiagem, as levas de retirantes se formavam nas estradas rumo a Fortaleza, principalmente em busca de auxílio dos governantes e da caridade popular (TEÓFILO, 1922). Um “vício” alimentado pelo Estado e pela população? Não necessariamente, mas que se permite configurar como um “sistema ambulante” de trabalho, uma vez que os retirantes sem acesso à água e condições de trabalhar tendiam a vagar em busca de serviços e de alimentação, e para este movimento nômade as medidas adotadas pelos governantes eram de reconduzir os flagelos às frentes de serviço público.

Não há dúvidas de que as secas estavam entre os principais fatores que motivaram a construção e, mais tarde, a encampação e o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité. Mas, obviamente, seu intuito econômico nunca foi deixado de lado: a ferrovia foi uma necessidade de integração econômica do Ceará ao mercado nacional e internacional, sobretudo com a exportação de café e algodão. No entanto, “[...] A EFB foi sempre considerada uma ferrovia estratégica nos períodos de seca, quer pelo fato de proporcionar trabalhos aos flagelados, quer por transportar para o interior alimentos de primeira necessidade importados” (FERREIRA, 1989, p. 188).

Nesse sentido, a ferrovia foi o meio mais eficaz e, possivelmente, menos oneroso aos cofres públicos como conclui Tyrone Cândido:

Na ciência dos socorros públicos, a construção da ferrovia de Baturité tornava-se vantajosa ainda por permitir empregar os retirantes durante um período de tempo razoável: nem tão efêmero quanto às obras de pequeno vulto, nem tão duradouro a ponto de se fazer despendere os preciosos recursos do Estado por um período maior do que os meses da seca (CÂNDIDO, 2005, p. 36).

No tocante aos recursos, o Presidente Estellita demonstra como sua escassez era preocupante:

A insignificancia do algarismo despendido com obras publicas no ultimo anno é a demonstração mais cabal da fraqueza dos recursos da província

para emprender e menos realizar melhoramentos materiaes, de que tem urgentes necessidades.

Expressar esse algarismo é levar á evidencia a impossibilidade em que se tem visto a província para tentar outra cousa [...].

N'uma província, em que se pode dizer, tudo está por fazer, só com o emprego de largas sommas se poderá levar á execução obras de necessidade e proveito para ella. [...] (Fala, 02 jul. 1877, p. 22).

Portanto, defendia-se o emprego dos raros e cada vez mais ralos recursos em obras que fossem extremamente úteis e que, se possível, pudessem resolver os problemas ora enfrentados: a falta de estrutura para amenizar os efeitos da seca e sua principal consequência: como resolver ou impedir o intenso fluxo migratório para a Capital da Província. Com a seca e a escassez de recursos, a fome seria o próximo problema a ser enfrentado. Pior: uma multidão de famintos que fariam multiplicar os crimes em pretexto (ou não) da fome.

Entre os problemas surgidos, o da criminalidade talvez tenha sido o que implicou maior preocupação, pois carregava implicitamente a desordem causada pelos flagelados e com ela a falta de controle que os governantes buscavam ter diante dos pobres. Um controle social que inferia a manutenção da ordem por conta da disciplinarização do retirante “ignorante”, como afirmou José Júlio Barros que “[...] parte dos crimes são cometidos por analfabetos: e a razão e a experiencia de todos os povos assignalam o defeito da cultura intelectual e moral, como a origem das más paixões e da perversão de costumes, que geram os maiores attentados” (Fala, 01 nov. 1878, p. 05).

Foi diante dessa situação de seca, de fome e de crimes que o Governo Imperial organizou, mais uma vez, comissões de engenheiros para realizar estudos no Ceará visando elaborar meios de minimizar os malditos efeitos provocados pela falta de chuvas. Meios que culminassem na manutenção da ordem, da paz, enfim, do efetivo controle dos males sociais através de medidas racionais. A partir daí se considerou que

A chegada de um grupo de retirantes a uma cidade era [...] um momento de preocupação, pois, junto a ele, um conjunto de outros problemas iriam abalar o cotidiano dos moradores: criminalidade, mendicância, prostituição, doenças ... A seca passou a ser um problema que afeta diretamente a população urbana e, mais do que isso, a coloca junto aos setores sociais que mais sofrem seus efeitos (NEVES, 2000, p. 30).

Desde então não é mais a seca o único motivo de preocupação, mas também a presença indesejável daqueles flagelados, que tiravam o sono da população fortalezense, promovendo a perturbação da ordem ora vigente, como sugere Frederico de Castro Neves, colocando, inclusive, que as camadas elevadas da sociedade já exigiam que se buscassem imediatamente soluções para a situação:

Do ponto de vista da população urbana e suas autoridades, a necessidade que começa a se formar neste instante é a de manter os retirantes fora de um limite de contato, longe dos espaços públicos frequentados principalmente, pelas elites aburguesadas da capital. [...] Não é a seca o principal objeto a ser combatido por essas medidas, mas a movimentação dos refugiados [...] (NEVES, 2000, p. 49-50).

As soluções pensadas para este infortúnio tinham que ser implantadas de agora em diante. Partiam de uma necessidade urgente de medidas das autoridades, como também da pressão exercida pelos retirantes andrajosos em busca dos auxílios do Estado. Sim, pois, sua presença maltrapilha, em seus andrajos como podemos perceber através dos relatos, já era suficiente para que houvesse preocupação, ainda mais quando a movimentação dos indigentes era sinônima de disseminação de doenças, pois a falta d'água aliada às péssimas condições de higiene contribuiu bastante para surgirem surtos, por exemplo, de varíola nesse período. E estas, segundo o inspetor de saúde pública, Dr. João Moreira da Rocha

[...] atacam de preferencia as classes menos favorecidas da fortuna, que por ignorância ou scepticismo habitão as proximidades dos pântanos e nenhuma regra de hygiene adoptam para se preservarem da influencia perniciosa dos miasmas paludosos (Apud Fala, 02 jul. 1877, p. 2).

O estado sanitário da Província era lastimoso e tendia a ficar mais preocupante com o passar dos dias sem chuvas. O discurso médico de higienização e cuidados com a proliferação de doenças marcaram as falas dos Presidentes de Província, como podemos verificar nas palavras de Caetano Estellita, que demonstram parte dos problemas enfrentados:

Infelizmente tem-se dado alguns casos de varíola na presente estação e sendo até esta data acometidos tres, mandei abrir o lazareto e nelle se acham em tratamento a cargo do referido inspector de saúde; destes já falleceu um.

Em quanto as leis da hygiene não forem consultadas e seguidas como elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias, deixando seus focos de infecção e as causas mórbidas que concorrem para desenvolvê-las não sera possível contemplar um estado sanitário sempre lisongeiro e afastar os olhos de alguns desses males que tomam posição saliente na lista dos soffrimentos humanos (Fala, 02 jul. 1877, p. 2).

A (re)abertura de lazaretos¹², a construção de abarracamentos, locais que isolavam os retirantes do restante da população para evitar a disseminação de doenças, foram medidas preventivas tomadas pelo Governo e por autoridades médicas. Porém, o que se percebe é que

¹² Locais onde as pessoas suspeitas de doenças contagiosas eram postas isoladas do restante da população em observação ou tratamento. Para este período, lazareto não tem relação direta com os leprosários.

esses locais se tornaram verdadeiros focos de doenças, uma vez que os retirantes viviam amontoados em espaços pouco higienizados e com acomodações precárias, além de uma péssima alimentação. O que se presume é que as medidas foram mais meios de controle social e impedimento da incômoda livre circulação dos flagelados pelas ruas do que providências em prol da saúde dos indigentes.

No relatório do Presidente que sucedeu Estellita, conselheiro Ferreira D’Aguiar, notamos uma tentativa de corrigir este problema da aglomeração de retirantes em abarracamentos insalubres e proporcionar maior asseio a fim de evitar a proliferação de doenças, pois

Tendo apparecido entre os emigrantes existentes n’esta cidade dous casos de varíola e alguns outros de febre amarella, julguei preciso tomar, com antecedência, medidas tendentes a evitar o desenvolvimento d’essas moléstias, [...]. Nesse intuito, procurei inspirar-me na valiosa opinião da illustrada corporação medica d’esta cidade [...].

Assim aconselhado, desde então busquei fazer com que em todos os abarracamentos se conservasse o asseio possível e se evitassem essas aglomerações de indivíduos nos mesmos compartimentos, que, por si sós, bastam para corromper o ar e damnificar a saúde [...] (Relatório, 23 nov. 1877, p. 6).

Mesmo com algumas medidas preventivas tomadas, não foi possível conter o alastramento das doenças, principalmente da varíola. A falta d’água contribuía sobremaneira para a disseminação das infecções. Em meados de 1878, sob a influência das ideias higienistas e o pensamento de que as doenças se espalhavam através do ar, novas medidas precisaram ser tomadas, dentre elas a remoção dos abarracamentos para regiões de sota-vento, isto é, localidades em que o vento se dirigia da terra para o mar, estando ainda em locais longe do centro da cidade, isolando na periferia os retirantes em nome da boa conservação do estado sanitário da Província. Vacinação, despejo dos dejetos e o maior cuidado na limpeza dos abarracamentos também foram medidas preventivas implantadas.

A construção de abarracamentos não foi medida suficiente para “ajudar” milhares de retirantes que vagavam pela Província. Outra medida adotada, conforme já apontamos, foi a criação da Comissão de Socorros Públicos. Eram várias e foram espalhadas por toda a Província com a finalidade de distribuir gêneros alimentícios aos necessitados. Mas o resultado que se esperava era o de poder conter a população em seus locais de origem e assim impedir a migração para Fortaleza.

O meu primeiro passo foi nomear commissões de socorros para as diversas localidades, organisando esses corpos collectivos, com funcções próprias, de

peessoas as mais prestigiosas, que servindo de intermediários entre o povo e a administração, se constituíssem perante ella os procuradores de seus direitos, velassem por suas necessidades e promovessem a iniciativa da caridade [...] (Fala, 02 jul. 1877, p. 37).

Em 1878, nas palavras do então Presidente da Província José Júlio Barros,

Mais de 200.000 emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do littoral. Esta capital carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, o lyceu, o quartel de polícia, as eschololas publicas, muitos outros prédios em diversas ruas serviam de alojamento de retirantes, e em cada um deles se apinhavam centenas de indivíduos quasi inanidos. Os abarracamentos eram immundos, e não tinham commodos sufficientes, nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes. O mesmo se dava nos outros lugares em que se accumulava a população do interior (Fala, 01 nov. 1878, p. 37).

Percebemos que as tentativas de melhorias sanitárias não deram tão certas quanto esperavam, pois à medida que o governo intervia buscando melhorar o estado de saúde pública na Capital e, não se pode esquecer, garantir o controle sobre a população de famintos, outros muitos retirantes vinham das mais variadas localidades do interior, denotando que a assistência dedicada era sempre insuficiente para as demandas exigidas. Assim, quanto mais se fazia, mais havia por fazer.

Quanto à criação e organização dos abarracamentos, estes eram divididos em cinco distritos que dispunham de número de abarracamentos variados de acordo com a localização e estrutura, que poderiam ocupar no espaço físico. Juntos, estes abarracamentos abrigavam mais de 42.000 pessoas segundo o relatório de 23 de novembro de 1877 do Presidente da Província Caetano Estellita, e estes números cresceram bastante nos meses seguintes como apontados pelos relatórios dos governantes subsequentes. Presume-se também que os abarracamentos se multiplicassem, uma vez que aqui não constam os abarracamentos construídos nas proximidades da pedreira do Mucuri, das obras das vias-férreas, que seriam prolongadas e em outras localidades em que se pretendiam construir açudes. Os abarracamentos, nunca é demais reforçar, serviam de abrigo aos desvalidos, onde estes podiam se acomodar, receber alimentação e, assim, estarem sob o controle das autoridades, em localização distante da considerada zona nobre da cidade, locais, portanto, em que “os emigrantes sam soccorridos diariamente pelos seus diretores, sendo para notar a ordem, disciplina e morigeração, que há entre elles” (Relatório, 23 nov. 1877, p. 21).

Referente às questões de “ordem, disciplina e morigeração”, é possível perceber nos relatórios dos Presidentes de Província, principalmente nos de José Júlio Barros, como suas palavras são marcadas por determinados preconceitos em relação ao modo de agir dos

retirantes, isto é, que se não fossem tratados com rigidez e disciplina não seriam educados nos moldes pretendidos pela sociedade, permanecendo, por assim dizer, sub-humanos. Adjetivos como “ociosos”, “mal educados”, “perniciosos” etc. são frequentemente utilizados. Todavia, em alguns momentos, são acompanhados das explicações acerca dos motivos que desencadeiam este processo, tais como a passividade das autoridades em não impor-lhes uma disciplina rígida, não cobrarem trabalho em troca da alimentação, em outras palavras, José Júlio Barros cobra mais energia na ação com e contra os retirantes a fim de não torná-los viciados na ociosidade e outras mazelas sociais. Podemos atribuir parte da ação dos retirantes como uma resposta a escassez de víveres, devemos ainda levar em conta que o contexto é marcado por profundas transformações socioculturais, entendendo que

[...] os momentos de escassez, por mais que signifiquem uma desestruturação dos padrões econômicos e políticos, servem também com “elementos ativos na manutenção da estabilidade social”, já que motivam os membros da comunidade a procurar justificativas gerais que abrandam, neutralizam ou sublimam as graves contradições sociais em uma sociedade marcada pelas desigualdades mais gritantes; as normas e os valores tradicionais são reforçados (NEVES, 1998, p. 46).

Portanto, a conjuntura é fator determinante na interpretação e uso das leis e dos costumes. Daí, podemos perceber que os fatores que geralmente prevalecem são os tradicionais pela força política e relações sociais que possuem aqueles que a defendem.

Outrossim, é importante para este debate o papel exercido pela religião cristã nesse contexto. Sem dúvida, mesmo diante da falta de alimentos e das dificuldades, existia uma resignação divina incrível, permitindo-nos a afirmação grosseira, de um modo geral, a aceitação dos desígnios divinos foi (é) marcante na vida do sertanejo e a função política que a religião cristã cumpre na sociedade e na cultura adquire força igualmente poderosa e que não pode ser deixada de lado. Um “modelo” respeitável que preza a inseparabilidade da família, o amor ao trabalho e às tradições, portanto, a delimitação de comportamentos sociais que implicam inclusive a aceitação da mudança.

A influência da religião na atuação dos trabalhadores é um tanto quanto pertinente levando em consideração a capacidade da Igreja em formar opiniões e “modelar” comportamentos, sobretudo quando se estuda o século XIX, mas de igual modo complexa permitindo apenas, em muitos casos, conjecturar-se sobre a sua capacidade de moldar opiniões.

Nos relatórios dos Presidentes de Província, é possível verificar a intenção que existe na inflexibilidade da moral do trabalho em relação às práticas que se esperavam dos

retirantes. E, em muitos casos, os governantes obtiveram sucesso em seus argumentos. A moral do bom trabalhador deveria prevalecer sobre os “maus costumes” do ócio e da imprevidência. Por isso, concordo que

[...] O mundo do pobre, embora elaborado, reservado e separado, é um mundo subalterno e, portanto, em alguns sentidos um mundo incompleto, pois normalmente admite a existência de uma estrutura geral daqueles que detêm a hegemonia ou, de qualquer maneira, sua própria incapacidade de na maior parte do tempo fazer algo quanto a isso. O pobre aceita esta hegemonia, mesmo quando desafia algumas de suas implicações, porque, em grande parte, tem de aceitá-la. Ideias, modelos e situações nas quais a ação se torna possível tendem a originar-se externamente para depois alcançá-lo, seja porque a iniciativa que muda as condições em escala nacional vem de cima ou porque os mecanismos para a difusão de ideias são gerados externamente [...] (HOBSBAWM, 2008, p. 62-63).

Até mesmo na intervenção da ciência, na racionalidade técnica, “Deus” estava presente com o objetivo de incutir na população o apreço ao trabalho como algo mais benéfico para todos. Francisco Freire Alemão, médico e botânico que fez parte da Comissão Científica de Exploração, em 1861; escreveu:

Enquanto os homens na sua imprevidência olharem só o céu, esperando tudo da misericórdia divina, esses desastres (as secas) se hão de repetir, mais ou menos intensos. Baixem os olhos para a terra, cubram o País de um sistema de represas, facilitem o movimento de gêneros por meio de boas estradas, que Deus abençoará a sua obra. [...] (Apud Campos, 1983, p. 33).

Mais uma vez a lógica do trabalho estava inserida e integrada às intervenções divinas e, deste modo, o resultado esperado é que “neste caso, o trabalho será um meio e o melhoramento da província o fim dos socorros prestados pelo governo a particulares” (Cearense, 07 jun. 1877, p. 01). Tem-se de todo modo, uma relação entre o que se tem e o que se quer. Por isso, faz-se necessário uma reconstrução do contexto e uma análise de conjuntura, pois assim é possível enxergar as ideias políticas que prevaleceram para melhor compreensão dos acontecimentos.

Não obstante, não afirmamos que os retirantes eram passivos diante das imposições, na verdade, as ações destes por vezes forçaram as autoridades a retroceder diante das condições desfavoráveis que encontraram. Os retirantes colocaram dificuldades ao tratamento recebido do governo e isto ocorreu por uma questão moral de não sujeição à exploração e não simplesmente por discordarem das ideias hegemônicas das autoridades. Algo, talvez, que ocorresse muito por instinto de preservação.

Aos poucos, a introdução dos retirantes nas obras se tornaria quase que um senso

comum, sobretudo pela pressão do jornal *Cearense* que cobrava ação do Estado:

[...] é, pois, chegado o tempo de a administração publica curar dos meios de evitar a província os horrores da fome e os males que hão de seguir-se delles, e que, se a ordem social condemna, o direito natural justifica, attenda o governo! [...]

Mas seja como for, cumpre ao governo lançar mãos das medidas promptas, que evitem desde logo, as consequencias da seca [...] O Estado tem deveres moraes aos quais não pode faltar impunemente (*Cearense*, 18 mar. de 1877, p. 1).

O jornal *Cearense* geralmente poupava críticas ao Estado, pois era partidário dos governantes da situação, mas, como sabemos que a história se constitui como produto de uma época, e o período atual não era favorável, provavelmente para ninguém, as circunstâncias na qual se encontrava Fortaleza fez com que a opinião do jornal fosse a de dar trabalho aos miseráveis, isto menos pela preocupação que tinham com os “patrícios” cearenses, do que por circunstâncias ditas “moraes” de que a ociosidade leva à criminalidade, e de que os benefícios trazidos à Província após o período de seca seriam os mais benéficos e tudo sem prejuízos ao Estado.

E não á muito o que pede o povo, não é uma esmolla por caridade é um obulo em troca de seu suor. Pensamos, parece-nos ser esta a opinião mais geral, que a crise que nos aflige só pode ser conjurada pelo trabalho. O trabalho útil, bem distribuído, bem administrado, produzirá o resultado que todos desejão sem sacrificio para os cofres publicos (*Cearense*, 18 abr. 1877, p. 1).

Várias obras foram pensadas e imediatamente postas em prática. A pressão social pareceu dar resultados, pois de uma tacada só, pretendiam os administradores resolverem os problemas advindos da seca dando trabalho aos indigentes, como também aproveitar a mão de obra barata para trazer benefícios à província, como expressa a notícia do jornal *Cearense*: “Em resultado teremos, quando desaparecer a crise, essas obras de que tanto se precisa effectuadas pela metade do preço que poderão custar nas epochas normaes [...]” (*Cearense*, 18 abr. 1877, p. 1). E confirmada meses mais tarde na fala de Caetano Estellita:

A conveniência de ocupar as classes laboriosas que a sêcca reduzia inactivas, despertou o pensamento fecundo de tornar productivos os gastos a fazer com a assistencia publica. Conciliava-se assim a necessidade moral do trabalho que, aproveitando tantos braços validos, distrahia-os da ociosidade, elemento creador de vícios e perversão dos sentimentos humanos (Relatório, 16 nov. 1877, p. 22).

E, como observado, os discursos em prol da utilização dos retirantes nos trabalhos ganhavam cada vez mais força: eram associados inclusive como redenção moral para os

flagelados que se encontravam ociosos e, continuando na inércia, em nada contribuiriam para o desenvolvimento que se pretendia ter.

A ação veio “com a nomeação de José Júlio Barros”, quando “um plano sistemático de transformação dos ‘indigentes em trabalhadores’ ganhou força [...] uma política de socorro que tinha na construção de obras públicas sua principal estratégia” (CÂNDIDO, 2005, p. 55). Este administrador não se cansava de justificar que o melhor meio de minorar os efeitos da seca era o trabalho. Aliás, era comum encontrar nos jornais e nas falas dos Presidentes de Província argumentos em prol da eficácia moral do trabalho e combate ao ócio. Estes argumentos moralizadores atuam na história do ocidente como algo disciplinador, pois na consciência das pessoas agem de forma a intuir que só o trabalho dignifica, pois “[...] Somente razões imperativas como a doença podem impedir alguém de trabalhar, mas optar por não trabalhar ou não fazer tudo para encontrar um trabalho qualquer é moralmente condenável [...]” (WILLAIME In MERCURE & SPURK, 2005, p. 74) e isto tem como resposta um indivíduo disciplinado que valoriza o trabalho e que confere a este alto valor de dignificação.

Ora, entre as medidas possíveis, essa já era, provavelmente, a que se deveria esperar. Conforme podemos observar nas sociedades, mesmo com suas peculiaridades, quando se trata de mercado de trabalho, a máxima é universal: um grande número de pessoas disponíveis para o trabalho tende a gerar uma exploração, levando em conta que o trabalho é vasto e pesado e o pagamento parco e cada vez mais escasso. E tudo movido por uma concorrência brutal, onde a luta por sobrevivência leva os trabalhadores a se “venderem” por preços cada vez mais baixos. Este pensamento torna, portanto, o homem inclinado a “aceitar” a dignidade moral do trabalho como meio mais importante de realização pessoal levando-o a se esforçar ao máximo no que seja preciso realizar. Ao fim de tudo, ainda se veiculava a ideia na qual o dever do Estado foi cumprido e que se elevou em contrapartida as condições morais de vida dos trabalhadores envolvidos, mostrando-lhes que o trabalho dignifica socialmente, regenera a alma e engrandece o homem. Foi então, a partir do governo de José Júlio Barros que a idealização virou ação. Várias obras foram enfim encaminhadas.

Ao lado dos eloquentes pronunciamentos, é possível perceber o interesse das autoridades no emprego dos retirantes em obras, de preferência afastadas da Capital, sobretudo pelo medo que tinham das revoltas da massa de indigentes.

[...] aliviar o Palacio da Presidencia do assedio de retirantes e pretendentes de socorros; [...] abastecer os depósitos dos abarracamentos, de modo a evitar que a cidade continuasse repleta de uma multidão de mendigos, que

trazia em desassocego todos os habitantes, e gravemente prejudicava o estado sanitário (Relatório, 01 nov. 1878, p.48).

A preocupação maior como se vê é a de afastar os retirantes da Capital a fim de restabelecer a ordem que havia antes do assolamento provocado pela seca e que trouxera inúmeros problemas às autoridades e às camadas abastadas da sociedade fortalezense. O fato é que essas medidas foram tomadas para atender as exigências destas últimas sobrepondo-se aos interesses dos retirantes. Exigiram a retirada urgente dos flagelados de suas portas. O resultado, através fala do Presidente da Província, confirma que

O complexo destas medidas conseguiu melhorar muito o estado da capital, cessando as aglomerações em praças e ruas e desaparecendo os grupos de mendigos [...] os particulares puderam abrir sua portas e transitar nas ruas sem que centenas de famintos os cercassem [...] (Relatório, 01 nov. 1878, p.50).

Pode-se ver que os interesses que prevalecem e dominam são daqueles que podem exercer influência sobre as autoridades, os eleitores, comerciantes, enfim, são principalmente daqueles detentores de certas posses. Entretanto, não há também que se entender que os retirantes nada faziam. As ações implementadas pelas autoridades foram frutos da presença massiva dos flagelados que exigiam o auxílio do governo para que não perecessem. Foi o jogo dialético de exigências entre as camadas sociais que desencadeou as medidas que foram tomadas.

Ao final dos tempos difíceis enfrentados, na Fala de 1880, já com chuvas voltando a cair na Província do Ceará, José Júlio Barros afirmou que pode

[...] deixar a província sinão em condições prosperas, ao menos favoráveis à recuperação de suas forças e progressivo desenvolvimento, graças à conversão da esmola em salario, que permittio realizar melhoramentos consideráveis, entre os quaes 190 kilometros de estrada de ferro e mais de 590 obras geraes, [...] (Fala, 01 jul. 1880, p. 63).

Obviamente, não encontramos apenas em José Júlio Barros essas palavras positivas acerca dos trabalhos realizados durante sua gestão. É algo comum que todos os políticos certamente só falarão bem de si mesmos e de seu trabalho frente ao cargo público, independente das críticas recebidas, sempre afirmam terem feito o melhor possível. Volta e meia utilizamos a palavra discurso e isto deve ser chamado a atenção, uma vez que as palavras escritas nos jornais e nos relatórios provinciais integram uma “estratégia discursiva”. Em outras palavras,

Somos assim progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A

atenção aos personagens do discurso se completa com o estudo da maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles. O diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados [...] (PROST In RÉMOND, 2003, p. 321).

Portanto, atentar, por exemplo, para como esses relatórios são e em que condições foram escritos, é também perceber de onde vem, qual a finalidade e como agem as ideias políticas nas disputas de poder.

Em suma, a conjuntura entre os anos de 1877 e 1880 foi certamente lastimosa. A escassez de chuvas fez com que milhares de sertanejos migrassem para Fortaleza, uma cidade que nem de longe tinha condições de receber tamanha população de retirantes. Os presidentes da Província do Ceará diziam lutar com os mais sérios esforços econômicos para sanar os efeitos da seca, principalmente a disseminação das doenças, sobretudo a varíola, que, em um só dia matara mais de mil pessoas, número que indica apenas as que deram entrada no cemitério (TEÓFILO, 1922). A criminalidade aumentou sob o pretexto ou veracidade da fome com o registro de um caso de antropofagia ocorrido no interior da Província, fora as situações de invasões à propriedade privada que eram constantemente noticiadas e pouco combatidas pelo efetivo reduzido da força pública.

A aglomeração de retirantes nas praças, sob as árvores, ocupando as portas das casas de particulares exigiu medidas que pudessem estabelecer o controle sobre a população faminta e atendesse a solicitação da população local de afastar os indigentes de suas casas. Deste modo, jornais e governantes buscaram recursos para empreenderem a execução de obras públicas que pudessem empregar os desvalidos como mão de obra, em alguns casos assalariada, em outros, remuneradas com ração e outros gêneros alimentícios. Quando a Província se transforma em canteiros de obras espalhados por quase todas as localidades, os retirantes foram ocupando os mais variados postos de serviço, ainda coexistindo com o trabalho escravo e por isso as associações entre uns e outros não podem ser descartadas diante das alterações que implicam modificações nos “mundos do trabalho”. É sobre esta relação que me proponho discutir agora.

1.2 – A relação entre o trabalho livre e o trabalho escravo:

As condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores nas obras da ferrovia evidenciam que a exploração e o ritmo intenso em muito se assemelhava ao trabalho compulsório do cativo. Portanto, muitas das atitudes de insubmissão praticadas pelos trabalhadores tiveram relação direta com a negação de que sua condição de homem livre,

pobre e explorado, mas livre, fosse comparada a do escravo. A condição de liberdade do trabalhador não era compatível com a intensidade do trabalho oferecido. Diante da mínima possibilidade de escolha, muitas vezes optaram pela subversão da ordem. Com o processo gradativo da abolição em curso, o problema de substituição da mão de obra se viu evidente, especialmente quando se pretendeu imprimir ao trabalhador livre a mesma carga de trabalho do escravo. Obstáculos a isto foram inevitáveis.

A abolição da escravidão não resolveu o problema da transição, todavia, esse exercício de análise pretende estabelecer a ligação de um problema enfrentado nacionalmente, e que localmente interferia na utilização dos retirantes como trabalhadores em obras públicas em condições penosas que se assemelhavam às dos escravos. Uma “evolução” longa, complexa, mas que permite alinhar a relação entre as forças produtivas.

Nas décadas de 1870 e 1880, é importante salientar, o Brasil vivia um momento de transição para o trabalho livre (caminhávamos para a abolição da escravatura) e o “trabalho manual” era símbolo de exploração pelo cativo, trabalho compulsório e castigos corporais, daí a rejeição do trabalho pelos retirantes em muitos dos casos, sobretudo, quando o trabalho livre e escravo coexistiam. Compreende-se, portanto, que a reorganização do trabalho se pautava na educação dos trabalhadores a fim de torná-los disciplinados e para que pudessem se adaptar rapidamente ao trabalho que executariam, assim, o controle que os proprietários tinham sobre seus escravos era o que se pretendia manter, de forma mascarada, sobre os trabalhadores livres.

[...] Muitas vezes, trabalhadores livres – como eram os sertanejos cearenses – foram coagidos a relações de trabalho tipicamente escravas, com castigos corporais e confinamentos, o que demonstra que o escravismo não foi um fardo carregado apenas pelos ombros dos legalmente cativos (EISENBERG Apud CÂNDIDO, 2005, p. 29).

A Lei de Terras de 1850 – é importante salientar que esta só foi aprovada pouco depois da Lei Euzébio de Queiroz da qual falarei adiante – pode ser considerada um dos indícios da coexistência entre os trabalhos escravo e livre e que contribuiu para a transição de um para o outro. A Lei dizia que apenas se poderiam ocupar as terras no Brasil através de compra e venda ou ainda por autorização Real e tendo o proprietário a obrigação de produzir na terra. Esta medida visava dificultar a aquisição de terras por estrangeiros, *pari passu*, concentrava ainda mais poder nas mãos dos grandes proprietários, dificultando a vida dos pequenos trabalhadores rurais, pois os obstáculos de acesso às terras por parte, por exemplo, dos imigrantes, tornava-os garantia de mão de obra nas fazendas. Desse modo, as condições de trabalho do homem livre não diferiam muito das condições do escravo e a semelhança não

deixa de ser uma analogia válida:

O criado da fazenda, ou o trabalhador rural regular e remunerado, que trabalhava, impecavelmente, todas as horas regulamentares ou até mais, que não tinha direitos ou terras comuns, e que (se não morasse na casa do patrão) vivia numa choupana a ela vinculado, estava sem dúvida sujeito a uma intensa disciplina de trabalho, tanto no século XVII como no XIX (THOMPSON, 1998, p. 285-286).

O processo de transição da forma de trabalho – livre para o escravo – entrou num período de maior evidência nos anos 1870. Diversos fatores influenciaram os trâmites da abolição: o forjar de uma identidade nacional; a necessidade de controle do trabalhador livre; e os investimentos necessários para a integração do Brasil ao mercado internacional, sobretudo o da exportação do café. Este último representava um dos principais motivos para a implantação e expansão das ferrovias. Isto exigiu ainda uma reorganização daquele “mundo do trabalho”.

Sidney Chalhoub destaca que, entre o final do século XIX e o início do século XX, as elites brasileiras trataram de elaborar um discurso oficial que buscava positivar o trabalho, incutindo nos trabalhadores novos valores que evocavam a ordem, a laboriosidade, o progresso e a disciplina nos espaços de trabalho. Com isso, acreditavam transformar os libertos em trabalhadores, preparando-os, assim, para se integrar à nova ordem burguês-capitalista. Além disso, expressando essa mesma ideologia que intentava apagar a ideia negativa sobre o trabalho, herdada da escravidão, o aparato policial retirava das cidades os chamados “desocupados”, reprimindo os considerados “ociosos” e “vadios”. Esse autor caracterizou esse processo como uma nova ideologia do trabalho (SOUZA, 2010, p. 77).

As Leis criadas visando à abolição gradativa da escravidão tinham, em curto prazo, a perspectiva de transformação do cativo através da educação em trabalhador regular, isto é, tornar o recém-liberto e os homens livres seres educados para o trabalho disciplinado. O foco não estava em perder a força de trabalho do cativo, mas condicioná-la e adaptar as forças produtivas do trabalhador livre às necessidades da organização do trabalho ora impostas.

O processo de abolição da escravatura foi gradual e certamente adiado o quanto pode. Um processo político ocorrido desde a primeira metade do século XIX que culminou numa conjuntura específica de crise na escravidão presente nas leis abolicionistas (COSENTINO, 2010).

A primeira dessas leis foi a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Através desta se proibia o tráfico de escravos para o Brasil, com isto esperava-se, possivelmente, acalmar o acirramento político entre liberais e conservadores no parlamento brasileiro, além de evitar

maior pressão da Inglaterra que há algumas décadas exigia do governo brasileiro o fim da escravidão, algo que atenderia as necessidades inglesas de mercado. Obviamente, as lutas empreendidas pelos escravos estiveram entre os fatores que contribuíram para a implantação da Lei, além do mais, para fomentar a construção da identidade nacional era preciso obscurecer a presença do escravo que, para os gestores desse ideal, apresentava traços da preguiça e da indisciplina, quando, ao contrário, se queria um povo trabalhador e disciplinado. Acrescenta-se a isso o medo das revoltas de escravos contra a sua condição de exploração que só aumentava, bem como, a extinção do tráfico através da Lei Euzébio de Queiroz não acabava com a escravidão, esta era mantida mesmo sem a vinda de novos cativos.

Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que tornava libertos os filhos de cativos nascidos a partir da data de aprovação da mesma. Podemos afirmar que foi uma etapa contribuinte para buscar uma transição sadia das forças produtivas que não prejudicassem no todo o interesse dos proprietários. A Lei era, sem dúvida, incompleta e complexa, uma vez que libertar alguns escravos e outros não aumentava a possibilidade de revoltas dos ainda cativos.

A aplicação da Lei e seu significado mostram os seus objetivos. O registro de escravos visava estabilizar escravos e libertos nas áreas onde se encontravam. O controle social tornar-se-ia possível com a matrícula e o registro dos escravos. A classificação dos escravos permitiria sua libertação através do Fundo de Emancipação. As possibilidades de liberdade se vinculavam ao controle dos proprietários, seja na libertação via fundo, seja na possibilidade de acúmulo de economias. Tal controle fazia com que vínculos, mesmo que morais e de gratidão, fossem mantidos entre senhores e ex-escravos, reforçando, assim, o patriarcalismo presente nas relações de trabalho no campo (COSENTINO, 2010, p. 22).

Deste modo, poder-se-ia ter uma abolição que não seria dramática para os interesses dos proprietários, pois manteria em suas mãos o controle sobre o trabalhador (o ex-escravo e o livre) instaurando neste a morigeração desejada contra a ociosidade. Deve ser levado em consideração que o filho de cativo só seria liberto, pela Lei, ao completar 21 anos, tempo suficiente para que ele já estivesse educado e adaptado ao escravismo, além de pouco disposto à execução de outros serviços fora o que já executava.

O Ministro Sinimbu, em fins de 1878, cria a Lei de Locação de Serviços. Esta lei deve ser vista como complementar à do Ventre Livre. Pois se esta “libertava” o escravo aos 21 anos, a Lei de Serviços visava regular o mercado de trabalho livre formalizando contratos de trabalho que só poderiam ser assinados por indivíduos que ultrapassassem este limite mínimo de idade. Na verdade, buscava facilitar a contratação de trabalhadores beneficiando, mais uma vez, o contratante, certo de que as penalidades de quebra de contrato sempre pesavam mais

para o lado do trabalhador. A Lei visava ainda atrair o trabalhador imigrante, mas foi revogada em 1890 pelo insucesso de seus objetivos, uma vez que a chamada Imigração Subvencionada, isto é, o incentivo financeiro para o transporte e instalação inicial do imigrante no Brasil, teve mais sucesso como atração de mão de obra e melhor atendeu os interesses dos fazendeiros. O imigrante, melhor qualificado para o trabalho era preferido em relação ao trabalhador nacional.

A Lei dos Sexagenários (1885) libertava os escravos que completassem 60 anos, quando completarem esta idade deveriam, a título de indenização, prestar serviços ao seu proprietário, ou pagar multa firmada por este, ou ainda ser dispensado, sem ônus, dos serviços ao atingir a idade de 65 anos. O que é algo no mínimo risível, visto que dificilmente um escravo chegaria a tal idade depois de prestar durante anos serviço tão penoso.

Outra conjectura apontada pela Lei Sexagenária era a abolição gradativa da escravidão num limite máximo de 13 anos. Repete-se o que estava subtendido na Lei do Ventre Livre: a medida deve ser encarada como mais um meio de adiamento da abolição para que os proprietários de escravos pudessem resolver seu problema com a aquisição de “nova” mão de obra. Assim, o liberto continuaria sob a proteção do seu (ex)senhor que se encarregaria de

[...] guia-lo pelos trilhos do trabalho para que a liberdade não viesse a fundar a ‘escravidão do crime e da miséria’, [...]. Havia que se lhe outorgar uma liberdade que o educasse para o trabalho que o habilitaria à vida em sociedade. [...] a proteção se traduzia de forma muito clara como controle e restrição ao uso da liberdade, na forma de medidas disciplinares que compelissem os libertos ao trabalho [...] (MENDONÇA Apud COSENTINO, 2010, p. 29).

Mais uma vez percebemos a intenção de controle sobre a força produtiva nesse processo de transição. De certo modo, não importava quem ou que – diante da comparação do escravo à mercadoria – fosse trabalhar, mas o importante era impedir a possibilidade de desestabilização da economia brasileira devido à escassez de mão de obra.

Essa pequena análise do movimento abolicionista, que culmina com a Lei Áurea (1888), traz em seu cerne a necessidade de apresentar minimamente sua relação na transição para o trabalho livre e como o modo de controle dos escravos acabou recaindo por um tempo nas costas dos trabalhadores livres. As lutas dos escravos e as campanhas de grupos abolicionistas pareciam apontar para algo inevitável que era o fim da escravidão diante da conjuntura mundial, criaram leis paliativas que apenas protelavam um fim, mas que, reforçando argumentos anteriores, apenas davam tempo para que se pudesse pensar e resolver

a questão da mão de obra no Brasil.

Voltando aos retirantes cearenses, o discurso utilizado com estes, no entanto, é pautado na manutenção da ordem, incentivando o povo humilde ao trabalho que é o recurso que pode pôr o indigente dentro do sistema que lhes convém: o de dominação, pacífica, ordeira e que gera lucros, lucros no sentido de exploração de mão de obra barata, sendo, neste caso, o Estado que explora o indivíduo. Ao contrário do que dizia Estellita sobre a espontaneidade da busca por trabalho, a situação se mostrava diferente na prática quando grande parte dos flagelados mostrava recusa ao mesmo. Bastava que lhes dessem a oportunidade e demonstrariam que a resistência à exploração era frequente. Isso gerou inclusive asperezas entre órgãos criados pela administração pública, no caso, a Comissão de Socorros Públicos e os engenheiros alistados para comandarem o serviço. Como podemos ver no ofício a seguir:

O grande inconveniente de conservar uma comissão de socorros em Canoa, a qual actualmente não tem razão de existir – Há poucos dias chegou um carregamento de gêneros [...] e não tendo esta comissão a ninguém tomou ella o expediente de distribuir gêneros entre os trabalhadores e empregados d'esta estrada, naturalmente para corrompel-os visto estar essa comissão composta de alguns empregados despedidos d'esta estrada. [...] (Ofício, 12 fev. 1879, Arquivo Público do Estado do Ceará, doravante APEC).

A citação acima é do ano de 1879, mas as dificuldades encontradas pelos engenheiros em manter a ordem nos serviços existiu praticamente durante todo o período das obras, tornando-se bem maiores quando eles não tinham gêneros para o pagamento dos trabalhadores e, como percebemos, ficavam ainda piores quando existia na localidade uma Comissão de Socorros Públicos que na sua atuação retirava os trabalhadores das obras, já que estes recebiam desta Comissão alimentos sem efetuarem trabalho algum: um atrativo praticamente indispensável. Verificamos também que os retirantes não estavam interessados em trabalho, mas sim na alimentação que lhes seria dada. Se tivesse quem oferecesse comida sem pedir trabalho em troca, lá é que eles estariam. É óbvio que muitos trabalhadores têm em mente a ideia do êxito pessoal através do trabalho que pode lhes garantir uma situação de vida confortável, isso está incutido na mentalidade das sociedades ocidentais, mas, naquelas circunstâncias, a relação “trabalho em troca de comida” não era suficiente, sobretudo por sua associação com o trabalho do cativo.

O discurso da moral do bom trabalhador, regenerado pela labuta diária fracassou em parte por conta desse problema. A esperteza também é um meio de resistir à opressão imposta. Todavia, a própria Comissão de Socorros ao efetuar seu trabalho de dar assistência

aos desvalidos prejudicava a função de outra organização criada pelo Governo da Província. Os comissários de socorros foram constantemente criticados pelos serviços que, segundo os engenheiros, comprometia a boa ordem dos trabalhos: “Não se procura prover as necessidades dos doentes, aquém si promete somente medicamentos. Ainda me parece que o trabalhador que tiver a sua ração garantida si entregará a occiosidade, negando-se ao trabalho.” (Ofício, 02 jan. 1878, APEC).

A realidade também mostrava que os trabalhos ainda eram poucos para absorver toda a mão de obra disponível. Mas

Havia um meio de aproveitar o serviço de tantos braços. [...] o prolongamento da estrada de ferro de Baturité; [...] resultando para o governo uma grande economia [...] attenta á crise por que passava a província, além de ser de necessidade dar trabalho a milhares de homens, o governo gastaria [...] um terço menos que em tempos normaes. (TEÓFILO, 1922, p. 108).

O que pretendiam o Governo e a sociedade fortalezense poderia ser atendido por este meio: empreender obras de utilidade para a Província, gastar o mínimo possível, afastar os retirantes da Capital, enfim, tirar vantagem da situação como pudessem. A retomada das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité seria a que aglutinaria o maior número de braços e consequentemente a possibilidade de ver atendidas as demandas pretendidas.

1.3 – “E ganharás o pão com o suor do teu rosto”!

“Pois não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura [...]”.
(THOMPSON, 1998, p. 304).

Pretendia-se que os retirantes fossem empregados em obras públicas úteis à Província, mantendo a ideia de que dar trabalho aos flagelados é o meio mais proveitoso para reduzir os efeitos causados pela seca, como atesta o Presidente Caetano Estellita:

Dar ocupação as classes laboriosas, empregando-as em trabalho de utilidade publica, e utilizando essas forças individuaes, inactivas e sem destino foi um pensamento que converteu-se em opinião, e uma opinião que chamou em derredor de si a adesão geral e o voto satisfeito dessas mesmas classes. [...] O povo, preferindo sempre o trabalho que o eleva, á esmola que o acanha e o humilha, tem espontaneamente continuado a occupar-se em alguns serviços recebendo seus salarios á troco de generos e mais uma diminuta quantia, que mando reunir para satisfação de algumas pequeninas necessidades (Relatório, 16 nov. 1877, p. 38).

Estellita diz que os retirantes – “sem destino” – estavam satisfeitos com a ação desenvolvida e que realmente era trabalho o que buscavam e não a ociosidade de que eram vítimas. Será mesmo que os retirantes buscaram trabalho? Eles realmente estiveram preocupados em ter seu sustento garantido de forma escrupulosa, através do trabalho? A citação acima é do Presidente de Província e ele está dando o parecer que interessa a um determinado ramo da sociedade que, com toda certeza, não representava a visão dos flagelados, mas a das camadas abastadas. Não obstante, as palavras de Estellita incutem ainda estimular a distinção entre quem trabalha e quem não trabalha, rebaixando estes à qualificação de ociosos e vagabundos, ao passo que eleva aqueles a condição de pessoas decentes e honradas.

O trabalhador, sobretudo sendo adjetivado como um “bom trabalhador” é visto social e culturalmente de forma positiva, pois o argumento que serve para controlar e disciplinar modifica a consciência dos trabalhadores que enxergam e confiam na possibilidade da redenção através do trabalho, bem como o reconhecimento moral que do trabalho pode advir. Tem-se ainda que levar em consideração, e isso não é menos importante, a formação religiosa na mentalidade dos retirantes. Essas afirmações que parecem meros detalhes contribuíram na transformação mental daqueles homens e mulheres que se formaram diante da modificação do modo de produção em que estiveram inseridos. A analogia com os trabalhadores ingleses das primeiras décadas do século XIX não deixa de ser inevitável, guardadas as devidas proporções, por apresentar traços de certa continuidade histórica: “[...] Os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais”. (THOMPSON, V. 02, 2004, p. 13).

É preciso ter em mente que os retirantes, gente do campo, têm sentimentos, comportamentos e costumes diferentes das pessoas da cidade, sem falar em muitos casos de diferenças físicas. No entanto, são destas diferenças e na relação do grupo de retirantes com outras camadas sociais e, portanto, pessoas de costumes e comportamentos diferentes, que nascem as divergências nos campos do mental e do real. É lamentável a constatação, mas a assertiva não deixa de ser verdadeira: “a inferioridade é social e cultural” e “no fundo, os camponeses são e se sentem subalternos”, pois “o ciclo de sua labuta os acorrenta ao seu destino” (HOBSBAWM, 2005, p. 226-227) por uma questão de conformação ideológica, o que não significa dizer que essa constatação seja geral nem a rebeldia impossibilitada. Considerar-se subalterno ou superior é uma condição arraigada na diferenciação entre camadas sociais.

Todavia, a passividade do retirante à espera de um auxílio não significa dizer que nas atuais circunstâncias enfrentadas na Província seria mantida. Mesmo aqueles que se acham em condições subalternas são capazes de imprimir sua inserção para tirar vantagens do “sistema” e, quando necessário, revidar. São atitudes quase imperceptíveis que o colocam em condições de tirar proveito de algo, em outras palavras, o que Certeau define como “tática”:

[...] “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distinga o outro como totalidade visível. [...] a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos [...] (CERTEAU, 2009, p. 45-46).

O modo de vida dos retirantes-trabalhadores no contexto da seca não foi, portanto, marcado apenas por intensas lutas e protestos (mesmo que isto tenha ocorrido em alguns momentos), todavia, isto não invalida o desejo de estudo e compreensão dos componentes estruturais e a diversidade cultural daquele período. Por isso,

[...] Mergulhar no passado em busca de exemplos inspiradores de luta, ou coisa parecida, é escrever a história ecleticamente e às avessas. Não é uma boa maneira de se escrever a história. [...] Mais uma vez, é importante recuperarmos o que pudermos sobre o modo como os trabalhadores pobres viviam, agiam e pensavam [...] (HOBSBAWM, 2008, p. 21).

Assim, parto do entendimento de que estudar as práticas, condições materiais de existência e o papel desempenhado pelos trabalhadores nas relações sociais de produção tornam possíveis uma boa análise e apreensão do conjunto das experiências vividas.

Diante das dificuldades impostas pela seca, o problema da imigração se apresentou praticamente insolúvel, gerando muitas dores de cabeça àqueles que buscavam apresentar soluções tecnicamente racionais. A seca comprometeu em muito a economia cearense, tanto no tocante à produção de gêneros alimentícios, isto é, o trabalho na agricultura, bem como no comércio, uma vez que as mercadorias tendiam a ter seus preços elevados propiciando a carestia de vida e, portanto, aprofundando mais e mais a pobreza.

Utilizar os retirantes como mão de obra significou para os técnicos e autoridades múltiplos benefícios, entre eles: 1) socorrer os flagelados; 2) lucrar com mão de obra barata e, porventura, mais tarde, com os benefícios deixados pelas obras públicas; e 3) limitar o círculo de ação dos retirantes garantindo sobre eles o controle social. Desse modo, percebemos que as medidas tomadas visavam, através de medidas técnicas, simples e racionais, a imprimir no

flagelado o “amor” ao trabalho e não permitir que ele ficasse entregue à ociosidade.

O trabalho deveria ser impresso de forma disciplinada e marcada por restrições para que os retirantes aprendessem na labuta o valor do ganho suado, mas que teria por significado a recompensa de um trabalho honesto e regenerativo. Objetivavam fazer com que o retirante buscasse o trabalho e rejeitasse a esmola caritativa e, assim, a perturbação que causavam às elites.

Nesse ínterim, é interessante ressaltar que a ajuda não pode ser vista apenas como algo dispendioso ou meramente irritante para quem o faz. É óbvio que aquele que doa tem um olhar de superioridade sobre quem recebe e o rancor parece ser inevitável certo de que a imagem do roto o lembra de que ali poderia ser ele. Neste dístico, podemos interpretar, mas não julgar, que a caridade envolve outros valores tais como o *status* que demonstra a riqueza daquele que faz a doação, o acolhimento e compaixão aos pobres, e, igualmente, a crença na recompensa divina (Cf. VISCARDI, 2004).

Foi neste contexto que se procedeu a retomada das obras da Estrada de Ferro de Baturité como a mais eficaz das alternativas, pois,

A retomada do prolongamento da ferrovia de Baturité constituía-se, assim, numa providencial medida para se forjar uma fonte de trabalho e salário para o povo sertanejo que passava fome... [...]

Na ciência dos socorros públicos, a construção da ferrovia de Baturité tornava-se vantajosa ainda por permitir empregar os retirantes durante um período de tempo razoável: nem tão efêmero quanto às obras de pequeno vulto, nem tão duradouro a ponto de se fazer despendar os preciosos recursos do Estado por um período maior do que os meses de seca (CÂNDIDO, 2005, p. 35-36).

Os resultados de tal empreendimento fariam ver atendidas as necessidades não só dos governantes, flagelados e população da capital, mas também daqueles que dependiam de um meio de transporte eficiente para o escoamento de suas mercadorias. Desse modo se estabeleceu a ligação entre a construção da ferrovia, os trabalhadores que foram empregados nela durante a seca, e os motivos que concorreram para isso.

A intensa disciplina de trabalho imposta deixou transparecer cada vez mais o processo de exploração e opressão de que foram vítimas os trabalhadores: multas, ritmos de trabalho que eram rigidamente controlados pela lógica dos ponteiros dos relógios, a própria desorganização dos trabalhadores que se viam pressionados ao trabalho para receberem sua alimentação diária. Tudo isso contribuiu para intensificar o processo de destruição de uma cultura do trabalho baseada na lavoura por uma nova coesão social e cultural dos indivíduos.

Desse modo, acerca do processo de industrialização, onde houve trabalho

industrial,

[...] O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais. [...] em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado, e, comumente, frente às duas [...] O processo de industrialização precisa impor sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível (THOMPSON, 2004, 23-29).

Essa alteração nos modos de vida passou ainda pela transformação das ferramentas de trabalho que agora seriam utilizadas pelos retirantes nas obras da estrada de ferro. Uma alteração significativa que, inserida ao lado da ferrenha disciplina imposta, interfere nos comportamentos e práticas dos trabalhadores.

CAPÍTULO 2

2. Trabalhadores: o trabalho e a técnica.

Os rumos tomados foram-se efetuando através da pressão exercida pelo grito de socorro dos famintos, pelos indesejáveis, por sua insistência em lutarem pela sobrevivência. Foi por isto que as autoridades tiveram que tomar decisões urgentes.

Em nosso país, fóra da área mais populosa atingida pelas sêcas calamitosas, sòmente nos momentos de crises agudas despertam êsses flagelos algum interesse, provocado em geral pela grita dos famintos ou dos que dêstes infelizes se apiedam e sofrem com o espetáculo degradante da miséria excessiva, se não pela exploração de certos indivíduos que, de boa fé ou não, tiram dos flagelados bons proveitos (ALVES, 2003, p. 07).

A “solução”, portanto, para livrar Fortaleza dos indesejáveis “invasores”, fora encontrada. A Estrada de Ferro de Baturité conseguiria aproveitar milhares de braços na retomada de suas obras. Dessa forma dizia José Júlio Barros que “[...] a primeira necessidade é dar trabalho ao povo para atalhar os progressos da miséria, e utilizar a assistencia publica; bem como, de que as obras preferíveis para allentar os effeitos da secca são as vias-ferreas [...]” (Relatório, 01 nov. 1878, p. 56). Por diante, todas as ordens que agora imperavam eram a de alistar trabalhadores para os serviços na via-férrea de Baturité e assim foram cumpridas:

[...] fiz alistar todos os cidadãos validos e solteiros do abarracamento sob minha direcção em numero de setecentos e quarenta e trez. Scientificando-os porem de que eram destinados para o serviço do prolongamento da estrada de ferro de Baturité, todos mais ou menos se recusaram ao mandato, allegando terem família que na maior parte exigiam a prestação de seus serviços. (Ofício, 19 ago. 1878, APEC).

Contrariando o discurso do presidente Estellita, que afirmava haver busca espontânea pelo trabalho, creio que esta “espontaneidade” deva ser explicada. Quase sempre ocorreram embarques forçados, quando não estavam os retirantes impelidos por terem ali a oportunidade de saciar suas necessidades. Se houve espontaneidade, nem sempre ela foi respeitada, pois havia critérios para o alistamento, nos quais havia preferência por homens solteiros, completamente aptos para o trabalho pesado, para o qual seria efetuado o pagamento em ração pelo serviço prestado: “Passo [...] a relação dos setenta emigrantes solteiros e aptos para o serviço do prolongamento da via ferro de Baturité [...]” (Ofício, 31 ago. 1878, APEC). E isto era reforçado constantemente, pois a pretensão era gastar o mínimo possível e famílias numerosas elevavam a dificuldade na efetivação desse plano aumentando as possibilidades de

revoltas por falta de alimentos: “Illm. Señr. – Scientifico-lhe que sendo inconveniente o engajamento de operarios com grandes famílias, pela diffcultade e carestia dos transportes de generos alimenticios, poderá V. Exc^a. d’ora em diante dispensar aquelles que estiverem nas condições acima [...]” (Ofício, 18 jan. 1879, APEC).

É preciso lembrar que no contexto das últimas décadas do século XIX, com países que buscavam industrializar-se rapidamente,

O número de pessoas que ganhava a vida por meio de trabalho manual, em troca de um salário, aumentava sensivelmente [...]. Aquelas pessoas eram encontradas onde quer que as cidades modernas necessitassem de trabalhos de construção ou onde houvesse serviços municipais de utilidade pública – já indispensáveis no século XIX [...] (HOBSBAWM, 2009, p. 164).

Ressalvadas as devidas particularidades, é possível afirmar que as medidas empreendidas na Província do Ceará eram uma necessidade global, uma vez que ela demandava obras públicas de melhoramentos urgentemente, ao passo que a conjuntura da seca e num momento político que estava envolvido nos debates da transição do trabalho livre para o escravo e em torno do republicanismo, um ministro (Sinimbu) que apoiava as medidas de desenvolvimento e integração nacional, tudo isto era aliado a uma grande oferta de mão de obra. O prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité se mostrou, dessa forma, como a panacéia daqueles anos.

O então presidente da Província José Júlio Barros foi quem esteve à frente do projeto de retomar as obras da via férrea. Os motivos assim foram explicados:

[...] as grandes obras dando occupação a um considerável numero de pessoas são as mais convenientes para o soccorro nas calamidades extensas [...] não só pela economia da inspecção, mas também por facilitarem mais do que as pequenas obras locaes, a verificação do estado de indigência. Outros motivos poderosos actuaram em meu espírito para indicar a construcção de estradas, e especialmente o prolongamento da via-ferrea de Baturite. Pareceu-me urgentíssimo retirar das cidades para o campo uma parte da população adventícia, afim de manter a ordem, e melhorar o estado sanitário. Alem d’isso não havia outro serviço que podesse empregar maior numero de braços, que mais aproveitasse a província e mais promettesse ao Estado retribuir seus sacrificios. (Relatório, 01 nov. 1878, p. 44).

O que se verifica é que o dever do Estado em prestar assistência não é, necessariamente, efetuado gratuitamente. Existia certa benevolência com os inválidos, é verdade, certo que não podiam executar os serviços solicitados. Para eles a ajuda era dada via Comissão de Socorros Públicos, porém, dos que podiam ser cobrados serviços assim eram feitos, quer dizer, os homens prontos ao trabalho eram selecionados e prontamente enviados

aos locais de serviços. Trabalho por comida: esta era a máxima existente.

O Estado tinha gastos no emprego de retirantes nas obras públicas como já percebemos em algumas falas expostas aqui, embora defendessem os governantes que eram menores em comparação a períodos em que calamidades, neste caso a seca, não atacava. Contraditoriamente, as falácias de menores gastos ficaram na teoria, pois a ajuda demandada pelos retirantes parecia superar o orçamento de obras efetuadas por trabalhadores contratados regularmente. Lassance Cunha, um dos engenheiros que dirigiram as obras da Estrada de Ferro de Baturité, relatou que em épocas de seca o preço dos serviços é excessivo visto o alto custo por quilômetro de obras executado. Isso se deve, muito provavelmente, aos muitos gastos efetuados com assistência aos familiares de retirantes empregados nas obras e que não executavam serviços diretos na ferrovia, bem como pelas elevadas cobranças nos transportes de gêneros de Fortaleza para o interior.

Esses gastos foram feitos extraindo o máximo que podiam das forças dos necessitados, com o máximo de economia, visando o desenvolvimento da Província, nunca perdendo de vista a manutenção da ordem e a preocupação com o estado sanitário. Para isso também foram construídos abarracamentos com o intuito de isolar a massa de retirantes do contato direto com o restante da população, sitiando-os e mandando-os (ou no sentido oposto) para as obras no interior.

O fim primordial dessa medida (isto é, os trabalhos de prolongamento) era manter as populações ao longo da linha projectada e proporcionar-lhes serviço proveitoso e remunerador.

Na construção desse trecho [*Pacatuba a Baturité*] foram empregados dez mil operários, que com as suas respectivas famílias atingiram a uma media de 50.000 pessoas. (LASSANCE Apud FERREIRA, 1989, p. 35, inserção e grifo meus).

A discussão sobre o emprego dos retirantes em obras públicas, trocando trabalho por alimentação, era confirmada e encarada com naturalidade conforme as palavras de Rodolfo Teófilo:

A Constituição garante, é verdade, socorro ao faminto sem lhe exigir serviços. O pensamento da lei não póde ser condemnado, porquanto suppõe indivíduos completamente inhabilitados para o trabalho e, portanto, no caso de auxilio do Estado. As victimas da secca, entretanto, estão em condições inteiramente excepcionaes. Não são inválidos, são homens sadios, que, atirados á indigência pelo aniquilamento de suas lavouras, se entregarão ao trabalho desde que sejam alimentados. (TEÓFILO, 1922, p. 356).

Ele expôs ainda que os retirantes trabalhavam sob a condição de serem alimentados, o que deixa aberta a possibilidade de que, se não recebessem o que lhes era

prometido, a recusa ao trabalho sob formas de resistência e motins eram prováveis, mas esta é uma discussão que será analisada adiante.

A preocupação dos Presidentes de Província que se sucederam no período da seca parece ser menos com a sobrevivência dos flagelados do que com os benefícios que a Província e o Império teriam após o período calamitoso, mas julgar não é ofício do historiador, porém, “as realidades sociais existem para ser investigadas mesmo se algumas das teorias propostas sobre elas às vezes possam estar erradas” (HOBSBAWM, 2008, p. 348). Claro, não podemos afirmar isto categoricamente, pois não sabemos até que ponto a desumanidade convivia paradoxalmente com o dever que tinham as autoridades políticas de garantir assistência aos desvalidos que era, aliás, direito garantido constitucionalmente, não informando claramente como deveria ser feita essa assistência, mas garantindo-a. E se o interesse em salvar a vida estava presente, o que vemos principalmente exposto é a preocupação em gastar o mínimo, gastos a serem utilizados de forma útil, racional e ao mesmo tempo “limpar” a cidade (Fortaleza) da presença indesejável dos flagelados:

Como já tive ocasião de dizer vos a necessidade e conveniência de empregar o povo em obras de reconhecida utilidade que tivessem a dupla vantagem de dar ocupação ao maior numero de braços possível, fora das cidades, onde a aglomeração dos indigentes era muito prejudicial a ordem e saúde publicas, e de retribuir os sacrifícios feitos pelo Estado, inspirei-me ao assumir a administração, o pensamento de solicitar do Governo o prolongamento da via-ferrea de Baturité. (Relatório, 01 nov. 1878, p. 58).

Contudo, ainda vemos que o Estado deveria ser “retribuído pelo esforço dispensado” na ajuda aos retirantes e isso se daria após a seca com a dispensa dos trabalhadores, e todos os trabalhos executados por estes ficando para serem usufruídos pelas famílias abastadas da Província. Os trabalhadores produzem, mas geralmente não tiram proveito do trabalho executado, há uma apropriação do que foi feito e os trabalhadores são, portanto, exteriorizados de sua produção. Por seu lado, o Governo deixa sempre transparecer que presta bons serviços dando emprego aos retirantes, fazem boa propaganda de si ao custo do trabalho alheio.

A atitude empregada pelo governo da Província, neste sentido, pode ser caracterizada como paternalista: “uma concentração de autoridade econômica e cultural”. Ao mesmo tempo, “o termo pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado”, e o paternalismo “tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima” e que, portanto, se contrapõe ao de “cultura popular” que se trata de uma “cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes”

(THOMPSON, 1998). Mesmo assim, acerca do paternalismo conclui: “isso não significa que o termo deva ser abandonado” e “nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal”.¹³ Concretamente, foi assim que o Estado se serviu da mão de obra relatando que pelos indigentes só faziam o melhor e somente a gratidão estes lhes deviam, como um pai que acolhe seus filhos diante das adversidades. A fragilidade em que se viam os flagelos e a completa ausência de leis que regulamentassem os trabalhos em defesa dos retirantes facilitou o intenso aproveitamento e exploração destes nos trabalhos da ferrovia.

É possível perceber ainda uma presente atenção dispensada às aglomerações de retirantes que por si só já simbolizavam a desordem que não era desejada pelos governantes. Havia na realidade o medo constante de revoltas populares, a população fortalezense sabia que num ímpeto de fúria não poderia controlar a massa de retirantes descontrolada. Por isto, havia a preocupação em afastá-los da Capital. Para dar melhor ideia da proporção populacional no período, Fortaleza tinha, em 1877, aproximadamente 25.000 mil habitantes e, em novembro desse mesmo ano, calculava-se a população adventícia em 43.000 mil, que continuava a aumentar diariamente (Relatório, 23 nov. 1877, p. 20).

A partir de agora as relações de trabalho eram diferentes, as socioculturais também, afinal, o manejo de novas ferramentas, a pressão para a execução dos trabalhos de modo objetivo e dentro do mínimo espaço de tempo, fariam alterar o modo comportamental dos trabalhadores. As falas do benefício que o Estado oferecia aos flagelos dando alimentação em troca de serviço, propagandeando que os retirantes tinham uma enorme dívida de gratidão não é bem verdade. O que se percebe é que o Governo pretendia tirar proveito da mão de obra existente em larga escala, utilizando-se do preceito de prestar assistência aos desvalidos da seca. Como a pressão sofrida era grande, de ambos os lados, a saída parecia ser encontrar uma solução que viesse satisfazer os lados em disputa: o emprego em obras públicas foi o resultado. Entre elas, conforme observado, a retomada das obras na Estrada de Ferro de Baturité foi certamente considerada a melhor.

Foi uma excelente medida para a população que pôde ver as ruas sendo esvaziadas. As obras, em sua maioria no interior, impediam a migração e escoava o que na Capital existia de mão de obra disponível para fora da cidade. Pensamos que o propósito ia mais além: por considerarem os retirantes ignorantes, baseavam-se na ideia de que faziam o

¹³ Para uma melhor compreensão dos conceitos de “paternalismo” e “cultura popular” segundo Thompson, Vide: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

melhor por aqueles homens e mulheres, pois quando a seca e os problemas advindos desse fenômeno terminassem eles teriam aprendido ali um ofício que lhes garantiria sobrevivência material. Era mais um meio ideológico¹⁴ de combinar o socorro público à dominação das forças produtivas, pois terminadas as obras a grande maioria entre os flagelos retornariam para seus locais de origem.

Para os retirantes, as notícias não foram tão agradáveis. A opinião pública explicitada no jornal *Cearense* que havia “uma dívida de gratidão” não se consolidava para os flagelos, tendo em vista que as atitudes de quem aceita as condições colocadas e resigna-se a cumprir suas obrigações como se tivesse uma dívida a pagar em nada parecia com o que fizeram os retirantes que criaram cenas de subversões e ameaças àqueles que pretendiam comandá-los, pois “o que os dominava era a convicção moral de que as pessoas têm direito a tratamento justo, a um salário decente para uma vida difícil, a ‘fatias justas’ mesmo da pobreza.” (HOBBSAWM, 2000, p. 274). Não havia, portanto, nenhuma dívida a ser paga, mas sim interesses múltiplos que foram sendo atendidos dentro das relações sociais.

Assim, os governantes e a multidão precisavam uns dos outros, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrateatro um no auditório do outro, moderam o comportamento político uns dos outros. Esta é a mudança que se percebia: as relações entre as camadas sociais ante as modificações nas relações de produção passaram de objetos outrora impostos, para agora serem negociados, “mesmo que entre partes desiguais” (THOMPSON, 1998).

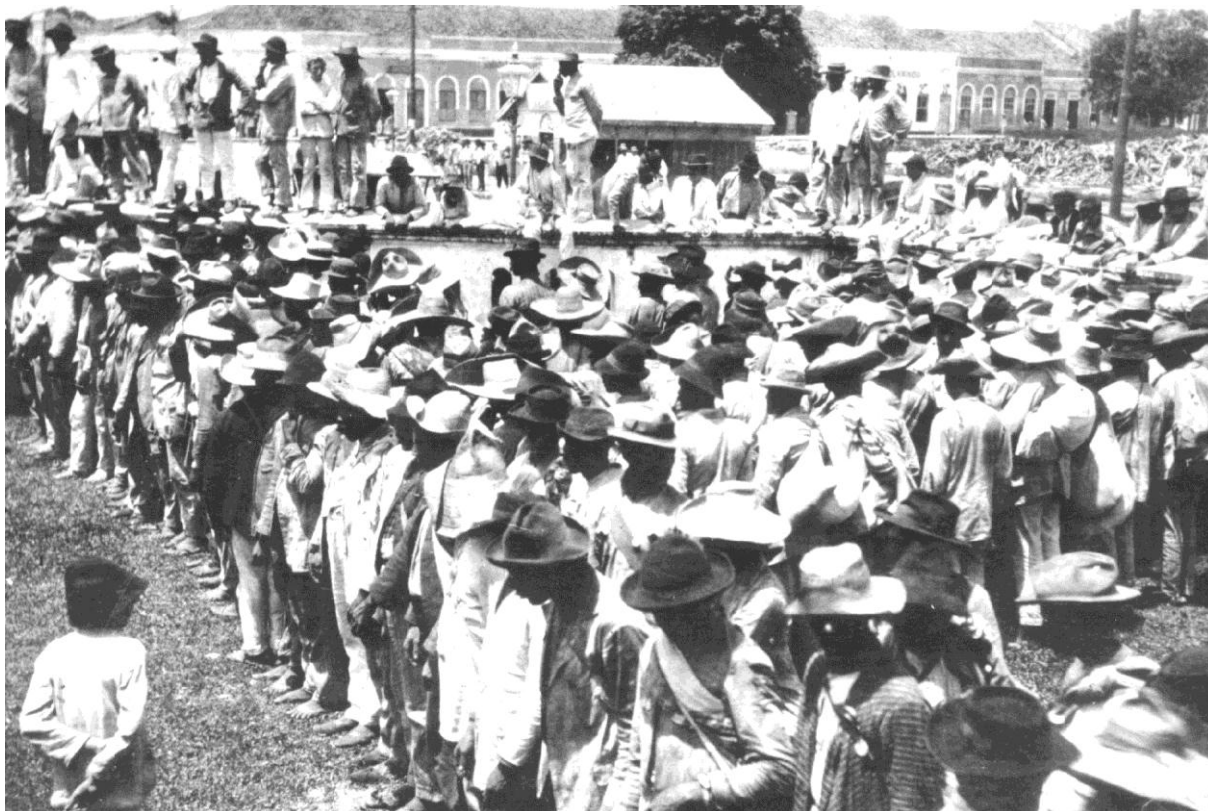
E assim, começaram os embarques para os locais de trabalho; começaram as exigências dos retirantes pelos seus “direitos”; começaram os conflitos entre retirantes e engenheiros.

Os trabalhos iniciaram buscando dar organização aos trabalhadores:

[...] os indigentes aptos foram divididos, em turmas de cem sob a direção de um chefe escolhido d'entre elles pelo bom comportamento, sabendo ler e escrever. Incube ao chefe da turma alistar os operários; organizar uma folha semanal com indicação dos dias uteis e cazas para as notações do effectivo serviço e faltas; acompanhar os operários ao serviço e fiscalisal-os. Por aquella folha se faz a chamada dos trabalhadores [...] (Relatório, 01 nov. 1878, p. 50).

¹⁴ Historicamente, o conceito de “Ideologia” sofreu inúmeras modificações. Entretanto, para compreensão do termo e o modo como desejo expressá-lo, defino-o da seguinte forma: Ideologia é um conjunto de ideias ou uma prévia-ideação, que reúne concepções e representações, que visam manter, reproduzir e/ou legitimar a ordem estabelecida. É ainda o meio pelo qual se tem uma “elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”. Cf.: LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social*: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989; MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; e LUKÁCS, György. *Prolegômenos par uma ontologia do ser social*: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

Não foi rara a arregimentação de trabalhadores para os locais de trabalho da ferrovia de forma organizada, sob uma disciplina razoavelmente rígida, enfileirados, possivelmente ameaçados pelos “organizadores” que, ao menor sinal de insubmissão visto, não seriam embarcados para as obras e, portanto, não receberiam a alimentação necessária, embora não fosse tudo o que desejassem, como pagamento. A imagem a seguir pode ser uma pista do que sugiro:



(Figura 1. Fonte: Museu da Imagem e do Som – MIS)

Além disso, a escolha de um chefe para o grupo de retirantes ser feita dentre eles, demonstra mais do que apenas escolher os considerados mais capacitados para a direção dos trabalhos, representa ainda a possibilidade de se criar a imagem do bom operário: aquele que executa de forma primorosa seu trabalho e, o mais importante, não se insurge contra seus superiores, isto é, os engenheiros, e tendo como recompensa ocupar um cargo acima dos seus demais companheiros.

Percebemos ainda a utilização da divisão do trabalho em equipes, visando, entre outras coisas, facilitar a vigilância dos trabalhadores. A tática de utilizar um chefe escolhido dentro da própria turma de retirantes se pautou pelo ideal de acalmar os ânimos dos famintos que poderiam representar enormes riscos. Em outras palavras, a disciplina que precisava ser

imposta através das normas que conduziam os trabalhos não nasceu do nada, mas sim porque a desobediência já era praticada e precisava ser controlada. Normas não são criadas para controlar o que não existe, mas sim para regular aquilo que está sendo praticado e não condiz com o esperado pelas autoridades, sejam elas os governantes ou, numa escala menor, e em nosso caso, os engenheiros responsáveis pelo andamento das obras.

[...] Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo (THOMPSON, 2001, p. 239-240).

Por isso, era importante não alimentar a desconfiança dos trabalhadores em relação à autoridade de um engenheiro, além, é óbvio, de forjarem figuras que poderiam ser modelos de "bom trabalhador". Deste modo evitariam possíveis revoltas e criariam na mentalidade dos trabalhadores a ideia de que era possível ganhar a confiança dos engenheiros e trabalhar ao lado deles.

Pelo lado da vigilância sobre os trabalhadores, os abarracamentos, além da finalidade de “abarracar”, ou seja, servir de moradia aos retirantes, em locais erguidos longe das moradias das elites, serviria também como mais uma forma de controle. Isto é afirmado com base no pressuposto de que um trabalhador que pudesse se insurgir contra o engenheiro, quando este era o responsável pela distribuição das roupas e da alimentação, além da organização nas moradias, aquele pensaria bem antes de efetuar qualquer subversão sob pena de ter ameaçados seus meios de subsistência. Os pobres também tinham consciência disto e isso é importante, pois mostra que os trabalhadores souberam jogar com estas condições, e prova que na relação entre dominantes e dominados não há uma enxurrada de obrigações impostas de cima para baixo, mas, ao contrário do que se pode supor, existe uma relação em mão dupla, na qual os dois lados podem se lançar de certa deferência para que as condutas se ajustem.

Autorizado o início dos trabalhos na estrada de ferro, os despachos foram efetuados: "em cumprimento [...] determinando que procedesse o alistamento de todos os emigrantes validos e solteiros [...] para serem empregados no serviço de prolongamento da estrada de ferro de Baturité [...] (Ofício, 26 ago. 1878, APEC)." As turmas de retirantes eram transportadas a todo momento da Estação Central rumo aos locais de serviço, onde lá seriam alojados nos abarracamentos geralmente localizados ao lado das obras. Estes abarracamentos consistiram verdadeiros currais, onde os retirantes foram mantidos num sistema de coerção

moral e, em não raros casos, sexual contra as mulheres e filhas dos trabalhadores por parte dos engenheiros e seus “seguranças”, e ainda por vezes chegando a agressões físicas, visto que não foi por mero luxo que os engenheiros andaram com seguranças. Estes, ao mesmo tempo defesa e agente repressor. O jornal *Eco do Povo* denunciou tais atos praticados pelo engenheiro da secção de Canoa (Aracoiaba) J. Pinkas:

J. Pinkas – Esse celebre engenheiro encarregado da sessão de Cãoa, há cometido os maiores crimes [...] Homem violento, brutal, e de sentimentos rudes e planos, abusa criminosamente do cargo que ocupa [...], segundo nos consta, desvirginando infelizes, filhas de seus trabalhadores, e atirando-as á prostituição e já esbofeteando estas insolentemente (Eco do Povo, 07 ago. 1879, p. 02).

Muitas mudanças aconteceram após o embarque dos retirantes para os locais de trabalho. As constantes lutas trouxeram derrotas e conquistas, mas, sobretudo aprendizados, experiências que se acumularam no cotidiano de lutas, pelo contato com novas relações de trabalho, racional e disciplinado. Todavia, a ação dos trabalhadores, conforme assinalou Hobsbawm, “[...] sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes; [...]”¹⁵. Destacamos, porém, o *exceto*, pois é importante verificar e perceber o desenrolar dos acontecimentos, para assim poder analisar como se desenvolveram as relações sociais a partir das mudanças nas relações de trabalho nos locais das obras entre engenheiros e trabalhadores, pois

[...] O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON. 2001, p. 260).

2.1 - Quem são eles e o que procuram: a necessidade fala mais alto.

Os retirantes: homens, mulheres e crianças que agora seriam utilizados como mão de obra no prolongamento da ferrovia vinham em sua maioria do interior, onde desenvolviam trabalhos ligados à terra, à agricultura, devendo obediência a um senhor, uma vez que aqueles que eram donos de suas próprias terras, em geral uma pequena propriedade, não tinham como garantir o sustento em período de estio, buscando ajuda dos grandes proprietários e, portanto, sujeitando-se a estes donos de terras e/ou meios de produção, que permitiram o

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ª ed. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, sd. p. 45.

desenvolvimento das atividades agrícolas. Em outras palavras, uma pessoa que estabelecia vínculos de favores: enquanto os sertanejos produziam em suas terras e também lhes prestavam segurança, ele (o proprietário das ferramentas de produção e da terra) os retribuía com moradia e alimentação.

O surgimento do trabalho, que não deixava de ser uma retribuição de alimentos, roupas e "moradia" por serviços prestados à Província, modificaria a própria concepção de trabalho dos retirantes que agora se submeteriam a um saber técnico, o dos engenheiros, a produção em alta velocidade, controlados pelo racionalismo do controle do tempo. Aqui se percebe uma permanência, a de que os laços de obrigação de prestar trabalho na agricultura em troca da caridade que lhes é fornecida não muda quando tem que produzir nas obras da ferrovia para ganhar o seu sustento, mas, agora, é muito mais claro que aqui a caridade serve como meio de controle social sobre estes indivíduos. A mudança mais significativa nas novas relações estabelecidas esteve na falta de controle do tempo por parte do trabalhador. A regulação do tempo no campo, na agricultura se dá principalmente por fatores climáticos, definido pela relação com a natureza, que determina quando se deve trabalhar ou não de acordo com os períodos de aragem, plantio, chuvas, colheita, etc., Nas obras da ferrovia, o trabalhador não tinha mais o controle sobre suas pausas ou ainda determinar se hoje trabalharia ou não. E, sobretudo, foi retirada a sua liberdade sobre o controle do processo produtivo.

Todavia, a lógica do trabalho, ou ainda, do ritmo deste, agora era outra. O tempo e o controle deste se deu pela necessidade de regular o trabalho e o lazer, fruto de uma sociedade capitalista que substituiu o tempo associado à natureza e o submeteu aos ponteiros racionais do relógio. Isso não se deu sem conflitos, pois o engenheiro Morsing relatou as dificuldades que encontrou tanto na disciplina dos trabalhadores aos novos ritmos de trabalho, como na aprendizagem destes dos trabalhos que deveriam executar: "Os operários que aqui encontrei não estão habituados a trabalhos desta espécie, e muito tem custado conseguir-se a sua frequência e actividade, isto me tem feito lutar com serios embaraços [...]" (Ofício, 04 jan. 1878, APEC). Verificamos que a "adaptação" dos retirantes não foi conseguida (se é que foi) de modo fácil, o que parece ser natural, ao passo que as modificações nas vidas daquelas pessoas acompanhavam situações antes inimagináveis para elas. Alterações não só de sentimentos, mas em seus próprios corpos, e como bem lembra Hobsbawm, nestas profundas transformações "[...] a vítima sofria – o sofrimento não é privilégio das pessoas bem informadas [...]" (HOBBSAWM, 2000, p. 146).

O que disse o engenheiro no trecho citado acima pode ser relacionado tanto à

manutenção da ordem a que tentavam submeter os trabalhadores, como pela falta de qualificação destes para executar serviços que exigiam um pouco mais de perícia técnica. Interessante notar que a adaptação não era exigida apenas dos trabalhadores, mas também dos engenheiros, destes chefes dos serviços habituados com mão de obra certamente mais disciplinada. Notadamente, qualquer alteração no aparelho da produção requer modificação sistemática dos dois lados, uma adaptação necessária por parte dos que dirigem os trabalhos e igualmente por parte dos que executam os trabalhos. Tem-se, portanto e inevitavelmente, momentos de experimentação e de inquietações quanto aos resultados advindos das transformações. Aprender a utilizar novas ferramentas e a lidar com o controle do tempo de um lado; aprender a dar ordens a pessoas que não estavam habituadas a determinados tipos de trabalho e conseguir sua submissão, de outro.

A mudança na rotina produtiva teve que ser readaptada para ser aprendida. cremos que qualquer trabalhador, naquelas condições, que pudesse aprender rapidamente a mecânica de trabalho, era valorizado, preferido e diferenciado ante os demais, o que trouxe mais adiante os problemas que os engenheiros queriam evitar: exigências de “direitos” dos trabalhadores para executarem os trabalhos, para além daqueles que lhes eram dados. Um trabalhador especializado valia mais do que o simples valor do trabalho que podiam executar, e isto eles foram aprendendo, ao passo que, os que encontravam maior dificuldade no aprendizado, eram os mais explorados, mas destes não se esperava mais do que a execução das tarefas mais simples e repetitivas como carregar os dormentes de um lado para outro, transportar em carros de mão a areia que era retirada dos locais onde passariam os trilhos, o vai-e-vem da pá enchendo os carrinhos com britas das pedras que eram quebradas ali nas proximidades por trabalhadores igualmente não habilitados para serviços que exigiam certo grau de qualificação. Dos “habilitados”, certamente saíam os chefes de turmas, que por sua vez, deviam receber um “benefício a mais” por sua boa conduta e atividade. Isto definia quem simplesmente era “mão de obra comum”:

[...] apenas certos tipos de trabalhadores estavam em posição de tornar ou manter o seu trabalho bastante escasso, ou bastante valioso, para concluir um bom acordo [...] os sistemas de subcontratação, e assemelhados, que transformavam muitos trabalhadores habilitados em verdadeiros co-patrões dos seus colegas menos favorecidos [...] (HOBSEAWM, 2000, p. 374-375).

Fato constatado é que a aprendizagem nos trabalhos existiu. Os trabalhadores aprenderam tanto pela força quanto pela necessidade, por isso as obras da ferrovia foram consideradas uma grande “escola para o trabalho”, uma vez que nos canteiros de obras

estavam não só os retirantes, mas também, trabalhadores vindos de outras Províncias, especializados em trabalhos exigidos pela ferrovia, podendo aqueles aprender com estes. Para trabalhos mais exigentes, como os de aberturas de clareiras nas serras e montes, que requeria o uso de dinamites, foi preciso buscar trabalhadores fora do Ceará, como atesta o ofício do Engenheiro Carlos Morsing:

Havendo falta quase absoluta de operários cavouqueiros para o serviço de construção d'esta Estrada, e na impossibilidade de aqui encontrá-los, resolvi mandar a Paraíba o Sr. Lino José Pereira de Castro, para ali contratá-los até o número de 20 (Ofício, 22 out. 1878, APEC).

As imagens a seguir apresentam o tipo de trabalho executado pelos cavouqueiros e demonstram sua aptidão técnica:

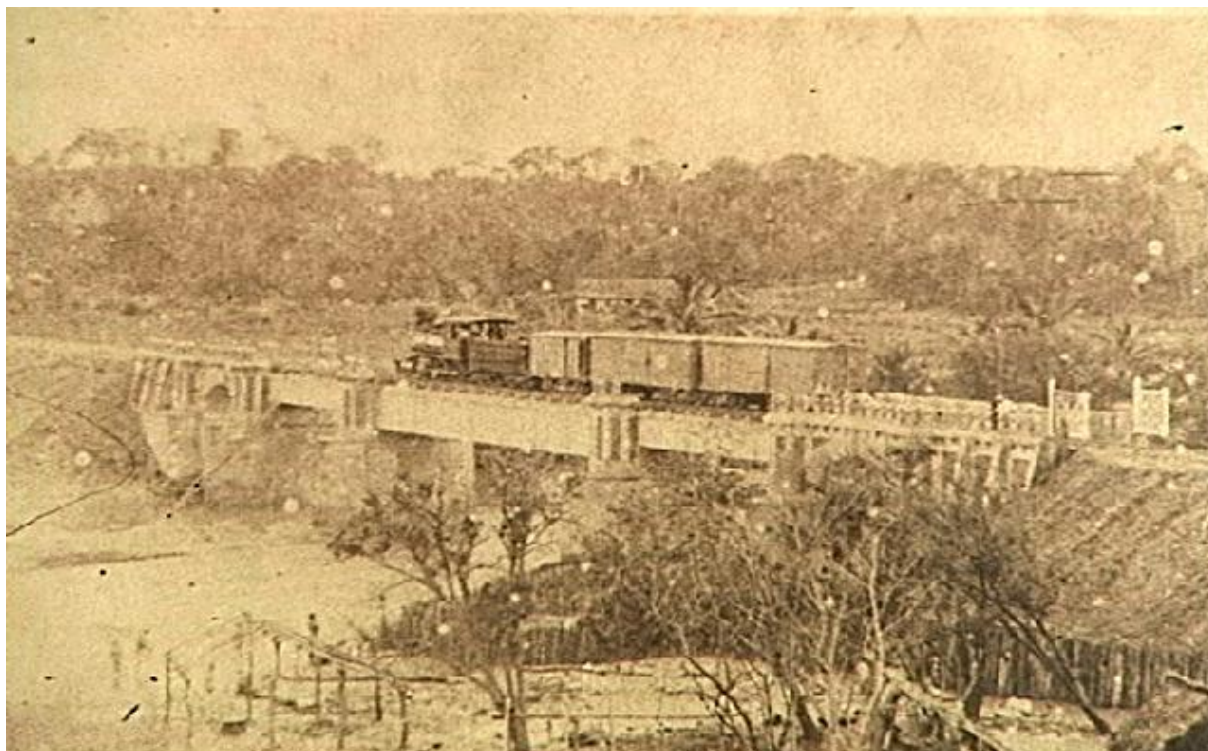


(Figura 2. Fonte: Museu da Imagem e do Som – MIS)



(Figura 3. Fonte: Museu da Imagem e do Som – MIS)

O Imperador D. Pedro II, no ano de 1879, solicitou que fossem tiradas estas fotografias das obras da Estrada de Ferro com a finalidade de verificar o andamento das obras que somava muitos recursos dos cofres imperiais. Através das imagens é presumível que o andamento destes trabalhos só foi possível pela existência de mão de obra qualificada, mesmo que esta fosse minoria ante o grande número de trabalhadores envolvidos nos trabalhos da ferrovia. Os que não eram especializados foram postos lado a lado com os que eram dotados de maior habilidade técnica e ali, ganhando menos, pois a natureza do serviço era “compensada” por pagamentos diferenciados, aprenderam na lida diária a executar tais serviços, podendo futuramente engrossar o coro dentre aqueles insatisfeitos com seus ganhos diante dos dificultosos empreendimentos. O resultado disso, no campo das construções, foram trechos que desafiavam as expectativas, por conta dos empecilhos com a mão de obra outrora desqualificada de habilidades técnicas. A construção de pontes, como a que se apresenta a seguir, demonstram os resultados da relação simbiótica entre as diversas categorias, segundo suas aptidões, de trabalhadores:



(Figura 4. Fonte: Museu da Imagem e do Som – MIS)

Os engenheiros planejavam e coordenavam os trabalhos, mas eram os trabalhadores que erguiam trilhos, que batiam nas bitolas para que fosse mantida a distância necessária entre os dormentes, os trilhos etc., havia os que sabiam executar tais funções melhor do que outros, obviamente, entretanto, as imagens apresentadas mostram que para “abrir buracos” em montes contrariam o pensamento *a priori*, de que não era necessário um conhecimento mais apurado ou técnicas de trabalho especializado. Argumenta-se que qualquer pessoa apta a trabalhos braçais poderia efetuar tais serviços. Todavia, as imagens surpreendem quando se observam os resultados, levando em conta as limitações materiais e técnicas tanto no tocante às ferramentas como a mão de obra disponível no período. Havia, sim, algum conhecimento, sem importar em que medida ele existiu. Em suma, a prática cotidiana nos serviços ensinou aos retirantes o ofício que teriam que cumprir e as imagens mostradas são suficientes para aceitá-los enquanto trabalhadores qualificados ou que se qualificaram rapidamente para os trabalhos. Os maiores empecilhos estavam na dificuldade de conseguir trabalhadores qualificados, pois “[...] A verdade é que a habilidade técnica não era o único critério de identidade e de autoestima de um homem, e sim a garantia de seu ganho” (HOBSBAWM, 2008, p. 368), em outras palavras, um trabalhador qualificado tinha condições de fazer mais exigências, portanto, ganhar mais e, ao que tudo indica, os retirantes não se mostraram muito atraídos pelos ganhos em troca dos trabalhos que iriam executar, por

isso, em não raros casos, a recusa ao trabalho era frequente.

O número de trabalhadores empregados nas obras do prolongamento foi sempre dinâmico, quase sempre inexato, pois, contraditoriamente, quanto mais existia a necessidade de tirá-los da capital, mais se precisavam deles nos locais das obras, já que frequentemente os engenheiros pediam envios de mais homens para os serviços, seja por aumento destes, seja por deserção, que era comum dentre os retirantes, visto que os muitos que embarcavam não se apresentavam aos serviços.

Na realidade, o que os retirantes buscavam não era necessariamente o trabalho em si como bem garantiam as autoridades ou defendiam os jornais afirmando que isto elevaria a moral de tais pessoas, que serviria como redenção aos vícios da esmola e não ficarem entregues a perniciosa ociosidade. É mais fácil crer que buscavam garantir sua sobrevivência material, gêneros alimentícios que os dessem pelo menos a esperança de mais um dia vivo.

Enquanto isso, os engenheiros pediam mais envios de homens para as frentes de trabalho:

[...] digne-se dar providencias que julgar convenientes para cortar a reprodução do abuso certamente prejudicial aos interesses da Estrada e compromettedor da força moral dos engenheiros, a quem incube dirigir o trabalho. Tendo sido remetido da Capital, a requisição minha, tresentos homens destinados ao trabalho [...], aconteceu que desses somente cerca de cem se apresentarão no dia seguinte promptos para o serviço, havendo os outros retirado-se logo depois da distribuição da roupa [...] (Ofício, 20 jul. 1879, APEC. Grifos do próprio documento).

Começavam a se empreender as táticas de resistência ao trabalho, ao passo que os retirantes não estavam muito interessados em prestarem serviços e sim em serem socorridos pelo Estado. Mesmo havendo possível desconhecimento das leis, e mais ainda da Constituição vigente, os retirantes de alguma forma sabiam que o Estado lhes “devia” assistência. É crível que estavam mais voltados para o atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência do que em atender aos chamados de trabalho. Para isso os retirantes passaram a resistir ao trabalho, em outras palavras, a fazer exigências em prol dos seus “direitos”, que assim entendemos:

[...] o mínimo que até mesmo um historiador pode fazer é esclarecer em que sentido ele utiliza o termo “direitos”. [...] significar simplesmente a ideia de qualquer forma de prerrogativa que uma pessoa ou um grupo possa alegar sob alguma lei positiva que, pelo menos em princípio, condene a recusa a garantir esta prerrogativa. Também uso este termo para denotar as prerrogativas que as pessoas acreditam poder alegar com base num conjunto de convicções amplamente aceitos, que cubra estas prerrogativas, mesmo se

ele não estiver expresso sob a forma da lei com validade jurídica, e sim baseado em convicção moral ou ideológica [...] (HOBBSAWM, 2008, p. 417).

As disputas de interesses afloravam e ocorreram em muitos momentos. A pressão ideológica exercida pelos engenheiros e exaltada pelo jornal *Cearense*, muitas vezes passava a impressão de que os trabalhos andavam de “vento em popa”:

Os operários, em número superior a três mil, estavam em atividades e mostraram-se satisfeitos com o serviço e com o tratamento recebido; reinava a mais perfeita ordem em todos os trabalhos e os engenheiros informaram que estes começavam invariavelmente às 6 horas da manhã, suspendiam-se às 11 e prosseguiam das 2 às 6 da tarde (CÂNDIDO, 2005, p. 79).

O papel representado pelos jornais através de seus discursos representava os interesses da manutenção da ordem, fazia parte do cunho ideológico de defesa das ideias que se queriam implantar. A ideia a se passar era a de que o trabalho a ser executado estava seguindo em boa ordem, mas principalmente, passar aos demais indigentes, ainda não empregados em serviços, que nos locais das obras é que eles deveriam estar, contribuindo para o crescimento da Província, prestando serviços dignos da natureza humana, recebendo seu sustento pelos serviços prestados e regenerando-se socialmente.

Em suma, a construção da ferrovia e a direção dos trabalhos pelos engenheiros eram vistos como meio de regeneração para uma população entregue, na vaga calamitosa da seca, a vícios e costumes não adequados a uma sociedade que se pretendia moderna e em conformidade com as relações do trabalho assalariado (CÂNDIDO, 2005, p. 95).

Buscava-se construir um modelo de sociedade e um modelo de cidadão que se enquadrasse nos moldes pretendidos. Para a sociedade cearense da época (e isso não mudou), era indesejável a presença de mendigos, maltrapilhos e vadios pelas ruas, daí entendermos o motivo de tantos argumentos divulgados nos jornais, como meio de se criar na população a ideia de que o trabalho era a solução moral e social dos problemas enfrentados, e reproduzidos facilmente no seio social.

Ao total, o número de pessoas empregadas nos serviços da viação-férrea de Baturité era altíssimo, embora, como foi dito, dinâmico e sempre precisando de mais braços trabalhando. Não à toa esta foi realmente a obra que mais aglutinou braços, somando geralmente números acima de 8.000 pessoas apenas na segunda secção das obras entre Canoa (atual Aracoiaba) e Pacatuba (Comissão de Socorros Públicos, 02 fev. 1879, APEC).

A mulher, por sua vez, também deveria trabalhar para "ter direito a ser

alimentada", diga-se de passagem, ser explorada para receber uma ração de péssima qualidade e que, em não raras situações, não era recebida ao final do dia. A situação a que estavam expostas era deplorável.

Mulheres e crianças eram, geralmente, empregadas nos serviços de cozinha, preparando o alimento dos trabalhadores como também foi ordenado para elas

Distribuir o serviço de costura, fiação e outros próprios das mulheres que possam trabalhar nos abarracamentos, organizando uma tabella dos preços da roupa que ellas houverem de preparar para serem distribuídas aos indigentes ou ás enfermarias (Fala, 01 nov. 1878, p. 49).

Mas não só nisso foi empregada a mão de obra feminina. A exploração a que estavam submetidas as mulheres e a necessidade de mão de obra no campo de trabalho, as fez serem empregadas também em serviços pesados que deveriam ser feitos por animais,

[...] por ordem da administração actual, empregamos de poucos meses a esta parte mulheris, meninos e meninas no transporte de tijollos para as obras desta grande empresa.

Foi um trabalho de immensa utilidade, por quanto, havia e continua haver grande falta de animaes para o transporte de materiaes, e os poucos existentes são caríssimos, ao passo que condusidos por aquelle povo chegam ás obras por preço comodo que não excede da ração em generos [...] (Comissão de Socorros Públicos, APEC).

Mulheres e crianças foram utilizadas para garantirem o bom andamento dos serviços, dos quais eles (os engenheiros) se orgulhavam estar fazendo à custa da exploração dos flagelados, e, além disso, garantirem o baixo custo empregando pessoas nos serviços que deveriam ser feitos por animais de carga. A economia no emprego das verbas públicas se dava para que a sobra a ser repartida entre os corruptos pudesse ser maior. Desvios de verba e material público, inclusive gêneros alimentícios eram destinados aos trabalhadores como pagamento. O jornal *Eco do Povo* tratou com ironia numa coluna intitulada “um pouco de tudo” os casos de corrupção: “É verdade... que os armazéns da estrada estão repletos de guabirús, que arrastam alta noite quantidades de generos para vendel-os á outros guabirús de algumas tavernas da vizinhaça?” (Eco do Povo, 30 jul. 1879, p. 04)¹⁶. Não era desconhecida a prática de elevar os preços das mercadorias no comércio durante a seca, e muito provavelmente, essa carestia era sobrelevada por que “guabirus” comerciantes já compravam os gêneros desviados pelos “guabirus” saqueadores, muitos deles funcionários responsáveis

¹⁶ Guabirus são roedores de aproximadamente 20 cm que vivem geralmente no interior das casas, com hábitos noturnos e se aproveitam dos restos de comida. Aqui está empregado no sentido figurado fazendo referência aos ladrões, gatunos.

pela guarda e distribuição dos gêneros, e é a isto que o jornal alude: preços elevados.

A alegação por parte dos engenheiros de que faltavam gêneros alimentícios para serem distribuídos aos trabalhadores apenas confirma o desvio dos alimentos. Utilizavam mulheres e crianças para transportarem na cabeça os materiais. O trabalho destes seria certamente mais barato do que os feitos por tração de animais, e foram justificados pela informação de não haver animais suficientes para fretes. Isto foi esclarecido posteriormente no depoimento do Fiscal de Transportes e Depósitos Antônio Hardy em ofício, que desmente a falta de animais para os serviços:

[...] A causa é a seguinte [...] existe animaes em numero sufficiente para effectuar os transportes, porém não querem os fretteiros sujeitarem-se ao recebimento da importancia do frete, na Thesouraria, pelas difficuldades e demora que dizem elles estarem sujeitos, não lhes sendo possivel esperar o pagamento mais de oito dias [...] (Ofício, 05 jan. 1880, APEC).

Ora, denota-se claramente que não era por falta de animais que empregavam pessoas em serviços assaz exploradores, tratava-se de uma recusa quase frequente dos fretadores a prestarem serviços de transportes por estarem provavelmente recebendo calotes, ou mesmo receberem o pagamento nos prazos determinados, pois a falta de gêneros nos depósitos se deu, muitas vezes, pelo atraso no pagamento dos fretadores e, por conta disso, foram recorrentes as exigências do engenheiro Carlos Morsing, como a que se segue:

Sendo de imprescindível necessidades o prompto pagamento dos fretes de generos transportados por conta da verba de Soccorros Publicos para a alimentação dos operarios desta Estrada para prevenir somente qualquer embaraço que n'este sentido possa no futuro surgir [...] (Ofício, 29 mar. 1879, APEC).

Sem contar com a insegurança nas estradas, pois a situação calamitosa da seca fez aumentar o número de saqueadores de tudo o que pudesse ter valor, sobretudo, os ladrões tinham nas carroças que transportavam gêneros os seus alvos preferidos. Outrossim, também demonstra que o dinheiro que deveria ser pago aos prestadores de serviços estava escoando de outras formas, ilícitas, supomos, pois não era revertido como salário, já que boa parte dos operários recebia o pagamento em rações, por que “[...] o salario, em circumstancia semelhantes, vem a ser o alimento: e é mais econômico, útil e moralizador, do que a esmola.” (Fala, 01 nov. 1878, p. 45) O que estavam fazendo então com os recursos? José do Patrocínio, colunista de alguns dos principais jornais do Brasil no período, denuncia indícios de corrupção:

Entretanto, há naquela província quem não se peje de diminuir a ração dos retirantes, dos desgraçados, para aproveitar das sobras a bem da sua fortuna individual.

Há quem não se condoa de tanta desgraça e faça das lágrimas do povo proveitosa operação comercial (Apud CÂMARA, 1970, p. 133).

E diz tais fatos serem sabidos pelo Presidente da Província José Júlio Barros:

Conta-se mesmo que, em uma reunião, o presidente não trepidara dizer que na sua administração dar-se-ia por contente se chegasse apenas a empregar os menos ladrões, porque lhe parecia impossível encontrar homens honrados (Id, Ibid, p. 150).

Estes fatos vistos de forma absolutamente natural por alguns era visto como absurdo por Rodolfo Teófilo, principalmente o da exploração das mulheres:

Tudo chegava aos infelizes a quem a fatalidade havia roubado pão e tecto! A mulher, até então sustentada nos abarracamentos pelo Estado, sem permutar o serviço pela ração, agora era obrigada a fazer uma viagem de 12 kilometros com uma pedra á cabeça a fim de ter direito a ser alimentada [...] (TEÓFILO, 1922, p. 269).

Como vemos, não restava aos flagelados muitas alternativas além de se sujeitarem às imposições que lhes vinham. Mas ainda assim encontravam alternativas.

A ração que recebiam não era dos melhores alimentos, mas ainda assim era o que tinham os retirantes. E ao receberem, muitas vezes, devoravam imediatamente, impelidos que estavam pela fome, a comida de má qualidade. O Governo se preocupava vez ou outra com o estado da alimentação dos retirantes, principalmente quando a inanição e a péssima qualidade dos gêneros (estragados) favoreciam o surgimento de doenças e até mesmo a disseminação fácil destas pela fraqueza dos organismos. A varíola, devido ao péssimo estado sanitário dos abarracamentos, facilmente se proliferava em períodos de seca e acabavam por atingir as camadas dominantes. Daí a necessidade de medidas que procurassem impedir desgraça maior.

Devido a pessissima qualidade d'estes generos tiverão quasi todos retirantes trabalhadores de inutilisar as suas rações unico alimento que lhes é dado quotidianamente em troca do seu trabalho.

[...] a carne era por demais avariada e a farinha muito mofada.

Nestas condições resultão dois soffrimentos par os retirantes: o da fome e o das molestias.

Não é esta a primeira ves que isto acontece, estes factos se reproduzem de ves enquando (Comissão de Socorros Públicos, 27 fev. 1878).

Nada as elites precisavam fazer enquanto as doenças estivessem confinadas aos círculos de vida dos retirantes, mas se isto ameaçasse se espalhar, os esforços em nome da "preocupação com o próximo" eram imediatos. Afinal, a população de Fortaleza já via aqueles

homens e mulheres com asco e imaginarem-se vítimas de moléstias por contágio deles era algo que não cogitavam sequer pensar. Cobravam, portanto, também ações do Estado. Transferi-los da capital foi o primeiro passo, mantê-los sitiados em abarracamentos foi o segundo, depois era preciso lhes dar o mínimo de assistência para não aumentarem ainda mais a desgraça de que já eram constantemente culpados. A alimentação que dispunham e que era

[...] fornecida pelas grandes cosinhas dos abarracamentos consiste: em milho e arroz, no almoço; carne e feijão ou arroz, no jantar. As caldeiras funcionam continuamente, cosinhando o milho durante a noite, e os outros alimentos durante o dia (Fala, 01 nov. 1878, p. 49).

Os retirantes buscavam o auxílio do Estado que para eles era a esperança de superação da crise que viviam, ao passo que os governantes não estavam dispostos a altos gastos para fornecer ajuda sem obter algo em contrapartida. Desse modo, conflitos ocorreram por conta dos interesses em disputa: ora por falta de alimentos ora por maus tratos, mas que tinha como motivo pioneiro a luta dos retirantes na defesa do que consideravam seus “direitos”.

2.2 - A luta diária dos serviços e as migalhas recebidas.

Não bastasse a exploração a que estavam submetidos na luta pela sobrevivência, sem garantias de que após um dia de trabalho encontrariam alimentação à sua espera, apenas arriscavam que teriam, e isso não custaram a perceber, os trabalhadores ainda estavam subjugados a sanções caso não comparecessem ao trabalho, perdendo o direito a receber a ração do dia seguinte caso não trabalhasse e, na reincidência, seria expulso do abarracamento, ficando entregue, portanto, à própria sorte: “si durante o dia, um emigrante desertar do serviço, tendo alguém já recebido a sua ração, será punido com a privação da 1ª ração a que tiver direito, e na reencidência será despedido do abarracamento”. Isto mostra, na realidade, que a prática dos retirantes de receberem alguma alimentação e vestuário antes do trabalho e “desertarem” ao invés de se apresentar nos locais de trabalho foram existentes e recorrentes, por isso a criação da regra que pune com a “demissão”. Além disso, reforçava o comissário: “[...] ainda me parece que o trabalhador que tiver a sua ração garantida si entregará a ociosidade, negando-se ao trabalho” (Comissão de Socorros Públicos, 02 fev. 1878, APEC), sendo, portanto, o método correto a ser seguido, o de cobrar trabalho para que seja merecida a refeição ao final do dia. De sua parte, os retirantes nada ingênuos recebiam o auxílio e se omitiam do que deveria ser para as autoridades uma obrigação, isto é, trabalhar.

Ocorreram intensas discussões entre o Engenheiro em Chefe Carlos Morsing e os

membros responsáveis pela Comissão de Socorros Públicos por conta do "suborno" e do "mau costume" em que colocavam os trabalhadores em distribuir-lhes alimentos e roupas sem mesmo, em alguns casos, exigir trabalho deles em troca. O engenheiro, na realidade, defendia inclusive a extinção da Comissão por dizer que ela só corrompia o bom andamento dos serviços.

Tendo o suplente do subdelegado [...], neste lugar, propalado que ira formar turmas de trabalhadores á custa de generos concedidos por V. Ex.^a cumpre-me informar á V. Ex.^a, que me poderá causar desordens no Serviço da Estrada, esta mal intencionada applicação dos serviços publicos, e peço portanto á V. Ex.^a se digne negar á Commissão de Soccorros de Canoa, qual quer soccorro, por elle pedido, ou mesmo dissolver-a.

Visto ser muito prejudicial para o serviço da Construcção d'esta Estrada a existencia de qual quer Commissão de Soccorros na linha.

Visto a inconveniencia de entregar generos a uma Commissão de Soccorros, luctando nossos armazens com difficuldade de abastecer-se.

Visto, que todos os habitantes em Cãoa, e verdadeiros necessitados estão no serviço d'esta Estrada recebendo Soccorros. [...]

Se levo estes factos ao conhecimento de V. Ex.^a, é unicamente para evitar desordens nos trabalhos da minha Secção [...] (Ofício, 26 jan. 1879, APEC).

Primeiramente, há a preocupação do engenheiro com a existência de uma Comissão de Socorros Públicos que, segundo ele, subverte a boa marcha das obras na estrada de ferro. Ora, os engenheiros, responsáveis técnicos pelas obras, sabiam que boa parte dos retirantes não estava satisfeita com os trabalhos que prestavam e muito menos com o que ganhavam na forma de salário¹⁷ ou de ração. Igualmente, indica que eles (os retirantes) não estavam ali pensando necessariamente numa espécie de redenção moral que conseguiriam através do trabalho e sim porque precisavam sobreviver, e diante da menor oportunidade que tivessem de ter acesso aos mesmos "benefícios", que tinham antes sem o menor esforço, agarravam-na. Isto certamente se constitui em prática de resistência ao trabalho que executavam. A maneira com que agiram perante as situações surgidas nestas novas relações de trabalho e nas resistências empregadas tinham ligações diretas com as condições materiais a que estavam impostos.

Entretanto, a existência das Comissões de Socorros foi fundamental para a mínima manutenção da ordem pretendida pelas autoridades, pois muitos dos flagelados que não tinham condições de prestar trabalho ou não tinham trabalho por qualquer motivo, nesta recebiam roupa e comida como auxílio. O caos seria evidentemente maior com a existência de

¹⁷ Alguns retirantes eram pagos pelos serviços sob forma monetária. Havia recursos disponíveis para isso. Outros recebiam os gêneros alimentícios (geralmente farinha e carne seca) como pagamento e uma pequena quantia em dinheiro para a compra do que não era fornecido pelas pagadorias, sendo o pagamento apenas com gêneros e roupas o mais comum. Cf.: TEÓFILO, Rodolfo. Op. cit., 1922.

uma multidão de famintos desesperados exigindo auxílio sem encontrá-lo. Isto é o pesadelo que causava medo nas autoridades, e as Comissões tinham a função de, sobretudo, evitar que os motins causados pela fome surgissem. Além disso, não só passar a imagem do cunho paternalista do Governo como também acalmar os ânimos sociais, prestar socorro e atender as necessidades dos pobres. Como assinalou Neves, as ações das multidões e seus “[...] objetivos se dirigem para a obtenção de medidas que deveriam estar sendo tomadas para a proteção dos pobres em tempos de escassez” (NEVES, 1998, p. 16). E esta proteção era a função das Comissões de Socorros, era o que esperavam os retirantes do governo, que em outros momentos não só esperaram, lutaram por isto.

Destarte, a existência de comissões próximas aos locais das obras da Estrada prejudicava muito o bom andamento dos trabalhos, segundo os engenheiros, daí o pedido de fechamento da Comissão. A conclusão parece óbvia: se é para explorar a mão de obra, que seja feita com objetividade e não abrindo “concorrência” entre as organizações do governo para o controle da massa de retirantes que deveriam ser convertidos em bons trabalhadores e não em seres passivos, assistidos pelo Estado. Tanto que o engenheiro Carlos Morsing insiste na proposta de extinguir as comissões como medida eficaz para superar as dificuldades que encontrou no andamento dos trabalhos:

[...] A unica medida efficaz seria:

Despovoar todos os abarracamentos da Capital e das varias localidades da zona, em que passa a linha em construcção, e distribuir conveniente e respectivamente os emigrantes pelos abarracamentos das diversas divisões do serviço da Estrada. [...]

A base principal de tudo, finalmente, é a extincção das commissões de socorros aos emigrantes abarracados desde a Capital até Baturité (Ofício, 31 jul. 1879, APEC).

Mais uma vez se afirma o pensamento de que as pessoas empregadas estavam ali por conta dos gêneros e vestimentas que recebiam em troca do serviço, e se não os tivessem procurariam em outro lugar onde os encontrassem, e quanto mais fácil, melhor. Fica evidenciado que ante a escassez de alimentos nos armazéns da estrada e a existência destes nas Comissões de Socorros, os trabalhadores tenderiam a se dirigir para onde houvesse alimentos para distribuição, o que, dito de outro modo, significava a retirada dos trabalhadores das obras rumo às Comissões.

Por outro lado, não se pode atribuir apenas malícia e esperteza aos retirantes por suas atitudes de modo indiscriminado. É preciso atentar que muitas das suas ações tomadas também se deram por conta das condições de trabalho. Os retirantes não apenas tiravam

vantagens, mas também se negavam aos trabalhos por conta das durezas que teriam de enfrentar na labuta: punições, multas, a intensa disciplina, por seu lado, não pareciam atrativas aos olhos dos necessitados, e, de fato, não o eram. Mais uma vez o jornal *Eco do Povo*, nas suas notícias referentes às obras da Estrada de Ferro de Baturité denunciaria punições aplicadas aos trabalhadores, estas não por deserção ao trabalho, mas por indisciplina:

Eis como trata o Sr. Pinkas aos retirantes em seu trabalho:

Os homens que forem alistados em qual quer dia do mez, a não ser o 1º, nada terão ganho, ainda trabalhando 15, 20 ou mais dias; aquelles que, trabalhando 26 dias, perdem um, por molestia, ou outro motivo, perdem metade do salario de todo o mez; outros que, fatigados, sentam-se para descansar, um ou dous minutos, são multados em metade do salario, e as vezes, em todo [...] (Eco do Povo, 07 ago. 1879, p. 02).

A exploração era sentida pelos trabalhadores em todas as esferas: péssima alimentação, multas frequentes e por motivos absurdos, violência sexual contra mulheres e violência física contra praticamente todos.

Que se *exulte contra* a forma grosseira, âvessa aos habitos de nossa educação, por que são tratados os nossos patrícios empregados da estrada, onde os detem a miseria do tempo, e a cada passo trazam o insulto que revolta-lhes o brio;

Que também se *exulte contra* o chibateamento dos infelizes indigentes, e o duro trato de escravo que lhes é infligido desde a estação central até a Canôa, limite provisório da linha;

Que também se *exulte contra* a profanação do pudor das virgens, nas penitenciárias da via-ferrea sob o titulo de abarracamentos, por aquelles que estão convertidos em senhores de seu corpo e de sua liberdade;

Que também se *exulte finalmente* contra os desperdícios dos dinheiros públicos, n'esse sorvedouro chamado estrada de ferro de Baturité [...] (Eco do Povo, 16 jul.1879, p. 02).

As condições eram péssimas e a revolta dos trabalhadores era esperada como de fato não tardaria. Diante das circunstâncias, como bem disseram Hobsbawm e Rudé (1982, p. 18), “[...] coube ao trabalhador improvisar sua resistência da melhor forma possível. Era-lhe impraticável continuar a *não* resistir. Sua situação tornava inevitável algum tipo de rebelião [...]”.

Outra questão que se colocava era a do tratamento médico, tanto para tratar dos acidentados no trabalho como para evitar o alastre de epidemias:

[...] os indigentes de Baturité merecem soccorros medicos, tanto mais o merecem os indigentes, empregados nos trabalhos d'esta Secção que, em troca do soccorro recebido dos cofres do Estado offerecem os seus braços e

sacrificam a saúde (Ofício, 15 dez. 1878, APEC).

Não foram raras, como já demonstradas, as denúncias de maus tratos nos abarracamentos por parte dos engenheiros, fora os acidentes de trabalho que eram bastante comuns. Então, a "preocupação" com a saúde dos trabalhadores se fazia presente, já que o atendimento efetuado, garantindo o mínimo de condições de salubridade para os trabalhadores, serviria para manter os trabalhos sendo efetuados e, de igual modo, atenuar as tensões sociais.

No entanto, o exemplo de um acidente ocorrido com um cavouqueiro deixa expressa a dificuldade de atendimento a que estavam expostos os trabalhadores: “Tendo sido ferido, em Pacatuba, por ocasião da explosão de uma mina um operário d’esta Estrada, e não tendo sido, na ocasião, encontrado o medico encarregado do tratamento dos indigentes, como o é aquelle operário, foi chamado [...]” outro médico para prestar atendimento, que ao final deste cobrou a quantia pelo serviço prestado e medicamentos utilizados. O médico responsável pelos trabalhadores justificou que no ato do acidente não se encontrava em sua residência, pois prestava atendimentos domiciliares e que seria facilmente encontrado caso o tivessem procurado. Na sua resposta, em documento anexo ao ofício do engenheiro citado, concordou ser justo o pagamento ao médico que o substituiu e é direto ao informar que a procura por medicamentos seria inevitável, uma vez que o atendimento a queimados, como o do acidente citado, não existia disponível gratuitamente na ambulância do Governo (Ofício, 26 out. 1878, APEC). Neste mesmo ofício, conclui:

[...] quanto aos medicamentos empregados nas feridas de queimaduras por explosão de minas, tem o referido Olegário inquestionável direito de ser indenizado, por quanto taes medicamentos forão fornecidos pela Pharmacia de sua propriedade, em consequência de não haver na ambulância do Governo, grátis aos indigentes, que então se achava desprovida dos medicamentos apropriados, ao caso em questão [...].

As condições de trabalho não eram seguras e, embora existisse ambulatório de ajuda, as dificuldades eram maiores do que, possivelmente, o desejo de ajudar.

A atenção dispensada aos retirantes não era unicamente, lógico, de fazer cumprir-se o dever do Estado de dar assistência aos desamparados, mas também pela necessidade de ter trabalhadores saudáveis, que renderiam maior produtividade. Todavia uma possibilidade não anulava a outra e geralmente vinham juntas:

[...] limito-me somente a solicitar a atenção de V. E^a. para o estado precario d'aquelles empregados, credores de toda a atenção de V. E^a. a

quem compete providenciar a respeito, reclamando por minha vêz, em bem da bôa ordem e regularidade do serviço d'esta Estrada [...] (Ofício, 26 set. 1879, APEC).

A “boa ordem e regularidade do serviço d’esta Estrada” viviam ameaçadas tanto pelas questões médicas, como pela ausência de víveres nos armazéns, bem como, ainda, pela escassez relatada de trabalhadores. Existiam pedidos constantes de envio de gêneros aos armazéns dos abarracamentos, assim como o envio de maior número de retirantes para as obras, que estavam em número reduzido, para a agilidade e eficiência que pretendiam dar os engenheiros aos trabalhos e parte disso, conforme observado, se deve à “corrupção”, na visão dos engenheiros, por parte das Comissões de Socorros Públicos que continuavam a distribuir gêneros aos retirantes sem exigir-lhes trabalho em troca, o que provocava a deserção dos serviços, o desvio de gêneros e, conseqüentemente, o não pagamento dos trabalhadores e, além disso, haviam os pedidos de envio de materiais que na sua falta poderiam atrasar as obras. Tudo isto trazia para os engenheiros o que costumavam chamar de “sérios embaraços”, melhor dizendo, o atraso na “boa marcha dos serviços”:

Para ocorrer ás urgencias das Obras novas do trafego rogo a V. E. sirva-se de providenciar no sentido de faser conduzir diariamente para a Estação Central 3.000 pedras de calçamento, das que do Mucuripe são carregadas pelos emigrantes estacionados nos diversos abarracamentos (Ofício, 04 fev. 1879, APEC).

Os trabalhadores envolvidos nas obras da viação-férrea não estavam apenas nas secções das obras, mas longe delas também, em obras auxiliares da ferrovia como nas pedreiras do Mucuripe de onde se retiravam as britas (fragmentos de pedra) colocadas entre os dormentes dos trilhos. Os que não embarcavam para as frentes de serviço pelo medo de sofrerem os abusos que chegavam aos ouvidos de todos, eram no mais, as mulheres solteiras e grupos de famílias que, por ordem expressa de se darem preferência aos homens solteiros, ficavam e eram engajados em obras auxiliares do prolongamento da Estrada. Rodolfo Teófilo, pouco depois das primeiras chuvas em março de 1879, portanto, o momento em que começaram a se desfazer as frentes de trabalhos, demonstraria quais obras haviam sido construídas pelas mãos dos retirantes desde o início dos socorros: “[...] Até o dia em que o governo suspendeu as obras que se faziam com os soccorros publicos, haviam-se feito: 73 açudes, 64 egrejas [...] 30 obras diversas - total 513. N'este numero não estão comprehendidas as obras das duas estradas de ferro [...]” (TEÓFILO, 1922, p. 356). Quanto às obras específicas da Estrada de Ferro de Baturité, podemos incluir além da construção das linhas, a construção das estações pelos retirantes, algumas obras de valoroso requinte para o período:

Guayuba, inaugurada em 14 de junho de 1879; Água Verde, em 29 de setembro de 1879; Acarape, em 26 de outubro de 1879; Bahú, Canafystula e Aracoyaba, inauguradas em 14 de março de 1880. Afora outras estações que foram iniciadas, mas não concluídas no período da seca (LIMA & PEREIRA, 2007, p. 192).

Em meio aos trabalhos do prolongamento, num ofício datado de 30 de setembro de 1878, o engenheiro Carlos Morsing resumiu numa tabela os trabalhos executados na ferrovia até aquela data:

	1ª Secção	2ª Secção	3ª Secção
Estudos	24.560 m	24.000 m	58.500 m
Locação	14.000 m		14.000 m
Linha em construção	8.000 m		8.000 m
Roçado	168.000 m ²	350.000 m ²	518.000 m ²
Deslocamento	8.000 m ²		8.000 m ²
Escavação em terra	27.661 m ³		27.661 m ³
Escavação em pedra solta	3.429 m ³		3.429 m ³
Escavação em pedreira	258 m ³		258 m ³
Cercas	1.000 m		1.000 m
Abarracamentos	3	4	7
Obras d'arte	127		127
Tijollos	64.000	27.000	91.000

As obras foram muitas, por isso a necessidade de grande contingente de trabalhadores e, como dito, a falta destes, era bastante sentida, pois

Para satisfazer a requisição do Engenheiro Chefe da 2ª Secção desta Estrada e no intuito de dar maior incremento aos trabalhos de construção a seu cargo, peço a V. E^a. se digne de expedir as ordens precisas no sentido de serem com a maior brevidade possível apresentados a esta Diretoria 500 operários a fim de terem o conveniente destino (Ofício, 22 jul. 1879, APEC).

E depois,

[...] até esta data apenas me foram apresentados 300 homens e destes, quasi todos se têm ausentado, restando presentemente muito poucos. Continuando o serviço a resentir-se da falta de operarios, venho pedir [...] o mais breve possível, apresentados a esta secretaria mais 500 homens validos

para os trabalhos dessa Estrada (Ofício, 28 jul. 1879, APEC).

As obras da Estrada necessitavam de muitos braços, o que prova que esta foi a obra pública que mais trabalhadores aglutinou dentre os flagelados da seca, ao mesmo tempo foi também a que mais sentiu a falta de trabalhadores. É paradoxal, mas é o que indicam as fontes. A grandiosidade do empreendimento necessitou de trabalhadores disciplinados, e não foi fácil encontrá-los; que não se recusassem aos trabalhos, e as desistências foram incontáveis; e ainda daqueles de razoável domínio técnico, que tampouco foram fácil de serem conseguidos. O trabalho dos engenheiros e técnicos encarregados das obras era o de aproveitar da melhor forma possível os retirantes nas obras, pois isso adiantaria os serviços, evitaria maiores custos ao Estado, e mais rápido a Província seria colocada nos pretendidos "rumos do progresso". E este foi o grande motivo e necessidade de haver tantos homens, mulheres e crianças envolvidas nas obras. Notamos que a quantidade de trabalhadores foi primordial frente à qualidade dos trabalhos, o importante não foi ter obras bem realizadas, mas sim concluídas, bem ou mal, mas que pudessem ser utilizadas e tivessem servido ao propósito de diminuir os efeitos da seca dando ocupação aos flagelados, permitindo uma boa relação no custo-benefício das obras.

Não restam dúvidas quanto a um ponto: os retirantes trabalhavam porque lhes prometiam comida como pagamento, que era o que esperavam e precisavam. Se não tinham, por muitas vezes não forneciam seus serviços. Nesse sentido, o que mais alertavam os engenheiros era que não deixasse faltar comida, pois isto ameaçaria sobremaneira o bom andamento dos serviços. Se o Estado queria brevidade, melhor aproveitamento, manutenção da ordem, que tratasse de manter abastecidos os armazéns dos abarracamentos. Exemplo disto são os frequentes pedidos do Engenheiro Carlos Morsing: "Havendo nesta Secção, já, grande necessidade de carne, tomo á liberdade de pedir á V. Ex.^a que se digne mandar remetter, [...], mil atados de carne (Ofício, 30 out. 1878, APEC)".

Certamente foram muitas as dificuldades. Embaraços aparentemente insolúveis para os responsáveis pelos trabalhos. A composição lógica dos acontecimentos foi a de que sem alimentos para distribuição haveria poucos trabalhadores, e, sem estes, obviamente, as obras da ferrovia e de qualquer outro serviço poderiam parar. Iniciou-se, então, um movimento de pessoas, irregular ou não, que sentiram falta de direitos, pois precisavam deles, portanto, passaram a exigi-los e tinham no "protesto" a definição de sua rebeldia (HOBSEAWM, 2008). Além disso, houve também a preocupação com o extravio de gêneros, o que deixou de ser algo incomum, posto que os saques aumentaram muito nos períodos de

seca. Nesse contexto, a necessidade de sobrevivência também atingiu os retirantes famintos, e fez com que praticassem de tudo pelo alimento, inclusive o furto.

Significativa esta questão da necessidade como fator incitante, mas não exclusivo das ações dos retirantes, a fome era (é!) um argumento fortíssimo para realizações de motins. Isto explica pelo menos o que pode tê-los levado a "aceitar" as situações a que estavam expostos.

É razoavelmente aceito por todos, mas não justificado, *grosso modo*, como o homem se sujeita a determinadas situações desumanas para garantir a sua sobrevivência. Nas relações sociais capitalistas, o homem não produz para si, e sim para outrem, mas essa sujeição, essa condição é a que garante minimamente a sua existência. Primeiro a alimentação, depois, o vestuário e a moradia, não necessariamente em sequência, mas geralmente juntos, são as principais necessidades humanas. Nada diferente do que buscaram os retirantes àquela época. São as continuidades históricas que vivem e se ressignificam na dinâmica social. Por outro lado, um homem dotado de poder de barganha reúne condições para minimizar sua exploração ante as relações de trabalho. Um indivíduo que possua qualificações necessárias e que poucos podem realizar, por exemplo, tem possibilidades de maiores ganhos salariais e, portanto, menor sujeição à exploração que a maioria dos trabalhadores.

Diante disso só aumentaram o número de pedidos para o envio de remessas com gêneros alimentícios e sempre com caráter de urgência para evitar dificuldades.

Havendo grande necessidade de operarios para os trabalhos de construcção d'esta Estrada e já tendo V. E^a. expedido as ordens convenientes para a sua remessa, venho solicitar de V. E^a. se digne de providenciar no sentido de serem feitas remessas regulares de generos alimenticios para os depositos da linha, afim de que estes não fiquem desprovidos, o que arcará embaraços mui. serios à regularidade indispensavel dos trabalhos (Oficio, 05 ago. 1879, APEC).

O problema da falta de trabalhadores nas obras era persistente e esteve, ao que tudo indica, relacionado proporcionalmente à quantidade de comida disponível nos armazéns. Mão de obra não faltou, interessados em embarcar rumo aos locais de trabalho foi outra situação. A questão é que diante das pressões que já vinham sendo exercidas por alguns grupos de retirantes, exigindo o recebimento de alimentos e o fato de serem pessoas escolhidas dentre os retirantes, pelo seu bom comportamento, para serem empregadas como chefe dos armazéns e auxiliares da pagadoria de serviços, facilitou os furtos. As constantes queixas dos engenheiros Carlos Morsing e Julius Pinkas pressionaram o Governo por uma

decisão peremptória, que respondeu lançando algumas instruções que seriam adicionadas a outras já existentes para a regulamentação dos serviços:

O Presidente da Província tendo em consideração o que lhe representou o Engenheiro em Chefe da Estrada de ferro de Baturité, resolve additar a Instrução de 31 de Agosto de 1878, as seguintes disposições:

Art. 1º - Haverá um fiscal de transporte e deposito dos generos alimenticios destinados aos operarios do prolongamento da Estrada de ferro de Baturité [...]

Art. 2º - Compete ao fiscal: § 1º Visitar frequentemente todos os depositos de viveres [...] § 3º Fiscalizar o serviço de transporte de modo que seja feito com a precisa regularidade, evitando demora e extravio [...] (Ofício, set. 1878, APEC).

Pretendia-se resolver o problema dos furtos, todavia, a fiscalização não iria simplesmente resolver do dia para a noite o que era frequente e que, para os retirantes não se configurava como furto, mas sim como “recebimento” daquilo que eles acreditavam pertencer-lhes, algo devidamente justificado: os desvios de gêneros aconteceram ainda que não fosse um dos retirantes a estar à frente da fiscalização dos armazéns.

Questionamentos são inevitáveis: os trabalhadores tinham consciência das ações de protesto que faziam e da resistência que exercitavam?

[...] naturalmente os trabalhadores rudes, o trabalho forçado, ou outros dedicados a fazer um trabalho desagradável ou não-tradicional para o qual não tinham nenhum padrão habitual, sendo destreinados ou sem prática, os trabalhadores se sentindo mal pagos, ou incapazes de sentirem qualquer orgulho em sua labuta, naturalmente só trabalhavam duramente quando obrigados [...] (HOBSBAWM, 2000, p. 405).

A resposta, provavelmente reside aí: obrigados a trabalhar, famintos e sofrendo humilhações, tiveram uma combinação certamente explosiva que foram responsáveis pelas ações de saques, motins e enfrentamento às ordens impostas.

Os trabalhadores subordinavam-se àquelas situações para continuarem vivos, e essa necessidade imposta os fez procurar os meios para que fossem supridas: o descontentamento que tinham com a situação a que estavam submetidos os fez buscar mudanças e isto se deu nas várias formas de resistências implementadas, assim

Os retirantes aprenderam rapidamente a lidar com a nova situação e logo estabeleceram meios de pressão que resultassem em conquistas importantes para sua existência, mas que significam uma subversão inaceitável para os poderes constituídos (CÂNDIDO, 2005, p. 70).

A partir daí as lutas dos trabalhadores se ampliaram nas mais variadas formas já

comentadas: através de saques; não se apresentando aos serviços após receberem vestimenta e alimentação; exigindo do governo o pagamento que lhes era devido pelos serviços prestados; ameaças de motins, entre outras, isto coletivamente e com maior vigor. Tudo aconteceu por conta das condições de existência a que estavam expostos, determinando, sobremaneira, as suas consciências e moldando suas atitudes.

CAPÍTULO 3

3. As lutas dos trabalhadores: o nascimento da rebeldia.

Os retirantes amotinados assumiam a feição de “trabalhadores” e, como tais, alegavam ter direitos aos “pagamentos”. [...] se percebe que muitos retirantes, deparando-se com a aglomeração e com relações de trabalho assalariadas iam abandonando a prática de implorar esmolas, passando então a exigir coletivamente os auxílios do governo (CÂNDIDO, 2005, p. 67).

Os trabalhadores do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité sofreram penosas condições de trabalho: jornadas pesadas, atividades arduamente desempenhadas, péssima alimentação e os efeitos da seca configurando o cenário lamentável. Quaisquer destes fatores isolados já seria motivo suficiente para a rebeldia vingar. A fome, a necessidade de sobrevivência, a cobrança por auxílio do Estado, passaram a ser recorrentes, posto que os retirantes cobrassem tudo como se fosse “direito” deles, e estes motivos foram o ponto de partida para os motins. Comidas estragadas como pagamento pelos serviços aliado aos maus-tratos dos seus superiores foram praticamente inaceitáveis.

Percebemos que o resultado do que as autoridades esperavam foram, aos poucos, sendo atingidos: os retirantes “fizeram-se”¹⁸ trabalhadores sistematicamente, mas isso trouxe também os efeitos que não eram esperados. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores aprenderam a exercer determinadas funções e habilidades técnicas, criaram também meios de protestos, resistência ao trabalho, furtos, destruição de material e, entre outras ações, crescia cada vez mais o medo da ação das massas entre os engenheiros e demais autoridades. A vigilância efetuada nos abarracamentos tornava-se mais rígida, a partir do momento em que

[...] flagra-se o medo de que os retirantes pudessem provocar a desordem caso não fossem submetidos a um forte esquema de vigilância. Inventários, horários controlados, a presença policial, o feitor, regras universalmente conhecidas e, no alto de todo o aparato, os engenheiros – são todos os elementos voltados para manter uma ordem no trabalho com base na hierarquia [...] (CÂNDIDO, 2005, p. 61).

¹⁸ “Auto fazer-se” talvez não seja uma definição clara, ou é no mínimo complexa, porém é a que mais se aproxima do modo como aqui se percebe a formação dos trabalhadores da ferrovia de Baturité. Tendo em vista que a formação destes trabalhadores foi, e não poderia ser diferente, fruto do processo histórico no qual estiveram inseridos, portanto, das condições que lhes foram dadas. Entretanto, o “fizeram-se” reflete a ideia de que os trabalhadores não se “formaram” por completo, pois este processo é contínuo, inacabado e constante. Então, o que tivemos foram trabalhadores que compuseram movimentos que lutavam pelo que faltava, precisavam e exigiam como seus direitos. Para aprofundar a discussão VIDE: THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 4ª ed., Vols. I, II e III. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004; e HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ª ed. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Colocados sob este esquema de vigilância, os retirantes não deixaram, no entanto, de desenvolver atividades de resistência. Na realidade, elas aumentaram na medida em que lhes faltava o que necessitavam. Uma lei de “ação e reação” era visível.

Não que os trabalhadores executassem ações conscientes de seus interesses ou que enxergassem claramente nos engenheiros seus inimigos, buscando sua emancipação, tampouco, obviamente, previam um ato revolucionário. Eles tinham consciência do que tinham “direito” – alimentação pelos serviços prestados – e quando as coisas não convinham com o esperado por eles, a resposta para as autoridades era presumível: “[...] fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques [...]” (SCOTT, 2002, p. 12), por fim, a ação direta, o enfrentamento, daí o aumento da vigilância sobre a massa de trabalhadores. Este era o maior medo das autoridades: o do embate direto com uma massa enfurecida de trabalhadores. Entretanto, convém lembrar que “[...] os ex-camponeses têm o seu próprio ritmo de descontentamento, que é algumas vezes mais forte do que o dos trabalhadores estabelecidos [...]” (HOBSBAWM, 2000, p.176) e que na maioria das vezes a arruaça está presente na negociação que buscam estabelecer na luta por seus direitos.

O conflito inevitável diante das condições impostas ocorreu por conta dos interesses em disputa. Os engenheiros, no alto de sua prepotência e exploração sobre os trabalhadores criaram neles as possibilidades de revoltas. “[...] Contudo, o modelo de sua revolta é, como não poderia deixar de ser, o tradicional – em crise e mesclado a novas modalidades políticas e econômicas. Modela-se, portanto, o paradoxo de uma cultura tradicional e rebelde” (NEVES, 1998, p. 4-5).

Os retirantes aglomerados na Capital, que outrora imploravam esmolas, continuaram marginalizados, mas a partir do momento em que são empregados nas obras da Estrada de Ferro, eles têm a promessa de “pagamento” pelos serviços prestados, a exploração de um novo ritmo de trabalho e o uso de novas ferramentas cai sobre eles, e o simples fato de transitarem da “ociosidade” para o processo produtivo, já lhes deu o direito, que eles foram percebendo aos poucos, de estabelecerem reivindicações, pois agora havia um “contrato” estabelecido e a exploração direta deles propiciou um “salto de consciência”, que permitiu uma autoajuda no desenvolvimento de ações coletivas.

Entender as ações empreendidas por estes trabalhadores, nem sempre organizadas, mas constantes, é buscar compreender o processo de conflitos que deixaram experiências nas memórias, que levaram a lutas posteriores e que estas lutas se deram (e ainda se dão) sob condições independentes da determinação destes trabalhadores no cotidiano.

[...] com exceção da lápide de seus túmulos [...] deixavam para trás [...] o trabalho de seus arados, pás e tesouras, e os animais que cuidavam não trazem assinatura ou marca como esculturas das catedrais [...].
 [...] difícil tarefa [...] de reconstrução do universo mental de um grupo anônimo e não-documentado de pessoas, com vistas ao entendimento dos seus movimentos, estes últimos apenas esboçados da documentação [...] (HOBSBAWM & RUDÉ, 1982, p. 13-14).

Por outro lado, por não determinarem objetivamente por quais condições lutavam, acabaram por terem também certa acomodação a essas condições. O trabalho era efetuado em troca daquilo que os retirantes queriam e precisavam – o alimento – e diante disso se viam pressionados a aceitarem as condições repressoras impostas, o que muitas vezes levava ao enfraquecimento das reivindicações, pois uma vez pego em atitudes revoltosas poderia ser cortado do trabalho, e sem este ficariam também sem comida e sem moradia. Isto foi a dureza do cotidiano enfrentada. A fronteira entre a revolta e a “aceitação” da dominação é bem tênue.

A coação econômica foi natural tanto para recrutar como para manter um bom contingente de indivíduos trabalhando, sob a ameaça de punições e cortes nos pagamentos ou do trabalho, o que significava ter os mesmos fins, mas perceber que ações, um tanto quanto racionais, abalaram costumes que mantinham homens e mulheres inertes é revelador e não há porque ignorar estes movimentos (HOBSBAWM, 2000).

Diante disso, os trabalhadores foram adquirindo experiências e fazendo uso dos recursos ideológicos e práticos desenrolando suas revoltas por melhorias das suas condições. Ações sempre por eles legitimadas.

3.1 – Trabalhadores unidos: os oprimidos amedrontam.

A maior frequência nas ações dos trabalhadores se deu, obviamente, a partir do seu emprego nas obras públicas. Não significa dizer que antes não a faziam, porém, a deterioração das condições de vida mudou a forma das ações, criando, por exemplo, laços de solidariedade entre os trabalhadores nas lutas. A questão da técnica também potencializou os protestos, uma vez que o aprendizado de determinadas habilidades manuais deram-lhes igualmente a possibilidade de exigir melhores condições de trabalho. Aqueles trabalhadores, de algum modo, tinham consciência das modificações sistêmicas que passavam, mesmo que por ignorância ou impotência não fossem capazes de compreendê-las, poderiam, como fizeram, usar das mesmas transformações de que eram “vítimas” em seu benefício próprio, para resistir ou contra-atacar.

Depois de empregados, sentindo a exploração a que estavam expostos, percebendo que tinham interesses comuns e que tinham a possibilidade de exigir mudanças,

foram aos poucos efetuando-as através das mais variadas formas de lutas: resistindo ao trabalho, desrespeitando a autoridade consentida aos engenheiros e uma série de outras atitudes que os levaram à ação coletiva e despertou o medo.

A manifestação dos retirantes nos trabalhos da estrada se fez sentir nas palavras do Engenheiro Carlos Morsing: “Tendo V. Ex. se dignado a mandar p’esse lugar um destacamento da força publica com o fim de estar a disposição do subdelegado do lugar e a minha p. manter a ordem entre os trabalhadores da estrada [...]” (Ofício, 11 jan. 1879, APEC). Este é apenas um dos muitos pedidos de ajuda policial para conter os trabalhadores, e se pediam tal ajuda era porque a situação se tornava mesmo complicada para as autoridades no campo de trabalho.

E como se davam estes conflitos? Como começavam? Por que começavam? Qual a finalidade e como terminavam? As maiores queixas advindas dos engenheiros foi pela insubordinação que ofereciam os trabalhadores, indisciplinados e muito irregulares na presença ao trabalho. Já não se pode falar de uma atuação de auxílio por parte do Estado em relação aos retirantes, mas sim da situação que levou à dissolução dos laços que os ligavam quando os trabalhadores se tornavam mais independentes, exigentes dos direitos que lhes assistiam. Essa maior independência lhes permitia atuar em prol do que achavam “justo”.

Como assinalou Thompson (1998), “a fome é – e continua a ser um forte argumento” para justificar as ações de massas dos trabalhadores, em nosso caso, os retirantes da seca de 1877-80. Existiram reivindicações não só por comida, pois, quando o problema não era a falta desta, exigia-se que tivesse o mínimo de qualidade.

Mais uma vez o engenheiro Morsing demonstra as dificuldades que enfrenta nos trabalhos e nas possibilidades de controle sobre os trabalhadores que parecem ficar furiosos na ausência de gêneros:

[...] a falta de suprimento regular de gêneros para alimentação dos operários ali empregados no serviço de construção do prolongamento d’esta Estrada. De dia para dia vão tomando proporções mais serias semelhantes faltas que, como V. Ex.^a sabe, prejudicão sobremodo a ordem e prêstesa desejavel do andamento dos trabalhos, e até expõem a segurança individual dos Chefes de serviço, sitiados por mais de 2 mil operários que trabalham sem perceber o sustento para si e suas famílias [...] (Ofício, 04 jan. 1878, APEC).

Embora seja arriscado cair num reducionismo afirmando que a fome era a causa inicial dos conflitos, temos, diante dos relatos, que era exatamente a falta de alimentos que geravam a desordem na visão dos engenheiros. E a causa das confusões não muda. Em outra correspondência, mais de um ano depois, a mesma problemática se apresenta:

Communico a V. Exc. Que há tres dias os emigrantes, serventes das obras da Estação Central [...] não recebem as respectivas rações [...].
Sinto dizer a V. E^a. Que n'essas condições não pode o serviço marchar regularmente nem posso responsabilisar-se pela manutenção da bôa ordem (Ofício, 10 dez. 1879, APEC).

Os engenheiros, na verdade, estavam sitiados por milhares de trabalhadores que faziam pressão pelo recebimento de suas rações. A falta destas ocasionou por vezes a desordem e o tumulto dos trabalhadores que se amotinaram e em algumas situações exigiram junto as pagadorias as rações devidas, terminando muitas vezes em confronto físico, do qual os retirantes levaram a pior fisicamente, embora, na mentalidade das autoridades ficassem o temor das ações das massas e os problemas que delas poderiam vir para a manutenção da ordem. Os engenheiros temiam os ataques vindos dos retirantes, afinal eles sabiam das condições precárias em que se encontravam aquelas pessoas, sabiam o que eles queriam e, embora soubessem, não podiam satisfazê-los conforme a necessidade que gostariam a fim de evitar embaraços. Assim, o medo constante fez com que os engenheiros solicitassem seguranças para acompanhá-los nos trabalhos. O risco deve ter sido mesmo alto.

Os episódios de lutas ficaram na memória dos trabalhadores, os quais aprenderam que havia uma forma de garantir seus interesses. Dessa forma, durante a ação direta, os retirantes participaram do jogo ideológico que geralmente parte das camadas dominantes: a ameaça como forma de garantir conquistas, aqueles com motins e saques através de ações coletivas, estes dispostos a ceder em alguns pontos de modo a demonstrar que “[...] o sistema político sempre saberá o que conceder, embora, sob pressão, possa sempre dar um pouco mais. Suas concessões trarão alguns ganhos aos “pobres”, mas ao custo da reabsorção do processo pelo sistema [...]” (HOBBSAWM, 2008, p. 414).

A escassez de auxílios por vezes foi fator que não só prejudicou, mas também ajudou na manutenção de certo canal de comunicação para a estabilidade, cooptando pessoas dentre os retirantes para prestar serviços “superiores” ao lado dos engenheiros, como forma de acalmar as tensões ou fazendo da imagem do engenheiro a pessoa que pretendia ajudar a todos. Muitas vezes quiseram os engenheiros executar o trabalho da Comissão de Socorros Públicos na distribuição de roupas e gêneros, o que garantiria a ordem, a submissão relativa dos trabalhadores e a garantia na execução dos serviços ao mesmo tempo em que fazia da imagem do engenheiro um “bom homem”:

[...] cumpre-me ponderar a V. E. que da distribuição de roupa aos

trabalhadores antes de se acharem empregados resulta grande inconveniente. Se elles necessitam de vestuario entendo que se pode pôr *a disposição do respectivo Engenheiro a roupa necessaria*, para ser distribuída depois de alguns dias de serviço, porquanto sendo logo feita a distribuição grande parte dos trabalhadores se retirarão com prejuizo manifesto aos interesses da estrada [...] (Ofício, 20 jul. 1879, APEC. Grifos meus).

Em outras palavras, um meio que poderia garantir maior disciplina dos trabalhadores era deixar o controle da distribuição dos alimentos com os engenheiros, conforme já foi apontado, e não estabelecendo uma “concorrência” com as Comissões de Socorros Públicos. Entretanto, vemos que mesmo nos locais das obras, não foram os engenheiros quem controlaram as pagadorias e que, portanto, essa medida foi ineficaz, pois nessa passagem é possível inferir que as atitudes foram mais artifícios dos trabalhadores do que falha administrativa: o de receberem os benefícios e não se apresentarem aos serviços. Isso era prática recorrente de resistência à exploração.

Os trabalhadores se revoltaram para garantir os princípios que eles consideravam legítimos. Ter garantida a segurança alimentar era o principal deles, sem necessariamente importar como conseguiriam atingir esse objetivo. Como Thompson caracterizou, a “Economia Moral”¹⁹ pôs em xeque o paternalismo a partir da pressão exercida pelos trabalhadores em garantir suas necessidades.

Entendamos aqui como “leis de mercado” o que vinha sendo feito com os retirantes nos locais de trabalho: exploração e não garantia de atendimento ao que lhes foi “prometido”. Assim, a moral destes divergia da outra moral, a dos engenheiros. Isto também tem sua contribuição na geração dos intensos conflitos.

Os “silêncios” a respeito do que aconteceu ou pensavam os trabalhadores, são inevitáveis, uma vez que as fontes das quais dispomos não foram deixadas pelos próprios trabalhadores, por isso, o que temos são as formas de resistência efetuadas pelos trabalhadores como fraudes, preguiça, marginalidade, quando, por outro lado, tudo pode ser significado de rebeldia e de não aceitação das normas impostas. Os outrora “esquecidos” da história ganham voz e seus atos ficam cada vez mais dignos de serem lembrados, pois toda ação criada por eles nem sempre foram vitoriosas, a justiça estava longe de estar ao seu lado, faltava-lhes meios institucionais de luta. Restava-lhes, portanto, agir coletivamente, pouco coordenados, aparentemente, é verdade, mas com objetivos claros. Sabiam o que pretendiam e o que lhes era de “direito”, aprenderam a exercitar, com amorismo, aos nossos olhos, suas lutas, mas a

¹⁹ Para maior discussão sobre Economia Moral vide: THOMPSON, Edward. A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII e Economia Moral Revisitada. In: THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 150-266.

realidade é que, embora tenhamos, enquanto historiadores, que conjecturar sobre alguns acontecimentos na ausência de documentos, as suas práticas tiveram que ser testadas e refinadas ao sabor dos acontecimentos e em muitos casos com o gosto das frustrações. Porém, devemos acreditar que “essas formas de resistência podem não ganhar batalhas premeditadas, mas são admiravelmente eficientes em campanhas de confronto de longo prazo” (SCOTT, 2002, p.12).

As lutas efetuadas agiam também na clandestinidade. Lembremos que a subsistência estava em jogo, se o trabalhador fosse pego cometendo algum delito logo seria dispensado dos serviços, ficando novamente a mercê da miséria e da própria sorte. O que não significa que não praticassem vários atos ditos ilícitos pelo senso comum, mas devidamente justificados por sua “economia moral”, como, por exemplo, o furto.

O transporte dos gêneros do depósito central para os abarracamentos era feito pelos retirantes. N’esse trajeto, furtavam quanto podiam, [...] receberam dos indigentes o nome de muamba(i). [...] porquanto muito convencidos estavam de que tudo era do Rei e por consequência lhes pertencia (TEÓFILO, 1922, p. 194).

O furto praticado era legitimado não só pela ocasião – “temos fome e transportamos comida logo, o ato se consuma” – mas também pela “ingenuidade” em acreditarem no paternalismo do Rei (Imperador D. Pedro II), e que, portanto, era algo que a eles era destinado. No entanto,

[...] é inteiramente possível que alguns pobres, de algum modo, considerem tais atos não tanto como roubo, mas como apropriação do que eles sentem que lhes pertence devido a costumes antigos. [...] quando acontecem atos como roubo, entretanto, encontramos-nos diante da combinação que pode ser entendida como ganho individual imediato ou como de resistência James Scott (2002, p. 22-25).

Ao dizer “costumes antigos”, James Scott faz referência, por exemplo, a algo que é comum ocorrer nas relações entre pessoas ligadas pela economia agrícola: um pequeno agricultor que trabalhava nas terras de um grande proprietário e, além do pagamento em dinheiro que recebia pelos serviços efetuados, costumava também receber “agrados” ou complementos sob a forma de gêneros alimentícios. Não tendo isto sob novas relações de trabalho, age, portanto, com a apropriação indevida (não em sua concepção) de parte dos gêneros que iriam para os armazéns dos abarracamentos. É importante lembrar que “[...] muitos costumes eram endossados e frequentemente reforçados pela pressão e protestos populares. [...] Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa da cultura”

(THOMPSON, 1998, p. 15-19). Mas, não deixemos passar despercebido: se estavam convencidos de que a “muamba” lhes pertencia, por que praticavam a apropriação às escondidas, sob a forma de furto? No fundo, eles sabiam que o ato que praticavam era reprovável socialmente e passível de punições. Desconfiamos, e é sempre bom desconfiar, de uma provável ingenuidade e é mais fácil acreditar na esperteza e aproveitamento do momento para tirar vantagem.

Não houve registro de furtos isolados, e lógico, era do conhecimento público o que acontecia, e o Presidente da Província conhecia tais fatos:

[...] os retirantes que na cabeça transportavam os generos de uns para outros depositos desta capital, punham em pratica todos os artifícios imaginaveis para desfaltar os volumes em seu proveito, quando não podiam, iludindo a vigilancia, desaparecer com elles para obviar a estas fraudes [...] (Relatório, 01 nov. 1878, p. 47).

Como solução para pôr fim aos furtos, as autoridades e engenheiros buscavam aumentar a vigilância sobre os trabalhadores, pedidos de envio de policiais para os abarracamentos, pagadorias, a fiscalização nos transportes, tudo que pudesse impedir ou ao menos inibir as inconvenientes ações dos rebeldes trabalhadores, seria executado. O fato é que o desenrolar dos acontecimentos trouxeram a piora da situação: os conflitos aumentaram e agora de forma direta, doravante, porém, as lutas se deram com maior frequência. Envolvendo a luta corporal, massacres e inclusive mortes, obviamente do lado dos pobres, em maior escala e impunemente.

3.2 – Nós não pedimos, não solicitamos: exigimos já não aguentamos!

Os episódios de enfrentamentos entre os trabalhadores da viação férrea de Baturité e os engenheiros têm grande importância, pois os aprendizados dessas lutas serviram de exemplo para as lutas operárias posteriores.

[...] historicamente falando, o processo de organizar novas instituições, novas ideias, novas teorias e táticas raramente começa como uma tarefa deliberada de engenharia social. Os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados destes e adaptá-los para os próprios fins (ou novos) deles [...] (HOBSBAWM, 2000, p. 429).

É patente estarmos atentos às experiências vividas pelos trabalhadores e, portanto, à acumulação dessas experiências nas lutas que se desencadearam e suas (re)adaptações nas lutas posteriores, sejam dos mesmos grupos de indivíduos envolvidos ou de outros grupos que

apenas “ouviram falar de antigos processos de lutas dos trabalhadores”. Sem dúvida, permanências do aprendizado que vivenciaram.

Os vários pedidos de ajuda policial, consequência dos saques efetuados, do medo das revoltas dos trabalhadores, para proteção dos engenheiros etc., em maior ou menor grau, comprovam que tais atos foram constantes, evidenciados em fontes oficiais, de autoridades políticas ou de saber técnico instituído (no caso dos engenheiros), que geralmente ocultam as revoltas e/ou fatos que consideram fora da ordem que pretendem manter em prol de seu benefício próprio. Porém, se buscaram meios para acabar com tais atos é porque eles existiram e não foram poucos os casos. Os cronistas que vivenciaram o período também nos ajudam a enxergar as revoltas existentes e se empenharam não apenas em narrar os acontecimentos, mas também denunciá-los, e isto foi o que permitiu não cair no esquecimento os atos empreendidos por aqueles homens e mulheres que lutavam cotidianamente, mesmo que coagidos.

Outro ponto interessante a ser observado está no “meio-fracasso” das atitudes implantadas pelos governantes e, mais especificamente, pelos engenheiros, isto é, disciplinar a multidão. À medida que os problemas com a distribuição de gêneros (a falta destes também) ganhavam fôlego, ficou mais difícil conter os ânimos, evitar fraudes e distúrbios:

[...] é impossível pagar-se aos mesmos emigrantes em gêneros, pela irregularidade que há na fiscalização, [...], em vista das fraudes inevitáveis, como é commum na massa popular [...].

Além disso accresce que elles não querem receber as rações que lhes são marcadas, atirando-as sobre os commissários, allegando estarem imprestáveis ditas rações. A continuar semelhante sisthema, promotor, sem duvida de varias alterações á ordem publica, o governo decididamente não poderá socorrer a esses retirantes; porque a despesa será muito mais crescida [...], do que se esse pagamento fosse feito em dinheiro [...]

Caso V. Ex.^a não attender nossa reclamação, estamos dispostos á abandonar os lugares; visto que [...] sem expormos-nos a ser victimas de uma plebe desenfreada, como próprios, presenciamos quotidianamente (Comissão de Socorros Públicos, 28 fev. 1878, APEC).

No trecho citado, é possível perceber o desprezo com que foram tratados os retirantes, tidos não só como pobres – e de fato eram – mas também como ignorantes, sem instrução educacional e, consequentemente brutos, escrito sobre a metáfora “comum na massa popular” e “plebe desenfreada”. Não é possível também deixar de notar a frustração das expectativas do governo com os custos. O que outrora foi visto como possibilidade de ter no Ceará grandes obras realizadas ao custo barato da exploração da mão de obra dos retirantes foi por terra: *a despesa será muito mais crescida [...] do que se esse pagamento fosse feito em*

dinheiro [...], acrescentamos que a despesa cresceu tanto para a questão dos custos com gêneros para pagamentos dos trabalhadores, como no preço dos materiais das obras, bem como nos gastos com segurança dos chefes. O que pretendiam a baixo custo saiu mais caro do que esperavam, tanto no quesito financeiro quanto no disciplinar. O medo de *ser vítimas de uma plebe desenfreada* mostra que manter a ordem entre os trabalhadores foi muito mais dispendioso haja vista as exigências de maior segurança nos trabalhos. O medo da multidão ameaçava inclusive a continuidade dos trabalhos, parecendo, por vezes, ser impossível conter os trabalhadores quando se amotinavam:

Sendo de indeclinável necessidade toda ordem possível na pagadoria dos gêneros dos retirantes, [...] que presentemente não pode ser feita pela aglomeração de dois mil e mais retirantes, provindo disto desperdício e roubo dos gêneros, requisito a V. Exc.^a a presença de quinze praças para guardarem as entradas da pagadoria, conterem a ordem e impedirem que um povo de mulheres se precipite sobre os homens que recebem os salário. [...] ficando V. Exc.^a certo de que sem essa força é impossível zelar os interesses da fazenda e impor o respeito e a moralidade (Comissão de Socorros Públicos, 05 mar. 1878, APEC).

As reivindicações se deram dessa forma: amotinados, geralmente em grandes grupos, para reivindicarem o que achavam pertencer-lhes, e na falta de uma distribuição organizada ou fora das quantidades esperadas, ou ainda se não fossem suficientes para todos que ali estivessem, a desordem seria inevitável. As manifestações como percebemos, não nasceram do nada. Elas advinham dos condicionantes a que estavam expostos aqueles que trabalhavam e esperavam o pagamento por isto, em outras palavras, foram os limites sempre flexíveis e instáveis postos nas relações entre os trabalhadores e as autoridades que provocaram os tumultos. Assim, os trabalhadores percebiam que as coisas não caminhavam a seu favor, restando-lhes as lutas. Como assevera Neves (1998, p. 05), “modela-se, portanto, o paradoxo de uma cultura tradicional e rebelde”.

Por parte do governo havia o conhecimento de que a ordem só seria restabelecida por meio de ação policial. Entretanto, parece-nos que não havia à disposição número suficiente de homens e o desejo, por assim dizer, do governo era poder reprimir quantitativa e qualitativamente as ações “criminosas” dos retirantes:

O estado de força publica, actualmente existente é, pouco mais ou menos, o mesmo que se acha descripto no relatório do meu antecessor. A deficiência de força foi um dos maiores obstáculos que encontrei na minha administração, pois não podia ser-me indiferente receber todos os dias justas reclamações e pedidos justificados de auxílio, sem estar ao meu alcance satisfazer-los.

Não há negal-o: pudesse a administração dispor de força suficiente para

perseguir os criminosos, onde apparecessem, e a fome não teria servido de pretexto para tantos attentados contra a vida e propriedade do cidadão (Relatório, 22 fev. 1878, p. 05).

O relatório mostra qual a maior preocupação do Presidente da Província: manter a ordem mesmo que pela força, e esta ordem seria conquistada através do controle dos retirantes, que eram considerados os responsáveis por tal estado de desorganização. Aos retirantes, não crenças de melhoras por parte do governo, restavam-lhes os protestos.

Tendo isso em vista, mesmo que com poucos homens na força pública, o que faziam com a massa revoltosa era tentar dominá-la pela força, agindo com brutalidade, tratando-os como animais:

Então muito naturalmente os policiais, retirantes armados de cacetes e chicotes, restabelecem a ordem vibrando os chicotes, dando empurrões e atirando sobre a multidão palavras as mais injuriosas.

Em uma distribuição [...], não só o comissário esporeava o cavalo e bradava para as mulheres que meter-lhes-ia o animal em cima, como também um empregado empurrava brutalmente e dava pontapés.

[...] perguntei ao empregado se ele tinha o direito de empurrar. Respondeu-me [...] quanto às retirantes podia não só empurrar, mas fazer alguma coisa mais! E continuou no seu trabalho de maltratar as infelizes (APUD CÂMARA, 1970, p. 128. Grifos do cronista).

No relato de José do Patrocínio, percebemos quais ordens recebiam os seguranças (eles próprios retirantes) para tratarem os que outrora enfrentaram a mesma situação que eles. A ação descrita acima mostra a repressão da força policial contra um grupo de mulheres, agindo com extrema violência e de forma justificada, pois poderiam *fazer alguma coisa mais*, se tratando das retirantes. Isso pode indicar, nas entrelinhas, violência sexual, fato que não é desconhecido, visto que não era incomum correrem notícias de abusos sexuais contra as filhas dos retirantes nos abarracamentos em que estavam cometidos pelos engenheiros e seus “comparsas” denominados seguranças. Levando em consideração que os homens foram preferidos aos trabalhos, já que eles renderiam mais, preterindo na medida do possível as mulheres, estas foram colocadas numa situação de penúria maior, pois dependiam dos homens da família para sobreviver. Quando não tinha de quem depender sobrava-lhes, na maioria das vezes, a prostituição. E, provavelmente, por não esperarem ações radicalizadas das mulheres é seguro afirmar que a vigilância sobre elas fosse mais frouxa. As ações destas, no entanto, não foram raras e quando, num caso, “[...] um grupo de mulheres accometera o armazém dos viveres, para d’elles se apoderarem a rica força, pelo que fora necessário a intervenção da força publica, que immediatamente restabeleceo a ordem” (Ofício, 08 jan. 1878, APEC), temos o exemplo de que nem mesmo as mulheres ficaram inertes diante das dificuldades enfrentadas

por conta da seca, por conta da fome e por conta de algo mais...

Observemos também que os repressores em diversos casos eram os próprios retirantes, cooptados pelas autoridades ao título de “bom empregado”, membros dentre eles que poderiam servir de “exemplo” para os demais de que se efetuassem o trabalho bem feito poderiam ocupar cargos de “chefes”, o que, de certo modo, como já apontamos, serviu para diminuir as possibilidades de conflitos nos espaços de trabalho e nos abarracamentos. Não foi bem assim.

Rodolfo Teófilo também narra episódios de enfrentamentos, eis um deles pouco tempo após José Júlio Barros assumir a Presidência da Província:

Poucos dias depois de sua posse, deu-se um conflicto, na praça do Herval, entre a força publica e os retirantes. Havia três dias que esses infelizes não recebiam rações, ou por falta de viveres, ou por negligência dos commissarios; contudo trabalhavam no serviço do governo. [...] O agente deu principio ao pagamento, porém os viveres acabaram logo nas primeiras turmas. Os retirantes, que tinham sido excluídos, atacaram a pagadoria (TEÓFILO, 1922, p.178).

Para Teófilo, a questão da fome como “mola propulsora” para as reivindicações aliada à percepção do “direito” dos trabalhadores aos pagamentos era visível, visto que, por negligência, como sugere, os pagamentos ou rações atrasavam por muitos dias e ainda assim os retirantes continuavam a trabalhar nas obras, até que os limites da paciência eram alcançados, e então, no limite da tolerância o conflito se dava e, geralmente “[...] na capital davam-se sempre mortes e ferimentos, o mais das vezes em conflitos entre a força publica e os retirantes. Rara era a prisão effectuada pela cavallaria ou infantaria que não produzisse um assassinato” (Id. Ibid. p. 225).

Desta maneira, diante das revoltas dos trabalhadores, crescia o medo de ataques entre os que estavam em contato diariamente com eles. Para os pagadores, a situação era mais complicada, pois eles eram os responsáveis pela distribuição e qualquer erro, falta ou demora poderia ser motivo para confronto. E estes nada podiam fazer, pois não possuíam poder punitivo:

Se os commissarios distribuidores, Exc^o. Senr^o. tivessem algumas attribuições de punir com prisão ou outra qual quer pena aos motores dos abusos, por certo não se reproduzirão todos os días scenas semelhantes a de que venho tratar.

Porem, contando elles com a impunidade, e que mal algum lhes vem, continuão e continuarão sempre de mal a peor.

Em cada chefe de turma se encontra um sultão; todos querem mandar no que não lhes compete, e não querem ser mandado; o que muito tem concorrido para os roubos que diariamente alli se dão (Comissão de Socorros Públicos, 15 fev. 1878, APEC).

Muito facilmente, os comissários estavam entregues à sorte, sem exageros, de terminarem os dias vivos. Por outro lado, o tratamento recebido pelos trabalhadores não era nada generoso. No dia 9 de julho de 1879, o jornal *Eco do Povo*, acusou que nas obras da Estrada de Ferro de Baturité os engenheiros ocupavam postos de “suseranos” ante os trabalhadores quando estes deviam demonstrar obediência ao passar dos engenheiros, com “chapéus na mão, e olhos cravados no chão”, ao passo que eram empregados como se fossem escravos. Obviamente, a fala do Presidente de Província não poderia ser de descrédito, mas de enaltecimento pelos feitos do engenheiro Julius Pinkas aparentando ter sido realizado o que foi esperado e nas mais perfeitas condições:

À margem da estrada montou 3 abarracamentos, nos quaes estabeleceu o pessoal, e regulando o trabalho, e a distribuição de víveres aos trabalhadores, imprimiu em tudo a melhor ordem, sendo digna de louvor a regularidade com que se executaram todos os serviços sob a direção d’aquelle chefe intelligente, zeloso e severo ao cumprimento de seus deveres (Fala, 01 nov. 1878, p. 58-59).

Ao contrário, a relação do citado engenheiro com os retirantes não foi muito amistosa, tendo o engenheiro muitas vezes sido ameaçado e numa delas teve que fugir pelo matagal de dois retirantes que o perseguiam, segundo notícia do jornal *Eco do Povo*, de 17 de setembro de 1879.

Os conflitos se deram entre os que estavam envolvidos diretamente nos trabalhos, mesmo que a exploração se desse de forma indireta. Queremos dizer que a exploração dos trabalhadores se deu pelo governo que os utilizava nas obras públicas explorando essa mão de obra, no entanto, para os trabalhadores, os engenheiros, bem como a segurança que protegia estes e - ao mesmo tempo reprimia os trabalhadores -, os pagadores, distribuidores, enfim, aqueles que cotidianamente agiam no cumprir do dever ordenado pelos governantes é que se tornavam seus inimigos. As obras podiam beneficiar o Estado, ser honroso para o governo que foi responsável pelo “progresso” alcançado em tempos difíceis, mas geralmente, os governantes não são associados como os responsáveis pela exploração direta dos empregados nas obras.

Em *Patrícios e Plebeus* (1998, p. 62), Thompson escreveu uma passagem que lembra muito o papel dos retirantes no período analisado que “[...] fomentava motins, mas não rebeliões; ações diretas, mas não organizações democráticas”. Isso coaduna com o que Hobsbawm define como “pré-político”:

[...] pessoas pré-políticas, que ainda não tinham encontrado, ou apenas

começavam a encontrar, uma linguagem específica, através da qual iriam expressar as suas aspirações em relação ao mundo. [...] embora os seus movimentos **pareçam sob muitos aspectos cegos** e evasivos quando comparados aos de tipo moderno, eles não são sem importância ou sequer marginais (Apud PAMPLONA, 1996, p. 219. Grifo meu).

É assim que considero as ações de resistências e de lutas dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité: certamente sem a consciência do desejo de revolucionar o sistema social no qual estavam inseridos, mas dispostos a lutarem por suas reivindicações imediatas, havendo convergência de interesses entre os trabalhadores e sabendo contra quem atuar para alcançar os objetivos determinados.

Como indica Hobsbawm, “pareçam sob muitos aspectos cegos” é em nossa análise correto, mas que apenas pareçam, pois o processo de formação daqueles trabalhadores aqui analisados demonstra que as lutas empreendidas naquele período alterou marcadamente a experiência daqueles trabalhadores, inclusive para os enfrentamentos posteriores, e não falo de arruaça ou embates físicos, mas do modo como agiriam doravante diante da busca por seus direitos. No mesmo sentido, “[...] longe de ser ‘cega’, a multidão era em geral disciplinada, tinha objetivos claros, sabia negociar com as autoridades e, acima de tudo, empregava sua força com rapidez [...]” (THOMPSON, 1998, p. 67-68). Embora as circunstâncias e objetos analisados pelos historiadores sejam em tempo e espaço históricos diferentes, a analogia não deixa de ser válida enquanto suporte teórico.

A afirmação de que os episódios de lutas não desembocariam em algo maior – revolução – se deu pelo poder coercitivo e ideológico presente que forçava para que aquelas revoltas não passassem de determinados limites, mas por que, sobretudo, desenvolveu-se ali certo poder de barganha que propiciou aos trabalhadores, na pior das hipóteses, a experiência para lutas posteriores. Faltou ainda organização por parte dos trabalhadores, isto é, um direcionamento político mais consistente que pudesse coordenar os interesses em prol da transformação social, cultural e política na sociedade. Em resumo, o contexto não reuniu condições propícias e necessárias para a realização de um processo mais profundo e intenso como o de uma revolução.

As lutas colocaram os retirantes em situação contrastante: indigentes mal vistos pela sociedade, de um lado, trabalhadores honrados, de outro. Indigentes ou trabalhadores, não importa a denominação, eram as mesmas pessoas e desempenharam lutas contra aqueles que os oprimiram, por isso compreendemos que “classe” é

[...] uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações,

como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. [...] classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; [...] (THOMPSON, 2001, p. 260).

Dessa forma, existe articulação com as palavras de Thompson e os acontecimentos realizados pelos retirantes que se “transmutaram” em trabalhadores da ferrovia a partir das experiências vividas nos trabalhos do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité. A objetividade advinda de suas condições materiais, que fizeram parte do quadro histórico em que estiveram inseridos, tem sua validade apenas para aqueles trabalhadores e naquele determinado momento histórico. Aos poucos, mas não da noite para o dia, aqueles homens e mulheres, nas relações que estabeleceram, nos condicionamentos a que se submeteram, foram adquirindo o conhecimento que lhes proporcionou atingir objetivos esperados, nem sempre vitoriosos, mas suficientes para que as memórias daqueles permanecessem vivas para atuações posteriores. Os aprendizados, bons ou ruins, começaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores e,

[...] o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON, 2001, p. 260).

Uma questão paira no ar: foi a experiência adquirida naquele final do século XIX nos trabalhos da ferrovia de Baturité, um passo fundamental para a formação do movimento operário no Ceará? Estando de acordo que

[...] As suas oficinas são verdadeiras escolas dirigidas pelos engenheiros e dellas sahiram milhares de operários já amestrados em diversos gêneros de construcção, no uso de machinas e instrumentos que desconheciam, e no exercício de profissões que ahi adquiriram (Fala, 01 jul. 1880, p. 29).

É possível, através dos ofícios aprendidos nas obras, que muitos dos jovens que se engajaram nos trabalhos da ferrovia tenham prosseguido para outras frentes posteriormente e tenham lidado com outras situações de lutas, relacionando que

[...] os “rebeldes primitivos” de uma época podem ser considerados, pela perspectiva de uma época anterior, os herdeiros decadentes de antepassados ainda mais primitivos. Uma dose exagerada de percepção histórica tardia nos impede de ver a multidão como realmente era, *sui generis*, com seus próprios objetivos, operando dentro da complexa e delicada polaridade de forças de seu próprio contexto (THOMPSON, 1998, p. 64).

Do ponto de vista das permanências é o mais óbvio. Podemos nos considerar

salvaguardados do anacronismo, pois sabemos que homens e mulheres aprendem nas experiências vividas, moldam e vão sendo moldadas as suas consciências nessas experiências, e que elas chegam a outros tempos, vão sendo novamente aplicadas, às vezes com sucesso às vezes não, mas que deixam perceber que existem traços comuns. Podem coadunar-se com os interesses do momento, é variável, mas que faz parte de um aprendizado anterior, isso não resta dúvida.

Então,

Logo que manifestou-se o inverno, recommendei ao Engenheiro em Chefe que dispensasse o maior numero de indigentes empregados nella, afim de voltarem aos trabalhos da lavoura e occupações ordinárias [...]. Voluntariamente teem muitos abandonado o serviço, retirando-se para suas terras, sem pedirem auxilio de gêneros para a viagem (Fala, 01 jul. 1880, p. 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] trem é agulheiro, telegrafista e o modesto operário da turma de conservação, ou a figura anônima e responsável que, em *trolly* de manejo manual, se deslocando de uma estação a outra, verifica as condições de segurança da linha; é o rígido distanciamento de dormentes, a guarda rigorosa da abertura de um trilho e outro para que, sobre dilatação, não se juntem. [...] porque um trem não é simplesmente um trem. É toda a envolvimento dos estilos de vida, de sobrevivência, de troca de conhecimentos; estabelecimento de novos hábitos e costumes [...] (CAMPOS, 1982, p. 8).

A história da Estrada de Ferro de Baturité não é hoje tão desconhecida por conta dos favores prestados pelos enamorados por ferrovias, que se dedicaram a escrever o que chamarei de sua sinopse histórica. Este grande empreendimento reuniu um capital enorme de trabalhadores, não à toa ter sido chamada por alguns de “ferrovia da seca”, sobretudo durante os anos de 1877 e 1880, quando utilizou largamente a mão de obra dos retirantes estabelecidos aos milhares na capital. Todavia, um trem, uma via férrea, não são formados apenas por trilhos, dormentes, vagões etc., mas também por pessoas que carregam experiências, sentimentos, desejos e esperanças. Assim, a história desta ferrovia apresenta fatores objetivos, mas também fatores subjetivos presentes naqueles que nessa labuta estiveram. Para tanto, considerar algumas definições, para *experiência*, *sensibilidade* e *subjetivo* se fazem necessárias. Não por comodidade, mas por concordar com as atribuições dadas por Raymond Williams (2007) às conceituações, a ele que recorremos.

Experiência pode ser “dividida” em experiência passada e experiência presente, a primeira como “lição”, a segunda, como “consciência plena e ativa”. Tem-se, deste modo, sentidos opostos, porém ligados entre essas definições, e o que importa dizer é que, no caso dos trabalhadores da ferrovia de Baturité, nota-se que, na prática, as inovações que viveram (passado) foram aprendidas e utilizadas nos enfrentamentos vividos (presente), isto é, as experiências como “[...] produtos de condições sociais, de sistemas de crença ou de sistemas fundamentais de percepção [...]” (WILLIAMS, 2007, p. 174).

Sensibilidade, não desejando fazer uma análise crítica da palavra, avaliando suas interpretações através do tempo, se define como algo que está ligado tanto aos sentimentos físicos como aos emocionais, “[...] Ligados a um processo de juízo das condições de existência, de um modo de perceber e reagir à realidade, mas que não se pode reduzir a ‘pensamento’ [...] em seus sentidos disponíveis de algo ativo e algo formado” (WILLIAMS, 2007, p.369).

Por sua vez, *subjetivo* ou *subjetividade* são palavras carregadas de múltiplos

sentidos e suas definições se alteraram entre os séculos XVIII e o XX. Para ser claro, aqui, a definição foi consentida, *grosso modo*, como algo que é tomado do exterior e que existe como configuração ideológica na mente daquele(s) que julga(m). No entanto, cabe a ressalva: [...] subjetivo e objetivo, poderíamos dizer, devem ser avaliados do princípio ao fim – na linguagem mais do que no interior de qualquer escola específica – toda vez que desejemos usá-los com seriedade (WILLIAMS, 2007, p. 391).

As ações desenvolvidas pelos trabalhadores da ferrovia se pautaram na condição unificadora dos três termos acima desenvolvidos: as sensibilidades verificadas nas condições históricas em que viveram moldaram e foram moldadas pelas subjetividades concernentes a estas mesmas condições e que geraram experiências, advindas das inovações vividas, servindo como “modelo” para as ações posteriores.

Na segunda metade do século XIX, o mundo se encontrava num processo de rápidas transformações, sobretudo econômicas, em que o sistema capitalista²⁰ produzia de modo vultoso demandando o pronto escoamento dessa produção: “Era na tecnologia e em sua consequência mais óbvia, o crescimento da produção material e da comunicação, que o progresso era mais evidente. A maquinaria moderna era predominantemente movida a vapor e feita de ferro e de aço” (HOBSBAWM, 2009, p. 47). Portanto, nesse momento, podemos dizer que o mundo se dividia num paradoxo de desenvolvimento e defasagem, de países dominantes e dependentes que se diferenciavam e se completavam ao mesmo tempo. Chamamos a atenção para o significado e importância das ferrovias nesse momento histórico: a necessidade das estradas de ferro foi significativamente o maior empreendimento e de maior esforço humano de uma época.

[...] Elas faziam parte da inovação de maior impacto do século [...]. Vastas redes de trilhos reluzentes, correndo por aterros, pontes e viadutos, passando por atalhos, atravessando túneis [...] o conjunto das ferrovias constituía o esforço de construção pública mais importante já empreendido pelo homem. Elas empregavam mais homens que qualquer outro empreendimento industrial [...] (HOBSBAWM, 2009, p. 48).

Os trens eram ansiosamente aguardados nas cidades e no interior, em estações suntuosamente construídas, devidamente para demonstrar a grandiosidade dos trabalhos. E nos

²⁰ O “sistema capitalista” é aqui entendido como sistema de produção bem como um sistema de ideias, indicando, portanto, uma fase histórica de transformações sociais na qual, por exemplo, as ferrovias se desenvolvem como grande símbolo de uma sociedade burguesa em desenvolvimento, sobretudo quando falamos do século XIX. Neste estudo, esta significação não pode ser separada de “modernização” que compreendemos como “alguma alteração ou melhora local do que é ainda, basicamente, um sistema ou instituição antigo”, em outras palavras, uma condição de transformações que se pretende atingir. Para um e outro, Cf.: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*. Trad.: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

trens vinham ainda aqueles que traziam notícias, saudades e abraços de quem estava longe para os que ali aguardavam. O trem transportava, acima de tudo, novidades; novidades estas que eram simbolizadas por uma transformação impressionante da natureza, uma mudança marcada pelo aperfeiçoamento contínuo na produção humana.

Os versos compostos por Assis Lima, um dos autores do livro *Estradas de Ferro no Ceará*, transmite-nos um pouco dos sentimentos que a presença dos trens causava nas pessoas:

Quando o trem passava
A solidão desaparecia,
O Racional emotivo ficava
Era alegria e não melancolia;

A tristeza ia embora
O distante ficava perto
Era sorriso toda hora
Era Oásis e não deserto;

Os rostos radiantes
Maquinistas acenavam com a mão,
Aos amigos visitantes
Na calçada da estação;

O agente autorizava
E o trem logo partia,
Lentamente se deslocava
E no horizonte sumia;

Foi o desbravador do sertão
Pra jamais voltar,
Mandando de volta a solidão
E nunca mais nos deixar.

(Francisco de Assis Lima In LIMA & PEREIRA, 2009, p. 156).

“A solidão desaparecia” e “a tristeza ia embora” são passagens que evidenciam o envolvimento existente na relação entre os trens e as pessoas, fossem estas usuárias ou meros observadores das andanças forçadas das “serpentes fumegantes” pelos limites que lhes impunha os trilhos; ao passo que “foi o desbravador do sertão”, demonstra a necessidade econômica de ocupação dos sertões e escoamento das riquezas ali produzidas para o litoral; além do “transporte” das notícias de acontecimentos políticos e informações de quem estava longe. O trem tem (teve) uma função também social e cultural na humanidade.

[...] Os trens alcançavam o centro das grandes cidades – onde suas façanhas triunfais eram festejadas com estações ferroviárias igualmente triunfais e gigantescas – e às mais remotas áreas da zona rural, onde não penetrava

nenhum outro vestígio da civilização do século XIX [...] (HOBSBAWM, 2009, p. 48).

O retirante em busca do pão que o alimentasse sofria penosamente os efeitos da seca. Vagava como indigente à espera de pelo menos sobreviver em sua longa caminhada na expectativa de que as estradas que o conduziam a possível salvação não se tornasse seu túmulo ou o de sua família.

Os sentimentos perdidos, tudo (pouco ou muito) que foi deixado para trás tem sua validade e deixa marcas. A memória, recuperação e evocação das imagens do vivido, aumenta o sofrimento na partida. Afinal, apenas em último recurso, em casos de extrema necessidade, pensamos que uma família se expõe aos imprevistos de uma viagem (migração) arriscada e de futuro incerto.

A sensibilidade, também definida como formas de apreensão e compreensão da realidade que está para além do conhecimento científico ou das construções mentais elaboradas (PESAVENTO, 2003, p.14), permite apenas expor o que percebemos no sentimento alheio. O Presidente Ferreira d'Aguiar assim descreve a sensação da partida

O abandono da terra natal, seja qual for o motivo que o determine, é sempre um acto doloroso para o coração humano, e por isso deve supôr-se que, sómente á custa d'um esforço supremo, o homem consegue romper esse laço invisível que o prende ao torrão onde, pela primeira vez, vio a luz. Apesar d'esse sentimento natural, apesar dos trabalhos e incertezas do futuro que acompanham quantos vão procurar abrigo em terra estranha, a emigração cearense tem continuado sem interrupção (Relatório, 22 fev. 1878, p. 9).

Uma vez chegados à Capital, tendo que pedir esmola para se alimentar, o retirante se põe diante de humilhações. Teófilo num trecho de sua “Canção do Emigrante” parece lamentar:

Ah! Ricos tempos de outrora
Que nunca mais voltarão!
As matas, ai! Mais não gemem
Na foice sem coração.

Quanto roçado garboso
Da nossa terra brotou!
Trabalho do braço livre,
De quem não se cativou.

E agora com que vergonha
Vamos nós pedindo pão;
Embora na mesma terra,
A um povo que é nosso irmão.

O rei mandou-nos da corte
Nudez e fome matar,
Inda lembrando da guerra
Que nós soubemos ganhar

Mas era também esmola,
Que nos mandava a Nação
A um povo que não mendiga,
É insulto dar-lhe a ração.
(TEÓFILO, 1878 Apud CAMPOS, 1982, p. 103).

Rodolfo Teófilo, muito moralista, era adepto da ideia de empregar os retirantes em obras públicas, pois assim não estariam sujeitos às humilhações impostas pela ociosidade e esmolas de particulares. Percebemos que nem mesmo a ração dada pelo Estado em auxílio lhes é digna, tampouco justa. Mas, em troca de serviço prestado, como pagamento, o significado é outro, conforme relata José Júlio Barros:

Em minha humilde opinião o direito á assistência publica tem por correlativo a obrigação do trabalho, desde que se estenda ao homem valido, e sempre que o necessitado pode empregar-se em qualquer indústria. Pensando, assim, não é o *direito ao trabalho* de alguns socialistas, que eu reconheço, mas a obrigação de retribuir serviço por serviço, pois a sociedade nada mais é do que uma troca geral de serviços, dos cidadãos entre si, e entre o Estado e os cidadãos. Não pode ser função publica a alimentação do ócio e da preguiça, nem a fomentação da inercia, da imprevidência e da mendicância pela charidade official não temperada pela organização do trabalho. Por outro lado, é contrario a dignidade o receber a esmola, quando ele só precisa do salario; e está igualmente nos interesses do individuo e do Estado a conservação dos hábitos do trabalho, que é a primeira lei imposta por Deus ao homem, condição essencial do desenvolvimento de todas as forças, elemento de ordem, paz e moralidade (Relatório, 01 nov. 1878, p. 44).

Num discurso utilitarista, que evidencia a reciprocidade entre Estado e trabalhadores num compromisso ético e moral, percebemos os motivos que levaram ao emprego dos retirantes nas obras da ferrovia, a saber, resumidamente, aliviar a capital do excesso de flagelados mandando-os de volta ao interior para executarem trabalhos em diversas obras, principalmente as do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité. Igualmente, não se pode esquecer que estes discursos fizeram parte dos interesses das elites.

De todo modo, diante de todas as dificuldades impostas pelas intempéries, não é de uma hora para outra que as famílias se retiram de seus locais de origem, os laços afetivos que os une ao torrão natal não se rompe facilmente como nos alerta Manuel Antônio Macedo: quando nada mais restar a homens e animais, muito depois, a se ver por diante, “os povos se retiram seja para o Cariri e outros pontos da Ibiapaba, seja para as serras de Baturité e Aratanha, seja para as praias do mar” (Apud CAMPOS, 1983, p. 30). Pois,

O sentimento de apego à terra, tradicional vinculação afetiva à paisagem, mesmo ao arrepio de renovadas situações vexatórias, inextricáveis, é que mais demora desvincular-se de sua estrutura social desgastada em regime de desmonte progressivo, primeiro pela perda de apego ao simplesmente material [...], depois, ao sentido cognitivo de sua existência, imaginário mundo que modelou ao longo dos anos [...] (CAMPOS, 1983, p. 63).

Libertos à força do pouco que possuíam, dali em diante um novo ritmo tomou conta de Fortaleza, centenas de retirantes chegaram diariamente, provocando um inchaço populacional, o que aumentou a disseminação de doenças, prejudicando o processo de embelezamento da cidade.

Pior foi o retrato da fome, que de tão grotesco se apresentou através de um quadro horroroso que envolve a ingestão de plantas que não serviam à alimentação humana, além de restos de cães e homens:

Depois de alimentar-se de raízes silvestres (especialmente da mucunã) de algumas espécies de cactus (chique-chique, mandacaru) e bromélias (Coroatá, macambira) do palmito da carnaúba e de outras palmeiras, das amêndoas e entrecasca dos cocos, o faminto passara a comer as carnes mais repugnantes, como a dos cães, dos abutres e corvos, e a dos reptis. [...] e por cumulo de horror, ainda houve não sei si diga um perverso, si um infeliz, que procurou no município de Lavras vender, ou trocar por farinha, um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadáveres foram encontrados que conservavam aos membros semi-devorados os signaes do extremo desespero das victimas da fome (Fala, 01 nov. 1878, p. 39).

Para completar a situação caótica, tudo parecia faltar e a insegurança aumentava: “Os depósitos dos gêneros estavam quasi exaustos; não havia dinheiro nos cofres; faltavam meios de transporte; a força publica era insufficiente para manter a ordem [...]” (Fala, 01 nov. 1878, p. 41). Então,

[...] Continuando sempre a falta de chuvas, perdendo toda a esperança de poderem manter-se por mais tempo em seus domicílios, onde tudo lhes faltava e já era difficil ao Governo fazer chegar soccorros, as populações do centro em grandes caravanas procuravam abrigo no littoral, não sendo raro o dia em que chegassem a esta capital mais de mil pessoas [...] (Fala, 1º nov. 1878, p. 43).

Pelos jornais vinham as notícias do interior, que também não eram nada animadoras. O editorial da edição do *Cearense*, de 18 de abril de 1877, reproduziu uma carta vinda da localidade de Pedra Branca em que se dizia: “Estamos ameaçados pela secca; a quantidade de povo que chega de fora é immensa. Aqui não há nem viveres nem pasto. Esse povo sem pão, sem dinheiro, naturalmente lançará mãos dos meios extremos. Deus nos

acuda”! Isso mostra que os caminhos da migração tinham destinos variados e que Fortaleza foi o primeiro para alguns e a última saída para praticamente todos os que não sucumbiram nas estradas.

Outra carta, esta de Lavras e também publicada no mesmo jornal, é mais elucidativa no tocante à alimentação e resultados desta indicando parte do desespero de que eram vítimas os flagelados.

É consternador ver a multidão de homens e mulheres que sahem a procura de refugio onde se abriguem dos horrores da fome, que já vae, entretanto, fazendo victimas, em consequência de alimentação de batatas e raízes venenosas de que o povo lança mão.
Aqui já se acabaram todas, até as raízes de gravatá, a carnaubeira, mucunan e a maniçoba brava; o povo tudo tem comido (Cearense, 27 maio 1877, p. 01).

Em outra edição, o noticiário apresentou que “a desesperadora crise da secca vae cada vez mais em augmento, por todo este município (Saboeiro), cuja população vive em sobressaltos, e já muitos se acham em preparativos de emigrar para essa capital” (Cearense, 10 jun. 1877, p. 1).

Ainda nos noticiários do jornal *Cearense* de 10 jun. 1877 foi publicada a crítica de certo Major Capote ao Imperador D. Pedro II:

Morre o povo a fome no Norte, o Imperador diverte-se em Pariz! Não há um deputado, um senador que tenha a coragem de interpellar esse desgraçado governo, a bem de saber que seus súditos morrem a fome, quando elle banqueteia-se e diverte-se longe d’esse mesmo povo que com o suor lhe paga para bem manter suas prerrogativas e defensa!

Duas mudanças podem ser apontadas: primeiro, o trabalho livre ser associado à indisciplina; e segundo, o surgimento de novos hábitos como a sujeição pacata, a disciplina e adaptação ao tempo, isto é, ao ritmo do relógio.

Sobre a primeira, é preciso recordar o momento do debate na transição do trabalho, ou seja, a imagem que se tinha do retirante era a do homem *não* livre, que deveria estar preso ao trabalho e subordinado às ordens de seu senhor, no caso dos trabalhadores da estrada de ferro, submissos aos engenheiros. Ao passo que aqueles que não estavam sob essa tutela eram considerados vagabundos, perniciosos, ociosos e deveriam ser compulsoriamente impelidos ao trabalho, caso contrário, estariam entregues às mazelas da sociedade. Quando os trabalhadores não se subordinam aos mandos de um senhor, dotado de poder ou saber, pois há “liberdade” de escolha para quem trabalhar, tem-se aí um afrouxamento das antigas formas de disciplina que se tinha, por exemplo, sobre o escravo. E quando se necessita de maior

disciplina para evitar a inconveniência da insubordinação, é preciso forjar rapidamente a adaptação aos novos hábitos de trabalho.

No segundo caso, podemos lembrar o que disse Hobsbawm (2005) e que se associa perfeitamente ao nosso estudo, o caso do “mito do rei ou imperador”:

[...] o conhecido mito camponês do rei ou do imperador longínquo que, se soubesse, endireitaria as coisas e estabeleceria ou restabeleceria a justiça, reflete e ao mesmo tempo cria, em certa medida, um quadro mais amplo de ação política. Ao mesmo tempo reflete o quão remoto é o governo nacional em relação à estrutura política local [...].

Dito de outro modo, isto reflete a situação de muitos dos retirantes no contexto da seca que viam na figura do Imperador Dom Pedro II um patriarca do qual esperavam ajuda.

É como se o que viesse do Imperador fosse por direito pertencente aos retirantes unicamente e em prol de seus benefícios, pois esse era o perfil de “pai” que tinha D. Pedro II. Isto pode ser associado ainda aos casos de passividade dos grupos de retirantes em diversos momentos, pois tendo trabalhado exaustivamente e, ao final do dia recebido sua ração, alimentação diária, o trabalhador tinha confirmada a sua expectativa na espera das autoridades, tinha a sua compensação e desta maneira “esquecia-se a dureza da vida” (THOMPSON, 1998). Assim, o trabalhador conseguia ser “dobrado” ante a sua pauperização de valores.

Acerca da utilização dos jornais, é interessante salientar a importância deste para o historiador como fonte de investigação do passado. A riqueza de informações que podem ser coletadas, desde as atividades dos trabalhadores nas obras da ferrovia, suas mobilizações e conflitos subsequentes, informações acerca do relacionamento existente entre os trabalhadores e os engenheiros nas obras, além de demonstrar, de modo indireto, possíveis intencionalidades dos redatores na construção de uma opinião que mexa com seus leitores e os levem a formar julgamentos e atitudes referentes aos acontecimentos.

Os jornais foram abordados buscando informações que corroborassem com as de outras fontes utilizadas, permitindo assim melhor compreensão e análise do período. Para reforçar e ressaltar a utilização dos periódicos, Tania Regina de Luca assim retrata as possibilidades de contribuição que os jornais podem fornecer à pesquisa histórica:

[...] a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do

sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica [...] (LUCA In PINSKY, 2010, p. 120).

Verificar o que expõe os jornais foi também importante no tocante à investigação do que pode ter ocorrido no calor dos acontecimentos, é bem verdade que o responsável pela escrita da coluna, do noticiário ou ainda das cartas remetidas de diversas localidades tinham interesses em atingir e condicionar a opinião pública, mas, de modo geral, não podiam fugir da narrativa dos infortúnios acontecidos. Contudo, é preciso ter em mente que “[...] os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir ‘tipos’ de atitude diante de um ‘tipo’ de acontecimento. [...]” (BECKER In RÉMOND, 2003, p. 188).

Por isso, o papel que os jornais desempenham no processo histórico é relevante para a compreensão deste, pois podem interferir no fluxo dos acontecimentos, uma vez que a opinião pública tende a ser, mas não necessariamente o é, dominante: “[...] Em suma, as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum. [...] a história das ideias políticas faz necessariamente fronteira com a história da opinião pública [...]” (WINOCK In RÉMOND, 2003, p. 278-279).

Pensando assim, é possível afirmar que os relatórios dos Presidentes de Província e os periódicos tinham uma função desejada: condicionar a opinião pública a seu favor, mas isso no campo do coletivo, mas, pelo lado dos indivíduos, “[...] é pouco verossímil que a opinião pública desempenhe um papel importante no nível das decisões – ao contrário, as decisões têm sempre como objetivo fazer evoluir a opinião pública no sentido desejado [...]” (BECKER In RÉMOND, 2003, p. 203). Reforçando a ideia “[...] é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que espousa as inflexões da época, a nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a ‘doutrina’ e os ‘fatos’. [...]” (WINOCK In RÉMOND, 2003, p. 282).

Por fim, o objetivo principal desta pesquisa compreendeu relatar a história daqueles trabalhadores sob a ótica não só da exploração, mas também do aprendizado que contribuiu para as futuras vitórias, passando “por dentro” das modificações no processo produtivo que atingiram aqueles trabalhadores em formação, em seus sucessos e fracassos, percebendo que as lutas empreendidas foram fatores merecedores de análise para compreensão significativa do mundo do trabalho.

FONTES:

PERIÓDICOS:

Cearense, Fortaleza, 1877-1880;

O Retirante, Fortaleza, 1877-1878;

Echo do Povo, Fortaleza, 1879-1880.

DOCUMENTOS DIVERSOS:

Fala com que o Exm. Sr. Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª secção da 23ª legislatura da Assembleia em 02 de julho de 1877.

Relatório com que o Exm. Sr. Caetano Estellita Pessoa passou a administração da Província do Ceará para o Exm. Sr. João José Ferreira Aguiar em 16 de novembro de 1877.

Relatório com que o Exm. Sr. João José Ferreira Aguiar passou a administração da Província do Ceará para o Exm. Sr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878.

Fala com que o Exm. Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª secção da 24ª legislatura da Assembleia em 01 de novembro de 1878.

Ofícios Diversos. Fundo: Ofícios relativos a Estrada de Ferro de Baturité. ala 05, estante 01, prateleira 02, caixa 02, dossiês 02, 03 e 04. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC);

Ofícios Diversos. Fundo: Negócios do Executivo. BR APEC GP.CO.EX ENC 223, 1878. APEC;

Ofícios Diversos. Fundo: Avisos do Ministério dos negócios da Justiça ao Presidente da Província do Ceará, ala 04, estante 05, prateleira 25, livro 54. APEC;

Ofícios Diversos. Fundo: Governo do Ceará, Comissão de Socorros Públicos de Canoa (Aracoiaba), Ofícios Expedidos, ala 04, estante 06, prateleira 27, caixa 06. APEC;

Ofícios Diversos. Fundo: Governo do Ceará, Comissão de Socorros Públicos de Fortaleza, Ofícios Expedidos, ala 04, estante 06, prateleiras 27/ 28, caixas 07, 07A, 08. APEC;

Ofícios Diversos. Fundo: Governo do Ceará, Comissão de Socorros Públicos de Pacatuba, Ofícios Expedidos, ala 04, estante 06, prateleira 28, caixa 12. APEC;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Joaquim. *História das Secas: séculos XVII a XIX*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

CAMPOS, Eduardo. *A viuvez do verde*. Ensaio. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1983.

_____. *Capítulos de história da Fortaleza do século XIX*. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

_____. *Estrada de Ferro de Baturité: história e ação social*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Os trilhos do progresso: episódios das lutas operárias na construção da Estrada de Ferro de Baturité (1872 – 1926)”. *Trajetos – Revista de História UFC*: Fortaleza: vol. 1, nº 2, 2002, p.83-101.

_____. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. (Coleção outras histórias, nº 32). Fortaleza: Museu do Ceará. Secult, 2005.

CAPANEMA, Guilherme S. de & GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

CARR, Edward H. *Que é História?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 15ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSENTINO, Daniel do Val. *A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil*. Anais do II Congresso Latinoamericano de História Econômica, 2010. Disponível em:

http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf. Acesso em: 09 dez. 2011.

CUNHA, Ernesto Antonio Lassanse. *Synopse Historica da Estrada de Ferro de Baturité*. Manuscrito. Fortaleza, 1892.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Edições UFC / Stylus, Coleção Estudos Históricos - NUDOC, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. & RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Trad.: Marco Antônio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ª ed. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. Os camponeses e a política. In: *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 215-239.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Trad. Marina Leão T. V. de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade*. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

LIMA, Francisco de Assis de & PEREIRA, José Hamilton. *Estradas de Ferro no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2009.

LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1989.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos par uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desportos, 2000.

_____. “Desbriamento” e “Perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 27, 2003, p. 167-189.

_____. *Economia Moral vs. Moral Econômica: ou o que é economicamente correto para os pobres?* Revista Projeto História. nº 16. São Paulo: EDUC, 1998.

PAMPLONA, Marco A. *A Historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas*. Revista de Estudos Históricos, nº 17. Fortaleza: Mestrado em História-UFC, recebido para publicação em 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle-Époque: Reforma urbana e controle social - 1860-1930*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 3ª edição, 2001.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2001.

SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Trad.: Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In: Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, 2002.

SOUZA, Robério Santos. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, nº 3, janeiro-julho de 2010, p. 76-98.

TEÓFILO, Rodolfo – *A Fome; Violação* – Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1979.

_____. *História da Seca no Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 4ª ed. Vol. 1. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIEIRA, José Tanísio. “Seca, Disciplina e Urbanização”: Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Coleção Fortaleza: história e cotidiano, 2002. P. 17-48.

VISCARDI, Cláudia M. Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, MG, vol. 18, 2004, p. 99-113.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. Trad. Luciano Vieira. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, Daniel & SPURK, Jan (orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63-87.